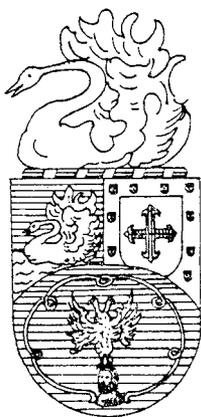


VELHAS CASAS

X

Paço e Honra de Gominhães



Honra é uma terra privilegiada por pertencer a fidalgos. Já em 1290, nas Inquirições Gerais d'El Rei D. Dinis¹, na freguesia de «*Sam Iohane de caldas gomãaes he honra de martim do casall e dizem as testemunhas douvida que ha deu el Rey dom sancho o velho a seu linhagem. Este como estaa por honrra*»². Na corte as trovas régias deslumbram os vassallos. O cheiro da «flor do verde pião», esvoaça por todo o Reino. Correm a terra portuguesa as Alçadas d'El Rei. Esquadrinham, vêem, castigam os abusos. Nessa época e com este documento principia a história de Gominhães, Honra de Martim do Casal em 1290.

«Douvida» falam as testemunhas. Há mais um pergaminho. Trinta e oito anos antes Martim do Casal ou um seu parente de igual nome possui um casal ou quinta na freguesia de São João das Caldas, termo de Guimarães. Interrogado de que maneira o tinha logo diz: dera-o o Senhor Rei Dom Sancho a seu avô, Petro Munis Petri Stefani di

¹ As Inquirições Gerais d'El Rei D. Dinis, destinadas, principalmente, aos coutos e honras, principiaram em 1288. Não se sabe quando terminaram; são conhecidas pelo ano em que foram julgadas por sentença: 1290. A parte referente a Guimarães e seu termo encontra-se transcrita, assim como as outras inquirições e documentos, pelo Abade de Tagilde no *Vimaranis Monumenta Histórica*.

² *Vimaranis Monumenta Histórica* — A saeculo nono post Christum usque ad vigesimum, Iussu Vimaranensis Senatus edita, Vimaranis Ex typis Antonii Ludovici da Silva Dantas MDCCCXVIII — Pars II, CCLXXIX Inquirições Geraes de D. Dinis, 1290, p. 349, Caldas de Vizella — S. João das, —

Casalis, em latim no texto³. Levantam-se as perguntas. Trata-se de Gominhães? Quem foi Martim do Casal? O que fez? Como viveu? Não se ouvem as respostas; vai-se Martim do Casal. Durante quase todo o século treze, a Honra de Gominhães, fica para nós, escondida, tapada por falta de documentação.

Honra é ainda Gominhães por meados do quatorze. É uma terra coutada «por certas divisões e marquos». Tem vinhas, herdades, devezas. «Ao longuo do rio», numa grande extensão, ninguém pesca sem licença de seus senhores ou seu mordomo. Tem mato rasteiro a cobrir-lhe os montes. É vasta. Há lobos, pégadas a cortarem a brancura das geadas, uivos a cortarem a escuridão das noites⁴. Senhora de toda essa terra é Cristina Roiz.

À sua morte, «por permeio» divide-se a propriedade por suas netas⁵. Uma é Mécia Roiz da Fonseca, abadessa de Almoester, a outra, Mor Roiz, sua irmã, mulher de Gonçalo Roiz de Carvalho⁶. Professara a primeira em Arouca. Ima-

³ Mesmo liv. da nota 2. CCLIX Inquisitiones Regis D. Alphonsi III, p. 233, Caldas de Vizella — S. João das,

⁴ Embora não tenha lido nenhum documento a falar de lobos nas herdades de Gominhães, era tão comum esse animal na época que julgo ser permitida essa liberdade. O «currere lupum» era imposto em diversas freguesias. V. Alberto Vieira Braga, *Curiosidades de Guimarães III Montarias*.

⁵ ANTT, Chancelaria de D. João I, Livro 3, fl. 96 v.º, Carta Régia dada em Santarém a 6.5.1408 a confirmar a Coutada de Guimarães a Álvaro Gonçalves de Freitas. Neste documento li este e outros pormenores relativos à história de Gominhães.

⁶ Legitimado por carta de 2.4.1388 (A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, L.º 1, fls. 186 v.º) f.º de João Roiz Carvalho «Vass. de D. Fernando e de D. João I e Sr. da quinta do Vilar, nas Caldas de Vizela, onde viveu», e de Senhorinha Martins, solt.ª. In Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas — *Carvalhos de Basto*, Fasc. 1, Porto 1977, Cap. 1, § 1.º Honra de Carvalho, pp. 15 e 16. Diz que segundo Fernão Lopes, combateu no Cerco a Guimarães, sendo por isso «nomeado juiz na cidade do Porto em 1387, e agrac. com os bens que Álvaro Gonçalves Vieira possuía em Armamar, por C. de 7.4.1385 (A.N.T.T., Chan. de D. João I, Liv...), suc. a seu pai e c.c. Mor Roiz (de Freitas) e com ela sr. da Honra de Gominhães, cujos casais partiu em 1402, com Álvaro Gonçalves de Freitas «tambem sr. da mesma Honra». Também aí se lê que seu pai João Roiz Carvalho

ginámol-la piedosa, austera, competente. Rege as freirinhas em Santa Maria de Almoſter⁷, monjas enclausuradas nas góticas pedras, os cuidados de Deus a desprenderem-nas da terra. Para os sobressaltos da vida de Mor Roiz, sua irmã, um feito da nossa História, ligado à vida de seu marido, Gonçalo Roiz de Carvalho⁸.

Está Guimarães por Castela. Na vila entram, «por temerário ardil» de Gonçalo Afonso de Carvalho⁹, as forças do

«c.c. D. Mor Roiz, irmã de D. Mécia Roiz, Ab.^a de Almoſter com a qual possuiu a Honra de Gominhões, s.g.». A não ser que Gonçalves Roiz Carvalho tenha casado com sua madraſta, isto é gralha. Gayo no *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Tomo IX, tit.^o de Carvalhos § 83 N 8 diz que Gonçalo Rz Carvalho «foi legitimado pelo Rey D. João I e Juis na Cidade do Porto no anno de 1387, e o d.^o Rey lhe deu os bens de Álvaro Glz Pr.^a Viveo na qt.^a do Vilar junto às Caldas de Vizella M.el de Souza da Silva Cap.am Mor de S. Cruz diz vira hum contrato feito entre este Gonçalo Rz de Carv.^o e Álvaro Glz de Freitas sobre os Cazaes de Gominhões no ano de 1402 por onde consta o acima referido, e q. do m.mo contrato constava o ser casado com Mor Rodrigues». Não menciona o casamento do pai.

⁷ O Convento de Santa Maria de Almoſter, em Santarém, foi fundado em 1289 destinado às freiras bernardas (Ordem de Cister). Ainda hoje conserva a traça das abadias cistercienses. Freira Professora no Mosteiro de Arouca, Mécia Roiz, ao morrer, era Abadessa em Almoſter.

⁸ O facto relatado acima vem descrito em Fernão Lopes *Crónica del Rei dom João I da boa memória*, parte segunda, Capitollo XI, «Como elRey cobrou a vijlla de Guymaraães». Capitollo XII, Como foy combatida a segunda cerca e Airas Gomez preitejado; e Capitollo XIII, Como foy se escussou el-Rey de Castella de nom acorer a Airas Gomez, e foi entregue a villa a elRey. Na edição da Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1977 correspondem estes capítulos às pp. 21 a 28.

⁹ Afonso Lourenço de Carvalho, homem «descudeiros e homeens de pee e gram liança com os mais da villa», «o melhor e mais honrado do lugar», foi quem juntamente com seu cunhado Paio Rodrigues, fez com que as forças de D. João I entrassem em Guimarães. Livro acima citado, Capitollo X, «Como elRey hordenou de tomar Guimarães», e Capitollo XI, «Como elRey cobrou a vijlla de Guimaraães», a responderem na mesma ed. às pp. 19 e 22. Em recompensa deu-lhe D. João I, por carta de 8.5.1385 (A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Livro 1.^o, fl. 103), as rendas e direitos das terras das Caldas, de juro e herdade para todo o sempre para ele e seus descendentes. Mas, logo por Carta dada em Tui a 10.10.1389 (A.N.T.T., Chan-

Mestre de Aviz. Corre o ano de 1385. Alcaide e Fronteiro-Mor do lugar é Aires Gomes da Silva, antigo aio d'El Rei D. Fernando e fiel ao seu juramento à Infanta Herdeira, D. Beatriz, Rainha de Castela. Com ele oitenta escudeiros, «Boons e bem fidalgos». Surpreendidos, correm às armas, ainda em camisa, estonteados. Portugal! Portugal! bradam os homens de D. João I. Respondem-lhes os gritos aflitos dos partidários de Aires Gomes; Castela! Castela!, a fugirem, a correrem, a lançarem-se no Castelo. Muitos são «presos e roubados de cavallos e armas e de quanto lhe acharom».

O combate é na cerca velha. Fazem-se escadas duplas para subir às paredes. Ateia-se fogo. Chovem as bestas. A luta é renhida. Ao cair da tarde D. João I sustem a peleja. Acorda-se a trégua: se ao fim de trinta dias não chegar o socorro do rei castelhano, Aires Gomes da Silva entregará o Castelo a El-Rei de Portugal. Esperarão cercados; parte um emissário a pedir reforços.

Há quem quebre o cerco: cabras e outros gados entram no castelo; alimentos para os sitiados a sofrerem fome. Irados, irrompem, mesmo sem ordens os homens do Rei português. Troca D. João I duras palavras com Aires Gomes. Recomeça a luta. Combate-se com «seus artiffícios e tira-mento dengenhos, e elles defendiam-se muy rijamente». Das muralhas do Castelo chovem pedras, distribuidas aos cestos pela castelhana D. Urraca Tenório, mulher de Aires Gomes da Silva, irmã do Arcebispo de Toledo. Com galhardia, a acrescentarem mais honra a seus nomes, sobem os nossos com sanha, as escadas. Por vezes caiem; despedaçam-se nos penedos, atingidos pelas pedras, queimados pelo pez.

celaria de D. João I, Livro I, fl. 39 v.º) confere a Paio Sorodea (alcaide de Tui, que depois de assinar a capitulação da vila se fez vassalo do Rei português, renegando-o depois) a terra de Caldas — que trazia Afonso Lourenço com todas as rendas, foros, tributos, jurisdição civil e criminal com reserva para a corôa da correição e alçadas». In Abade de Tagilde «Caldas de Vizela» (notas históricas), in *Revista de Guimarães*, 1899. Afonso Lourenço de Carvalho (V. Gayo, tomo acima citado, § 14) era primo co-irmão de Gonçalo Rodrigues de Carvalho (Como estavam divididas as famílias!) e progenitor dos Carvalhos, sr.º de Souto d'el Rei, tratados no Cap. VIII dos *Carvalhos de Basto*, donde descendem, entre muitos outros e por vários ramos, os actuais sr.º do Paço de Gominhões.

Já estão há dois meses cercados! Em Junho chega o emissário do Rei de Castela: ordena a retirada. Aires Gomes da Silva «desampara o lugar». «Por ser velho e não bem são, levaram-no fora em collos dhomeens». Morre quase logo, ainda no Reino. Não o seguiram alguns dos seus; voltaram-se para D. João I. Perdoa-lhes El Rei «do caso meor ataa o mayor, e lhes mandou entregar seus beens se dados erom, mas nom os que foram tomados na entrada da villa». Entre estes, fiéis na véspera a Castela, acha-se Gonçalo Roiz de Carvalho¹⁰. Em 1387 é nomeado Juiz na cidade do Porto¹¹.

As famosas leis de D. Dinis de 21.3.1291, as da desamortização, as dos bens da mão morta¹², têm agora a sua aplicação. Morre Mécia Roiz, Abadessa de Almoester. A sua metade de Gominhões com todas suas «*ptenças e honrras e coutos e maladies e tomadias*» fica ao mosteiro de Arouca «*porquanto ella fora primeiramente freyra professa no dito mosteiro e porquanto o dito mosteyro não podia aver a metade da dita quintãa pellas leys dos nossos reys abadeça e convento do dito mosteiro fizeram della venda a Alvaro Gonçalves de Freitas, vassallo d'El Rei e veador da sua*

¹⁰ Além de Gonçalo Roiz de Carvalho, que abandonou o partido do Rei castelhano depois do cerco a Guimarães, Fernão Lopes menciona Alvaro Dias de Oliveira, Lopo Afonso Penalva e «mais 50 boons escudeiros».

¹¹ V. nota 5.

¹² Por causa das doações, legados e dádivas estava a maior parte da riqueza na posse das instituições eclesiásticas. Bem cuidadas, todas essas terras não entravam na circulação económica; contra isso reagiam as cortes. Eram os «bens de mão morta», nome dado em França e adoptado depois na Europa. As leis de D. Dinis de 21.3.1291 proibiam os conventos e igrejas de «*adquirirem bens imobiliários sem licença especial do Rei sob pena de os perderem em proveito do fisco, ora imediatamente quando adquiridos a título oneroso ou por prescrição, ora nos casos de doação e testamento, se não fossem alienados no prazo do ano e dia, não lhes sendo sequer consentido dá-los de aforamento*». Por essas leis até os simples clérigos e beneficiados foram inibidos de receber em pagamento ou comprar tais bens; no caso de os receberem em doação eram obrigados a transferi-los em pessoa secular, e herdando-os deviam aliená-los dentro de ano e dia», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 16, «Mão Morta».

*Fazenda»*¹³. E Álvaro Gonçalves «cobrou e oûve por sua todas as partes da metade da dita quinta e fez logo partiçom com Gonçallo Roiz de Carvalho e sua mulher Mor Roiz»¹⁴.

Deixá-los entretidos a dividirem a sua quinta de Gominhões. Fazem duas «cabeças»; uma no lugar de Agrelos. Partem o couto. A Álvaro Gonçalves toca desde a ponte das Caldas acima contra o nascente até ao Vau do Unho. Aí pode, como todos os que antes dele possuíram Gominhões fazer canais e lançar redes e outras armadilhas de dia e de noite «para levar delle o pescado»¹⁵. Saltam os peixes nas águas claras, transparentes, límpidas do Vizela de então Encham-se os cestos. Não paramos na frescura, na viveza da corrente, no alegre deslizar do rio. Continuamos com Álvaro Gonçalves de Freitas, Vedor d'El-Rei D. João I.

Da sua família, dos seus cargos¹⁶, dos seus serviços à igreja de Santa Maria, das casas e terras a ele emprazadas¹⁷, do mistério das armas na sua sepultura, já se falou ao tratar duma outra nobre e velha casa: a de Sezim, em Santa Eulália de Nespereira¹⁸. Ministro do Rei, a acompanhá-lo nas suas andanças, a parar por vezes em Santarém¹⁹ os maravidis a

¹³ V. nota 5.

¹⁴ Id.

¹⁵ Id.

¹⁶ Foi vassalo d'El Rei, almoxarife em Guimarães, vedor da Fazenda de D. João I, Juiz em Guimarães e instituiu a Capela e vínculo de S. Braz no Claustro de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães.

¹⁷ Os Padres Coreiros emprazam-lhe a 13.2.1399 umas casas na rua Donães. O Cabido, a 20.9.1392, o lugar de Margaride, que chamam Pernelhe, na freguesia da Costa, o lugar da Fonte Boa de Trepedido, em Fermentões, umas casas na Rua Nova do Muro, outras na rua de Traspom e outras na de Donães, tudo em Guimarães, rendas pagas em maravidis e libras. Ele próprio, já viúvo de Berengeira Gil, empraza umas herdades em Gondar, a 24.5«1416. V. notas 58, 59 e 60 do volume citado na nota 18.

¹⁸ No meu *Velhas Casas (X) Casa de Sezim*, Sep. do *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, 1985, pp. 20 a 22.

¹⁹ A 13.4.1403, em Santarém, por ordem régia, decide a favor de João Afonso Aranha e do Juiz de Braga a questão vontra eles movida pelo Chantre e Administrador da Capela de D. Gonçalo Pereira, a qual pertencia a qt.^a de Carapeços. Da torre dessa qt.^a tinham os



O Paço de Gominhães

passarem-lhe pelas mãos, olha também pelas suas próprias terras. Entra gente na sua Coutada, pescam-lhe o pescado, rompem redes e armadilhas «*que elle assim mandava lançar no dito ryo*». Recebe grande agravo. Recorre ao Rei. D. João I por Carta Régia dada em Santarém a 6.5.1408, inquirição tirada e provado que o rio fora sempre coutado na posse dos «que ante el» tiveram Gominhães, ordena: — ninguém pescará no dito Couto, desde a Ponte de Caldas ao Vau de Unho, sem mandado ou licença de Álvaro Gonçalves de Freitas ou seus sucessores²⁰.

1.º tirado «dous mil cantos» de pedra para consertar os muros do Castelo de Braga, sem nada pagar. A lei estava por eles, pois todos os que encontrassem edificios nem que fossem mosteiros arruinados e levassem a pedra para o Castelo e muralha de Braga estavam na legalidade. Doc. transcrito em P.º José Marques *O Castelo de Braga (1350-1450)*, Braga, 1986.

²⁰ V. nota 5.

Ao amanhecer, chegada a primavera, ouve-se o cantar dos pássaros. Acorda-se com os trinados a encherem os ares, a acompanharem a luz a vir, a nascer, a despontar o novo dia. No reinado de D. João I também se ouviu mais outra música: a do mar, o das ondas a rolares, a dizerem manhas, a gritarem nas tempestades: — «Venham! Façam-se ao mar!» — *O mar imenso, sem fim, será Português!* Em todo o Reino, em todos os corações prepara-se a expedição para a conquista de Ceuta. Vai nascer o Portugal Africano, o Portugal das Descobertas, o Portugal Português.

Na véspera da partida, El-Rei, já a bordo, escreve duas cartas. Uma ao contador da sua Casa, outra sobre Álvaro Gonçalves de Freitas. Com mais estes serviços, a confiança régia vai premiar uma vida dedicada, um servidor fiel: «...acordamos que alvaro gonçalves de freitas veedor da nossa fazenda ficasse com a Ifante Dona Isabel E Ifantes Dom Joham e Dom fernãdo meus filhos E nom fosse com nosco em esta armada per muytas coussas que ha de fazer que a seu officio pertencem E por muytos encarregos que lhe deixamos que aja de fazer por nosso serviço de que em nehua guisa o nã podemos escusar E porem vos mandamos E a quada hum de vos que quãdo pelo dito alvaro Gonçalves fordes requeridos ou per suas cartas e alvaras que façades todo aquello que vos elle mandar fazer ...²¹. Entregues a Álvaro Gonçalves ficam os pequeninos Infantes, enquanto El-Rei, os outros Filhos, os nobres, o povo, à espada, arrebatam Ceuta para a Coroa Portuguesa.

²¹ Anselmo Braamcamp Freire, *Livro Terceiro dos Brazões da Sala de Sintra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, MCMIII, p. 212. Esta carta, descoberta e copiada por Braamcamp Freyre, encontra-se num livro truncado da Chancelaria de D. João I (na altura designado por 5) e segue assim: ...per nosso serviço E que seiades a ello bem diligentes. mandadosse nom seiã certos os que o contrario fezerem que lho estranharemos como a aquelles que nom mãdado de seu Rey e Senhor. Unde al nom façades. Dãte em Restelo xxiiij dias de Julho. Elrei ho mandou bertollameu gonçallvez a fez Era de mil iiij liij anos. Concertada esta carta por mim Joham dominguez escrivam». É dirigida aos contadores, tesoureiros, almoxarifes, recebedores, escrivães e a outros quaisquer oficiais das Justiças do Reino e Juizes.

Guardião dos Infantes meninos, cumprido o dever, dita em Lisboa, a 22.10.1419 o seu testamento. Manda levantar em Guimarães no claustro da Senhora da Oliveira a Capela de S. Brás, e nela erigir os «moimentos», para ele e sua mulher²². Testamenteiros e encarregados destas disposições: Mestre Aires, físico do Rei, Diogo Martins, almoxarife em Guimarães e Vicente Vasques, morador em Santarém²³. São eles que por morte de Álvaro Gonçalves vendem a Honra de Gominhães e mais bens livres a D. Afonso, Conde de Barcelos, dos mais altos e poderosos Senhores de Portugal²⁴.

Refém, em criança, em Castela, armado cavaleiro por seu Pai no cerco de Tui, perfilhado a seguir, casado com a única filha de D. Nuno Álvares Pereira, já foi a Inglaterra levar sua irmã, a Condessa de Arundel, já peregrinou a Jerusalém com um séquito de 150 pessoas. À frente da sua Armada cobriu-se de glória em Ceuta. Construiu os seus Paços em Chaves; mandou erguer novos paços em Barcelos. Recebeu do sogro, Barroso, Chaves, Arco de Baulhe, certas quintas em Entre-Douro-e-Minho e outras rendas. É senhor, por doação de seu Pai, de Fão, do julgado de Faria, dos padroados das igrejas de Neiva e Aguiar de Neiva, Penafiel e Couto da Várzea. Criado em Veiros, no Alentejo, possui também, na

²² V. nota 62 no livro mencionado na nota 18.

²³ Diogo Martins, almoxarife em Guimarães (pelo menos de 1413 a 1447), era cunhado de Álvaro Gonçalves de Freitas, casado com uma sua irmã, Leonor Gonçalves (treslado da sua (dela) clausula testamentária a 7.10.1419, doc. CCXII, Abade J.G. de Oliveira Guimarães *Catálogo dos Pergaminhos existentes no Arquivo da Insigne e Real Colegiada de Guimarães*, onde deixa 1 maravidi de moeda antiga à Confraria de Nossa Sr.ª do Serviço com obrigação duma Missa em dia de S. Braz). Encarregado da construção da capela, deixa a administração dela a Beringeira Dias, filha dele e de sua mulher, como se lê no treslado do seu testamento feito a 22.7.1452(doc. CCLXXXIV do memo vol.) sobrinha do instituidor.

Vicente Vasques era f.º de Vasco Esteves, também cunhado de Álvaro Gonçalves de Freitas e casado com Beringeira Gil, «minha sobrinha». Treslado das clausulas testamentárias de Álvaro Gonçalves de Freitas, doc. CCLXXXIII do vol. acima citado. Suponho que Beringeira Gil seria sobrinha da mulher de Álvaro Gonçalves, têm o mesmo nome.

²⁴ Doc. mencionado na nota 26.

sua opulência, os Paços de Algecira, em Ceuta²⁵. Pode dizer-se que o Conde de Barcelos, senhor dessa vila, à frente dos seus homens, desloca uma Corte, movimentando um exército.

Da Honra de Gominhães, comprada aos testamentários de Álvaro Gonçalves, faz o Conde de Barcelos pura e irrevogável doação de juro e herdade para todo sempre a «*João Esteves da Ponte seu criado, f.º de Estevão Roiz, m.or em Ponte do Lima, querendo-lhe fazer graça e mercê*»²⁶. Para João Esteves e sua mulher Beringeira Dias, filha de Diogo Martins, almoxarife, e sobrinha de Álvaro Gonçalves de Freitas, antigo senhor desta Honra, para o filho de ambos o «*herdr.º o mais velho q vivo for a ora da sua morte*», desde que seja «*mais de dias*», vai a Honra de Gominhães. Passará ao filho segundo se o primogénito for «*aleijado de membros ou nam for de sizo para razoavel.mte saber reger as dita qt.ª e pertenças Suas*». Excluídos da herança ficarão os *infames e as madres ou mulheres dos erdeiros*», para assim ficar para sempre na geração. Entrega-lhes também os mais bens comprados ao antigo Vedor de D. João I: a quinta de Margaride²⁷, o outro lugar do mesmo nome, chamado Pernelo,

²⁵ Factos tirados de J.T. Montalvão Machado *Dom Afonso Primeiro Duque de Bragança sua vida e sua obra*, Lisboa, 1964.

²⁶ Arq. Part. do Paço e Honra de Gominhães — Trespelado da carta de doação de D. Afonso, f.º del Rei D. João I, Conde de Barcelos, feita a João Esteves da Ponte, seu criado, em Barcelos a 24.8. era de 1459 (Ch. 1421) assinada pelo Conde de Barcelos e selada com seu selo. Assina: — O Conde. A pedido de Francisco Soares, Fidalgo do Infante D. Fernando, foi esta doação confirmada e trespladada a 20.1.1541 em Lisboa e registada a 15.2.1555, sendo tudo trespladado a 14.2.1711 a rogo de Francisco de Madureira Cirne de Souza Soares de Azevedo, id. Cav.º da C.R., nas notas de José Pinto Rosa, Escrivão do Juizo de Fora do Geral na cidade do Porto. Este último tresplado é o que se acha em Gominhães.

²⁷ Situada na freg.ª de S. Romão de Mesão Frio era limitada, conforme se lê na doação acima citada, do lado do Mosteiro da Costa pelas Herdades de Pessegueiro (reguengas) que trazia Catalina Anes; da banda de S. Romão pelas vinhas e herdades do Casal de Pouzos (reguengo). Daí ia «*cercada e tapada*» até à estrada que ia para S. Romão e depois, pela estrada, mas no sentido da vila de Guimarães, até à Pedra do Pouzadouro. É muito antiga. Veja-se J. Leite de Vasconcelos *De «Margariti» villa territorio vimaranensis*

o lugar da Goela e a casa em Guimarães, na Rua dos Mercadores²⁸, aquela onde morara Álvaro Gonçalves de Freitas.

Que há sobre a outra metade da quinta de Gominhões? Nem sequer ao dar a volta à propriedade, doada pelo Conde

jam in quibusdam Medii Aevi chartis Memorata commentariolum, Olisipone, MDCCCXCIII e *Chartem Alteram de villa quae «Margaride» appellatur*, Olisipone, MDCCCXCIX, fascículos de 20 e 30 exemplares, respectivamente, incluídos em J. Leite de Vasconcelos *Opusculos*, vol. III, Onomatologia, Coimbra, Imp. da Universidade, 1951.

Baseado nesses estudos podemos ler em Helena Cardoso de Macedo e Menezes *Casa de Margaride* (inédito), o nome dos possuidores da qt.^a até à época tratada no texto: «Mumadona, Bronilhe, Idila e Astiliova, Felicio, Elsinda, Sesita, o Mosteiro de Guimarães, Pero Alvares, Conde de Barcelos e João Esteves da Ponte «Nos apontamentos manuscritos de Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes, 2.º Conde de Margaride, lê-se que Margaride de Baixo era Prazo do Cabido, pelo menos desde 1389, e que em 1507 estava emprazado a Pedro Vaz de Almada, Cavaleiro da Jarreteira, incluído no morgadio por ele instituído a quem pagavam foro João Gonçalves e mulher. Era então uma casa Torre, telhada, com três portas de arco. Seguiram os emprazamentos na família de João Gonçalves, até que em 1666 entrou para a varonia dos Condes de Margaride na pessoa de Domingos Ennes. Fala também do pleito entre o Cabido como autor e Miguel Leite de Almada e Domingos Ennes como réus (1688), o 1.º como senhorio directo não reconhecia ao 2.º o direito de renovar o prazo, acção perdida pelo Cabido. Igualmente descreve a longa demanda entre Tomás António Leite Pereira de Almada e Jerónimo Ennes, movida pelos emprazamentos, ganha por este ultimo, por sentença da Casa da Suplicação em 1747. Além desses documentos transcreve a venda do foro anual imposto no Casal de Margaride e pago aos Almadás a 9.5. 1865, por Bernardo Corrêa Leite de Almada, Conde de Azenha a Henrique Cardoso de Macedo pela quantia de dois contos de reis, ficando somente a subsistir o laudémio da terça parte por cada venda ou arrematação do casal. Privilegiada das Tábuas Vermelhas, encontra-se a sumula dos seus prazos no «Livro dos Privileg. de N. Sr.^a da Oliveira», in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. V, n.º 1, 1940, freg.^a de S. Romão de Meyão Frio em q há oito casaes, p. 48.

²⁸ Confrontava esta casa com a que tinha sido de Vicente Gonçalves escolar e que na altura era de Gonçalo Gomes e Vicente Gonçalves seu cunhado, e do outro lado com a que fora de Rodrigo Afonso Alvet e que morara em Coimbra, e João Anes de Camarim. O lugar da Goela partia por um lado com a qt.^a de Margaride e do outro com a vinha trazida por Catalina Teoleja e uma deveza «q ora traz João Rodrigues dazenha». Doc. citado na nota 26.

de Barcelos a João Esteves da Ponte, ficam mais claras as ideias. A Quinta de Gominhães a ser agora percorrida é só meia ou voltou a ser um todo? Quem não quer vir? É um bonito passeio. Ala! «Parte com Barrozas pello monte de Pena Besteiro e daí pelo Espigo do Monte onde estão os marcos que tem as Cruzes para a Ermida de S. Lourenço». Ao chegar lá, vai-se até outro marco, no Relho, e daí desce-se ao Vau de Unho, no Rio Vizela. Por o outro lado, parte a quinta com a freguesia do Mosteiro de Vilarinho, também pelo monte de Pena Besteiro. Desce-se pelo espigo do monte «todo augoas vertentes», ao marco que tem a Cruz, no Fojo Velho. Depois é fácil: vai-se à outra Cruz, a do Couso, onde está a Ermida de S. Pedro, que é do Mosteiro de Vilarinho e daí, sempre a direito, à outra Cruz junto à Ermida de S. Paulo²⁹. Percorridas as terras da Honra de Gominhães entra neste estudo João Esteves da Ponte, seu novo senhor.

Filho de Estevão Rodrigues morador em Ponte de Lima diz o documento³⁰. O Gayo tem-no por Estevão Rodrigues, a quem se deve a entrega de Ponte de Lima a D. João I³¹. Se é o mesmo, temos aqui o «bom escudeiro» Estevão Rodrigues a enaltecer o Mestre «alçado Rey em Coimbra», a conspirar com mais oito para entregar a vila ao Rei de Portugal, a ser preso. «A grande e fermoza ponte, comprida e espaçosa de muitos piães», era a única porta aberta a dar entrada na vila. O dia inteiro sentinelas nos muros, «doze torres todas moradas e fornecidas e todallas as portas çarradas com pedra», aguçam o engenho de Estevão Rodrigues. Por fim chega o dia em que D. João I entra em Ponte de Lima «primeiro os de pee e vijnte de cavallo, ingreses frecheros», o Rei aos brados: «Cega-os Sam Mateus, cega-os»³². Assim volta Ponte de Lima para o seu Rei, o Rei de Portugal.

²⁹ Doc. citado na nota 26.

³⁰ Idem.

³¹ Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Tomo XIV, Freitas, § 25, N 9, acrescenta noutra letra: (Estevão Rz Pontes entregou Ponte de Lima ao Rey D. João I).

³² Livro mencionado na nota 8. Capitollo XV. Como se passou o começo de Ponte de Lima ser tomada, Cap. XVI Como El-Rey partio de Guimarães para Ponte de Lima, Cap. XVII Como El-Rey entrou

Filho ou não de Estevão Rodrigues, herói de Ponte de Lima, um «João Esteves creado do Conde» é testemunha num emprazamento dos Moinhos de Aldão, a 25.11.1412³³. A 24.8.1421, como já se viu, João Esteves da Ponte recebe a Honra de Gominhães, das mãos do Conde de Barcelos. Depois vai-se diluindo, umas vezes a ganhar voz, a tomar forma, outras quase a desaparecer, anónimo entre os homens do futuro Duque de Bragança. Pode ser o João Esteves, «vedor das obras do Conde D. Afonso de Barcelos», o sonho dum Palácio a surgir, a viver em Guimarães, na Rua de Santa Maria, a 18.11.1423³⁴. E é a ele, João Esteves da Ponte, Juiz Ordinário em Guimarães a 10.1.1433³⁵ que «*Dom Eduarte pella graça de ds Rey de portugal e do algarve e senhor de cepta*», confirma a 27.8.1434, em Évora d'Alcaçova, a Honra de Gominhães com todos os seus privilégios³⁶.

Ei-lo: Aqui está: Desaparece... A 6.7.1442 Alvará do Infante D. Pedro, tio, tutor, curador e vedor d'el Rei D. Afonso V e governador dos reinos, passado em Aveiro, a mandar João Esteves da Ponte, coudel de Guimarães «*que não constanja nem mande constanger os caseiros e privilegiados dos conegos da Igreja desta villa para terem armas nem aparecerem com elas em alardo, desde esta data a dois mezes, salvo mandado em contrário*»³⁷. Nos papeis da Chan-

na villa e cobrou. Estes capítulos na citada edição correspondem às pp. 29 a 34.

³³ Arq. Mun. A. Pimenta, L.º 10 da Nota Antiga, f. 24, extratos pub. pelo Abade de Tagilde «*Archivo da Colegiada de Guimarães*», in *Revista de Guimarães*, este prazo vem no vol. XXVIII doc. n.º CMXXXII.

³⁴ Id. L.º 4. fl. 2. O extrato vem no vol. XXVII da mesma revista, doc. n.º CCCCLXXI. Já foi citado na nota 30 do vol. mencionado na nota 18. Por ter sido vedor das obras já explica muita mercê.

³⁵ «*Sentença de partilhas acerca da Qt.ª do Outeiro Levado e outros bens por morte de Afonso Rodrigues Peixoto, entre sua viúva Maria Fernandes Machado e filhos Dada em G.es sendo juízes ordinários João Esteves da Ponte e Andre Gonçalves a 10.1.1433*». Doc. n.º 39 do Cartório da Casa de Pousada. V. o meu *Velhas Casas V Casa de Pousada*.

³⁶ A.N.T.T., Chancelaria de D. Duarte, L.º 1.º, fl. 57, Carta Régia dada em Évora das Alcaçovas a 27.5.1434 a confirmar a Honra de Gominhães na posse de João Esteves, escudeiro do Conde de Barcelos.

³⁷ Efeméride transcrita no jornal *O Independente* de 30.7.1910.

celaria do jovem Rei uma breve referência: «1446 Maio Almeirim Nas Cortes que fizemos em Lisboa... Capítullos especiaes de Guimarães entregues aos procuradores João Esteves da Ponte e Afonso Gil...»³⁸. Tem El-Rei 14 anos, o Infante D. Pedro entrega o poder ao sobrinho. Logo a seguir torna o Rei a encarregá-lo do Governo. Na Corte movem-se as intrigas.

Foi no Porto, nos Paços do Bispo, a 28.11.1448. Mostraram uma carta d'el Rei tendo ao fundo dois alvarás. Um assinado pelo Infante D. Pedro, Duque de Coimbra e Senhor de Montemor. O outro por D. Afonso, Duque de Bragança e Conde de Barcelos. Manda o Senhor Rei que tenham fim «os escandalos e discordias» entre os seus tios, que sejam «bãos e verdadeiros amigos» removendo «dantre si todo o odio, rancor, escandallo e outra alguma ma querença». Acalmados pelo Infante D. Henrique, ambos os filhos de D. João I prometem «de manter e guardar quanto em mim for» a difícil concórdia. Testemunha da leitura do documento, está, entre outros, João Esteves, almoxarife de Guimarães³⁹, sucessor no cargo a seu sogro. Não o poderam «manter e guardar»: — dá-se a Batalha de Alfarrobeira.

Manhã de 18.6.1449. Junta-se o povo na praça de Nossa Senhora da Oliveira. Afóra a Câmara, as casas sobre o alpendre da Praça. Diogo Gonçalves e mulher Catarina Gonçalves dizem frente ao correjedor, juizes, vereador e homens bons «que se lhes aprouvesse elles tomariam por fforo o çeeo de cima do alpendre honde vendem ho pao em graao e que lhes ficasse todo ho fundo para o concelho...». João Esteves, almoxarife⁴⁰ dá, como os outros, seu assentimento: podem

³⁸ A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, fl. 53 v.º A. Braamcamp Freire publica o seu extrato em «A Chancelaria de D. Afonso V», in *Archivo Histórico Português*, vol. III, p. 425.

³⁹ D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealogica da Casa Real Portuguesa*, na Régia Officina Sylviana, MDCC XLIV, Lisboa, tomo III, p. 425: «Treslado authenticico da Concordia, que elRey D. Afonso V fez entre o Infante D. Pedro e o Duque de Bragança, seus tios. Está no cartório da sereníssima Casa de Bragança, donde o copiey, maço de papeis vários».

⁴⁰ Diz mais o doc.: «em cada hum anno fazia no dito alpendre assy de telhas e retelhas como de madeira que ora tem o dito

fazer as casas «*no çeeo do alpendre*». Tornamos a vê-lo, a João Esteves da Ponte, almoxarife de Guimarães, confrade da Confraria de Nossa Senhora do Serviço a 24.1.1450⁴¹, e por fim «na crasta de Santa Maria», a 22.7.1452, a apresentar o testamento de seu sogro Diogo Martins⁴². Não voltamos a encontrar este Senhor da Honra de Gominhães; em 1456 já é outro o Almoxarife d'el Rei nas terras de Guimarães,

Gayo dá três filhos a João Esteves da Ponte⁴³. Interessamos um: Gabriel Gonçalves de Freitas. Lê-se: sucedeu a seu Pai na Honra de Gominhães, viveu no Porto por almoxarife da Alfândega da «dita cidade», casado com Leonor Dias, morava e era senhor em 1465 de duas casas na Rua Nova. Foi também Fronteiro e Comissário d'el Rei a quem acompanhou a Tânger em 1476. Conta ainda terem-no chamado «o Insigne» — em Tânger, em combate em dia de S. Francisco, «vindo hum destemido mouro fazer algarzarras arremeteo a elle Gabriel Glz e o matou em desafio cortando-lhe a cabeça q apresentou a ElRey». Acrescenta ter-lhe D. Afonso V concedido carta d'Armas «alem das que já tinha de Freitas». E como o mouro se chamava Temudo, foi esse o apelido que tomou em memória do feito; tendo falecido pouco depois, sepultaram-no «no honrado túmulo do Convento de S. Domingos, no Porto»⁴⁴.

Alão de Moraes diz menos: «Gabriel Gonçalves almoxarife do Porto o qual pello anno de Christo de 1440 foi Juiz

alpendre para ajuda de fazer as ditas casas e as ffaça de tal guysa q o alpendre do fundo fique para o dito concelho aver e as rendas delle como agora e que seja bem lumjosso como agora he e bem estanco a faça duljuell (?) da parte do fundo ataa honde ora fazem os almotacés audiencia e o outro de tal guysa tapados que nom cayam nenhua çujidade em ffundo». «Aforamento que faz a Camara o Alpendre da Praça». Doc. de 18.6.1449 da «Nota Antiga», é o extrato DCCXXIII no «Arquivo da Colegiada de Guimarães», v. nota 33.

⁴¹ Abade de Tagilde «Catálogo dos Pergaminhos», (v. nota 23), p. 97, ext. CCLXXVI.

⁴² Este testamento é referido na nota 23.

⁴³ V. nota 31. Segundo esta fonte foram: Gabriel Gonçalves de Freitas (no texto), João Gonçalves de Freitas «q viveo no tempo de D. Afonso V c.c. Margarida de Sá (antepassados no dizer do mesmo de Freitas, Alvarengas, Fonseca, Azevedos, etc.) e Martim, s.m.n.

⁴⁴ Id. § 31.

na Causa da Capela dos Alões sendo opoente a ella João do Vale Alão. E na sentença se chama Cav.º da Casa d'el Rei. E não tem apelido de Freitas que alguns lhe dão». E em nota: «Este Gabriel Glz morava na Rua Nova no Porto e foi casado com Leonor Dias»⁴⁵.

«São dos melhores do burgo. Dos mais ricos tambem». «Visinhos opulentos e honrados» da cidade do Porto, a «aparentarem nobreza» nos trajes, nos anseios, na morte⁴⁶. Entre todos, fixamos Gabriel Gonçalves. A inquirir, a pedir achegas⁴⁷, chega-se a quem bem o conheceu. Principia-se por ouvir D. Luís Pires, 45.º Bispo do Porto, «prelado gravíssimo, e ornado de tantas partes e merecimentos»⁴⁸. Presta-se-lhe respeitosa toda a atenção. Do almoxarife não diz bem o Senhor Bispo.

Excomungado pelo vigário do Bispo em 1457, não pode Gabriel Gonçalves entrar nas igrejas, frequentar os Sacramentos, «Dar-se com os fieis christãos»⁴⁹ Magoado com a Câmara do Porto, hostilizado, abandona a cidade D. Luís Pires. Refugia-se no Mosteiro de Moreira da Maia. Escreve, a 6.9.1457 «aos honrados filhos Regedores, Cidadãos e Homens bõs da muy nobre e sempre leal Cidade do Porto», agora a sofrer o interdito. Responde ao acordo feito na véspera com

⁴⁵ Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana*, Tomo III, 2.º vol., p. 412, Soares do Porto.

⁴⁶ Armindo de Sousa «Conflitos entre o Bispo e a Câmara nos meados do século XV», in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2.ª série, vol. I, 1983. É um estudo profundo, donde se tira muitos ensinamentos sobre o meio onde viveu este Almoxarife e a sua época.

⁴⁷ Pedi-as ao distintíssimo investigador e genealogista o Dr. Eugénio de Andréa da Cunha e Freitas. Com a sua conhecida amabilidade deu-me dos seus próprios apontamentos as notícias que além do texto deram origem às notas 46, 49, 56 e 60. Aqui renovo o meu reconhecimento.

⁴⁸ D. Rodrigo da Cunha, *Catálogo dos Bispos do Porto*, Porto, Na Officina Prototypa Episcopal MDCCXLII, p. 173.

⁴⁹ Desconheço o motivo da Excomunhão. Armindo de Sousa no seu estudo escreve (nota 46): «Deixando para mais tarde (78) os motivos que levaram as autoridades eclesiásticas a censurá-los nessa forma...», e anota» 78 é matéria tratada na 2.ª Parte deste estudo a publicar oportunamente».

os «honrados Fernão Alves Vieira, Aires Pinto, Luis Coelho, o Almojarife...»⁵⁰. Ao relatar esses tristes sucessos, abana a cabeça D. Luís Pires ao recordar as injúrias, os vexames, as faltas de respeito infligidas pelos «homens da Câmara».

Fala-nos agora Vasco Fernandes Caminha, anos antes de seu filho Pero Vaz ver os homens «pardos, todos nus, sem cousa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas...» e «os arvoredos mui muitos e grandes e de infindas maneiras»⁵¹ na descoberta do Brasil. Não vêem seus olhos estas maravilhas mas vêem e guarda como «recebedor moor dos dinheiros dos serviçaaes da çidade do Porto», todas as quantias «para as despesas da çidade de Cepta». Presta contas. Recebeu em 1451 400 réis de «Graviell Gomçallvez, nosso almojarife em a çidade do Porto» e em 1453 duzentos e setenta e nove mil e quatrocentos e setenta e seis reais «pera Cepta», do mesmo⁵². Em 1460 «recebedor das cousas da dita cidade de Cepta em ho porto» mostra a receita dos dois anos anteriores: no primeiro Gabriel Gonçalves e os «seerviçaaes dAntre Doiro e Mynho» entregam 724.059 reais; no segundo tem «dos ditos recebedores e de Graviell Gomçalves, nosso almojarife, duzentos e corenta e oyto mjll e coremta e quatro reaes»⁵³. E logo, em

⁵⁰ Carta publicada no volume citado na nota 48.

⁵¹ Jaime Cortesão, *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*, Obras Completas, Portugália ed. São trechos da carta, transcritos das pp. 224 e 247 do dito vol.

⁵² Id. p. 351 — Documento num. 1 Carta de quitação a Vasco Fernandes de Caminha, 10 de Junho de 1458.

Neste doc. também há quitação para João Esteves. No ano de 1451 «recebeo mays cimquenta mill reaes de Joham Esteves, nosso almojarife em Guymarãaes». Ano de 1455: «Item, mays rreçeebo cento e trimta mill de Joham Esteves, almojarife de Guymarãaes, que hy assentamos a Cepta o dito anno».

⁵³ Id. p. 354. Documento num. 2 Carta de quitação a Vasco Fernandes de Caminha, 20 de Agosto de 1460. Lê-se mais: «... os quaães todos despendeo per nossos mandados e em despesas neçesaryas a seu officio, segundo se todo mostrou per as ditas rrecadaçoões que lhe assy foram tomadas e proveudas per nosso mandado as quaees rrecadaçoões e nossos mandados ficaram narca dos nossos contos de Cepta e d'Alcacer...».

1461, a 12.12, Gabriel Gonçalves, almoxarife, é nomeado em carta régia «cavaleiro da nossa casa»⁵⁴.

Também se pode escutar a Diogo Gonçalves Peixoto, Cavaleiro, Senhor do Concelho e Julgado de Penafiel e Terras de Arrifana de Sousa⁵⁵, desesperado por perder a 2.5.1463 o pleito contra o Mosteiro de Bustêlo, sentença dada por «Fernão Aranha, ouvidor em lugar de Gabriel Gonçalves, Cavaleiro da Casa de El Rei e seu almoxarife actual na cidade do Porto ...»⁵⁶. E a 18.11.1465, Gabriel Gonçalves, almoxarife, indiferente a tanta pergunta, a estas inquirições, rectifica uma doação «ante as portas das suas casas»⁵⁷, à Rua Nova, antiga rua «Fermosa».

O maior elogio feito a Gabriel Gonçalves vem do próprio Rei, de D. Afonso V ao conceder-lhe a Carta de Armas. Embora não inédita, não a transcrever seria abrir um vão no que se procura saber.

«Dom Affonso ... fazemos saber que como quer que por certo visto e conhecido tenhamos os muitos serviços que são coração a nos e a nosso Regnos tem feito gavriel gonçalves cavaleiro da nossa casa morador na nossa cidade do porto assy em tẽpo del Rey dom Joham meu avoo como del Rey meu padre que deos aja cujo criado foy como isso

⁵⁴ Segundo se lê no estudo mencionado na nota 46 está este documento no Arquivo Histórico Municipal do Porto, no Livro 4.º de Pergaminhos, f.ª 77.

⁵⁵ Antepassado dos Marqueses de Lindoso vem citado no meu *Velhas Casas VIII Casa do Salvador ou Cano*, p. 81.

⁵⁶ *Sentença d'el Rei D. Afonso V contra Diogo Gonçalves Peixoto Cavaleiro, Sr. da Terra de Penafiel*, dada em Lisboa a 2.5.1463.

Mosteiro de Bustelo, gav. 5.ª, cit. por Fr. António da Assunção Meireles no Índice do Cartório (v. nota 47).

⁵⁷ A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 14, fl. 17. Ao citar este doc. Braamcamp Freire em «Maria Brandoa» (nota 66), escreve: «... Aquele Almoxarife, (Gabriel Gonçalves) merece, enxertando aqui curta digressão, especial referencia por haver constituído excepção entre os do seu officio, mais afeitos a manejar a penna que a brandir a lança. Em carta em Arevalo a 11 de outubro de 1475, declara Afonso V ...» (transcreve os trechos da carta d'armas concedida a Gabriel Gonçalves).

meesmo depois comnosquo assy em as partes dafrica contra infiees como por defensão da honrra dos nossos Regnos de portugal com grandes trabalhos e periguos de sua pessoa Comsirando outrossy o grande amor e afeyçam que por esto e por suas virtudes e outros muytos merecimentos lhe temos ... Portanto avendo nos boa consiraçom a todo o que dito he e desejando de o enobrecer e lhe dar armas e insignias Reaes com que elle possa ser honrado e nobrecido em testemunho dos seus merecimentos por esta prezente nos praz lhe dar e damos pera elle e todos seus decedentes por armas hũu escudo em campo azul com hũu cordão de sam francico por bordadura e hũua aguia dourada com duas cabeças em meo delle com as mãaos postas sobre a cabeça de hũu mouro segundo que per arte e obra de pintore e cores ã meo desta carta aquy he demonstrado e o separameos do conto e numero do povo e plebeus e lhe damos cota darmas dos sinaaees comtheudos em este escudo aquy devisados ... E porẽ mandamos ao nosso Rey darmas primeyro e aos outros e a quaaes quer nossos arautos e passavantes e officiaes delles a q este verdadeira-mẽte pertẽce ou perteencer pode que estas armas e signaaes Registem e ponham em seus livros pera o presente serem avidas por authenticas e em os tempos vindoiros por de sollar conhecido ... por lãbrãça do qual lhe mandamos dar esta nosa carta assinada per nos e asselada do nosso seello dada em a villa darevol a xj dias do mes doutubro martim lopes a fez de mjl iiij lxxv — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 30, fl. 20 v.º»⁵⁸.

⁵⁸ Braamcamp Freire, *Armario Portuguesa*, 1.^a ed., p. 231, armas de Gabriel Gonçalves, C. de 11.10.1475 e acrescenta: «os Freitas e Temudos usaram estas armas».

O Visconde de Sanches de Baena no *Archivo Heraldico Genealógico* regista estas armas, as de Gabriel Gonçalves «cavaleiro da Casa Real, morador na Cidade do Porto».

Em que ano esteve Gabriel Gonçalves em Tânger? Seria em 1437, no enorme desastre, a deixar o Infante no cativeiro, apupado, vexado, maltratado? Em 1458, nos novos projectos de glória a resultarem na conquista de Alcácer Seguer? Ou de 1463 a 64, nas outras tentativas repelidas pela moirama? Talvez, em dia de Santo Agostinho, a 28.8.1471: El-Rei de Portugal e suas tropas a entrarem numa cidade vazia, heróica, sempre a resistir às investidas, mas então apavorada, aniquilada pela conquista de Arzila, morta, sem ninguém nos muros.

É Tânger citado por Gayo. Tanger... «Considerese a mão direita sobre um plano, os dois dedos, o polegar e o indice, o mais separados que se possa, de tal sorte que somente as pontas se inclinem um pouco para dentro. Entre ambos fica a enseada, que como se disse tem a embocadura a Norte. O indice, que é o maior, forma a linha do Levante, coroadado de alturas. Na ponta está Trasmalmenar, na articulação do meio as ruínas de Tanger velho, e na ultima o Charf, monte elevado... O espaço entre os dedos é ocupado por uma praia, coberta de montes de areia, que rodeia a enseada do principio do polegar, linha menor até a mais ocidental onde está a cidade. Ocupa-a toda terminando num Castelo, pela parte norte que é mais alta»⁵⁹. Tânger, a fatídica para as armas de Portugal. Seria em Tânger que Gabriel Gonçalves apresentou a El-Rei a cabeça cortada do mouro? Porque não em Ceuta, em Alcácer-Céguer ou Arzila?

Nada em toda esta farta documentação, afirma: Gabriel Gonçalves é filho de João Esteves da Ponte. Disse-o Felgueiras Gayo.

Um pintor pinta o que vê, o que sente, o que quer ver. Desdobra a sua alma em traços e cores nas telas, na madeira, onde seja. O poeta canta o rasteirinho, o sublime, com a liberdade dos grandes voos até onde chegue o seu sentir. O romancista conta, descreve o que quer, solta a imaginação pela rota mais apetecida. Quanto ao músico: vai, cresce, deixa-se arrebatado, volta aos tons cavos, parte, quase toca

⁵⁹ D. Fernando de Menezes, *História de Tanger*, trad. em espanhol, Sep. da revista *Mauritânia* (missões franciscanas em Marrocos), 1940, retrovertido para português no texto. A ed. original é de 1735.

o infinito. Na investigação genealógica, no esquadriñar da pequena história surge, por vezes, a tentação do adivinhar, do discorrer. Quem gosta de genealogia sabe que sem o documento, a prova real, tudo se esfarela. Fica atado com grossas cordas, apertado, manietado, sem poder mostrar o seu pensar, o que julga ser. E às vezes não resiste, Sem documentação, sem nada a prová-lo, aqui fica escrito: filho de João Esteves da Ponte e de sua mulher Beringeira Dias não é Gabriel Gonçalves, mas sim Leonor Dias com ele casada, apagadamente a aparecer na sua casa no Porto, antiga rua Formosa.

Agora um apontamento⁶⁰:

1 — Lopo Vaz Soares, muitos anos Almojarife na cidade do Porto, (servia em 1474 e 1491), Cavaleiro da Casa d'el Rei, viveu nesta cidade nas casas da Rua Nova que haviam sido de seu sogro Gabriel Gonçalves, que lhe foram aforadas em 4.5.1474, e lhe foram confirmadas por C. de 20.5.1480, Livro 3.º d'Além Douro, fl. 231.

Com Diogo Leite, Cavaleiro, foi testamenteiro de Vasco Leite, e como tal no ano de 1491, a 18.XI, fez doação de casas no Souto ao Cabido para aniversários (L.º 88 das sentenças do Cab.º no Arq. Dist. do Porto).

Casou com Ana de Freitas, Sr.ª da Honra de Gominhões e das Casas da Rua Nova, f.ª Herd.ª de Gabriel Gonçalves, Cavaleiro de África, Almojarife no Porto, e de sua mulher Leonor Dias, que tiveram prazo das ditas casas em 1465.

Filhos:

- 2 — Francisco Soares de Aragão, que segue.
- 2 — Helena Soares, mulher de Diogo Pinto Ribeiro, c.g. (ascendentes dos Ribeiros Soares de Noronha, de Lisboa).

⁶⁰ Eugénio de Andrêa da Cunha e Freitas, *Famílias do Porto*, (ms), vol. II, p. 247 (v. nota 47).

2 — Catarina Soares, sucedeu nas casas da Rua Nova, por doação que lhe fez seu irmão Francisco Soares em Dia de Ramos de 1508, conf. em 19.3.1517 (Livro 8.º do Além Douro, fl. 52) que deixou por não ter g. a seu sobrinho Nicolau Pinto Ribeiro».

Assim apresentados, pela douta mão do Dr. Eugénio de Andréa da Cunha e Freitas, autor destas notícias, recuam. Vão deixar o espaço todo para Francisco Soares, o que segue, seu filho mais velho e sucessor. Com ele continuamos.

Confia El-Rei D. Manuel na «bondade e discriçam» de Francisco Soares, seu Moço de Câmara. Nomeia-o a 10.6.1505 «*p.^a allmox. do noso allmox.do e dallfamdega da nosa Cidade do porto asy e pla guysa e man.ra que fora lopo vaz soairos seu pay q ds chamou*». Por alvará de D. João III é-lhe confirmado este cargo a 6.10.1525⁶¹. Sucessor a seus Pais, Senhor da Honra de Gominhães, sem se entrar em considerações sobre a sua varonia⁶², tem-se o gosto de falar do seu casa-

⁶¹ A.N.T.T., Chancelaria de D. João III, l.º 33, Confirmação do cargo de Almojarife no Porto a Francisco Soares.

⁶² No cartório do Paço de Gominhães existe um doc. escrito no Porto a 14.2.1711, assinado por José Pinto Rosa, Escrivão do Juízo de Fora do Geral da Cidade do Porto. É o treslado d'um pergaminho, donde, em resumo, consta o seg.te: Francisco Soares, Fidalgo de Solar Conhecido, apresenta a D. João III uma carta de sua nobreza e fidalguia, confirmada em Évora, a 2.3.1534. Dela consta um alvará de D. Dinis, onde se lê que Francisco Soares de Aragão, do seu conselho, lhe foi enviado e veio do Reino de Aragão a acompanhar a Rainha D. Isabel (a Rainha Santa) como «seu Ayo e privado domestico e com ella adjunto em sangue, como decendente q he desta linhagem e caza real de Aragão, e pessoa em m.tas obras de excellentes vertudes e bondades comprido e não menos de mt.^a autoridade e estima, e de mt.^o e bom conselho como es principal que o dito Rey de Aragaam em tal embaixada em seu Reino sentio, e pellas qualidades delle a dita Rainha D. Izabel a mt.^o seu rogo e nosso ficou neste Reino de Portugal e do conselho dele e foi m.tas vezes por nosso serviço, e nosso nome, e por nossos Reinos emviado a Sua Santidade a Roma, e assim aos Reis de Castela e de Aragão como a outros grandes Potentados Propor negocios e cousas arduas e em cargos mt.^o importantes...». Relata-se os seus «Eroicos e intorabeles Trabalhos»: acompanhou o Rei Português na prisão de

mento. Casa Francisco Soares com Isabel Brandão, dos Brandões do Porto, grande fortuna a movimentar-se, a brilhar no esplendoroso comércio quinhentista.

Isabel Brandão é filha de João Sanches, Vereador no Porto, dos mais ricos e principais da cidade, e de sua mulher Isabel Brandoa, que adquiriram em 1492 a quinta da Boavista, com sua Torre, no Porto (vulgo Torre da Marca) e o Padroado de S. Paio de Guimarei (Refojos, Santo Tirso)⁶³. É neta materna de João Brandão, Tesoureiro da

D. João Nunes de Lara, sr. de Biscaia e na marcha (com ajuda dos aragonezes) sobre Castela até Salamanca e Valhadolide, onde estava o Rei D. Fernando tomando a sua vista o Castelo de Medina e outros. Esteve no socorro e tomada da Sicília com Rogério de Lara, Almirante Geral do Rei de Aragão na batalha naval contra os franceses: «à vista de Napoles, sendo vizo Rei nella Dom Carôlo, Principe de Salerno, filho del Rey de França vindo entre ambos com grandes frotas e Armadas, pelejando no mar onde cahio o dito Dom Carôlo foi vencido e tomado vivo» e em «mais outras pelejas e batalhas». Por tudo isto ordena D. Dinis seja toda a descendência de Francisco Soares, mesmo a bastarda, até ao fim do mundo, fidalgos de solar conhecido com todas as «honrras, liberdades, dignidades, merces, prieminencias, Franquezas, privilégios, Izençoes e prerrogativas», dos Príncipes e Infantes de Portugal, e que nunca percam a nobreza e fidalguia, mesmo cometendo crimes. Esta extensa carta foi dada em Lamego a 2.9. era de 1317.

Parece-me apócrifo o alvará de 2.9. da era de 1317 (Ch. 1279), ano em que D. Dinis subiu ao trono, e que enviou uma embaixada a Roma. A Rainha Santa chegou a Portugal em 1282. A entrada das forças de D. Dinis até Valhadolide foi em 1286. Quanto aos combates do calabrês Rogério de Lauria, Almirante do Rei de Aragão contra Carlos de Anjou, Rei de Napoles, filho de Luís VIII de França, tiveram lugar em 1282.

⁶³ António Lambert Pereira da Silva, *Nobres Casas de Portugal*, vol. II, p. 179 Torre da Marca. Esta torre, que ainda existe, foi, segundo se lê, mandada construir na segunda metade do séc. XIV por Pedro de Sem e devia fazer parte dum paço acastelado. Um seu 5.º neto, de igual nome, vendeu-a por escritura de 26.2.1492 a João Sanches. Na descendência, deste manteve-se até 1921; seu neto Luís Brandão, f.º de seu primogénito, vendeu-a a 21.2.1565 a seu tio paterno Rui Brandão Sanches, que com ela instituiu um morgadio juntamente com o de S. Paio de Guimarei, em St.º Tirso, a 15.3.1576; é o dos Brandões da Torre da Marca, representados hoje pela Condessa de Vilar Mayor, Marquesa de Alegrete (v. vol. acima citado).

A verdadeira Torre da Marca era uma baliza para os navios, construída por 1537, em substituição dum alto pinheiro. Foi derrubada

Moeda e Contador da Fazenda no Porto (1472-1501), Recebedor do dinheiro dos Judeus Castelhanos das 600 casas e oito cruzados na mesma cidade, e de sua mulher Beatriz Pereira, senhores de vários prazos⁶⁴. É difícil resistir. Vamos espreitar, erguer um reposteiro, apanhar num lampejo a vida dos parentes de Isabel Brandão.

Por onde principiar? Pelas trovas de seu tio materno Diogo Brandão, criado ao amparo de D. João II, Cavaleiro da Casa d'el Rei e da Ordem de Cristo, Contador da Fazenda do Porto em sucessão a seu Pai, Poeta do Cancioneiro?

*«Todos atentos na morte cuydemos,
na quall duvidamos por mays nosso mall,
que dela, sabendo ser cousa gerall,
mays nos espantamos do que nos provemos.
Os beês temporães por alheos deyxemos,
poy mays nos provocã a mal que nam bem;
os quaes, cuydando nós outros que (os) temos,
eles com fortes cadeas nos tem.»*

(Cancioneiro Geral, fl. 90, col. 4.º)

pelas baterias miguelistas em 1833. A de Pedro Sem, conhecida hoje por Torre da Marca, foi mudada do alto da qt.ª «para os lados do Campo Pequeno» para o sítio actual, entre 1808-18. V. João de Magalhães Basto *Silva de História e Arte*, Da Torre de Pero Sem, pp. 205-21 e Apêndice, pp. 341-43.

⁶⁴ Virgínia Rau, *Os Brandões do Porto, uma fortuna do século XV*, Porto, MCMLIX. Entre as pp. 8, 9, 10 e 11 dessa separata estão duas fotografias do túmulo de João Brandão existente na Capela dos Reis Magos na Ig.ª de S. Francisco, no Porto. A arqueta tumular em estilo renascença tem a legenda: «Aqui Jaz Joham Bramdam Fidalgo da Casa d'el Rei e seu Contador desta cidade no ano de M.D.I.». É armoriada: escudo esquartelado: no 1.º e 4.º cinco crescentes (invertidos) postos em sautor; no 2.º e 3.º Brandão. Nesta mesma igreja há mais sepulcros de Brandões «que nos sécs. XV e XVI entre outras famílias ilustres tomaram a casa franciscana sob a sua protecção, elegendo a igreja para seu panteão». Na capela-mor estão os de Diogo Brandão Pereira e os de João Sanches «cidadão da cidade do Porto» (m. em 1512) e de sua m.er Isabel Brandoa. Têm estátuas jacentes. V. *Guia de Portugal*, IV vol., Entre Douro e Minho I. Douro Litoral, ed. da Fund. Gulbenkian, pp. 254-55. O ramo primogénito da descendência de João Brandão, Contador do Porto, é hoje representado pelos Viscondes de Balsemão (descendentes de Diogo Brandão, poeta).

Ou estas mais doces, a falarem de amor:

«...

*e assy com mall tam forte
mays creçendo minha fee,
vy passar alem do pee
as guardas do nosso norte.*

*Se dormia nam sey certo,
se velava muyto menos;
com meus males nam pequenos
nem durmo, nem sou desperto:
Nam m'estrevo de torvado
dizelo, nom sey se cale ...»⁶⁵*

E porque não pela deliciosa carta, escrita pelo outro tio, também irmão de sua mãe, Fernão Brandão Pereira, a viver na Corte, de muito novo ao serviço da Rainha D. Isabel, mulher d'el Rei D. Manuel, Comendador de Guilhabreu com tenças na Ordem de Cristo, Guarda-Mor e Camareiro-Mor do Infante D. Fernando. É também poeta:

*«Poys que tal dor me cõquista,
sendo tam pouco apartado,
que farey, desesperado,
muytos dias alonguado,
senhora, da vossa vista.*

*Muy mal se pode soffrer,
poys a tristeza d'huñ dia
doy muyto mays, a meu ver,
do que podem dar prazer
muytos outros d'alegria*

(*Cancioneiro Geral*, fl. 113, col.^a 2.^a)

⁶⁵ Diogo Brandão, «Fingimento de Amores», in *Cancioneiro Geral*, comp. por Garcia de Rezende. António José Saraiva e Óscar Lopes na *História da Literatura Portuguesa*, escrevem a p. 165: «Diogo Brandão (cujo Fingimento de Amores constitui o melhor e mais ousado espécime no género, com a sua explícita e galanteadora aceitação das penas infernais para os amantes, visto «que é impossível que hajamos duas bem-aventuranças»).

Perpassa nessa saudade sua mulher Isabel de Pina, filha de Rui de Pina, cronista-mor do Reino, a esboçar com a ajuda do genro a «*Cronica d'el Rei D. Manuel*», terminada por Damião de Goes. E a carta?

Tinge-se de negro a corte dos Reis de Aragão e Castela, está moribundo D. Fernando, Rei de Aragão. Na embaixada então enviada por D. Manuel ao passamento do sogro, vai, parece como escrivão, Fernão Brandão Pereira. De Castela, a 9.7.1516, escreve a el-Rei D. Manuel. As notícias da Flandres, de Henrique VIII de Inglaterra, de Francisco I de França brotam ao correr da pena de Fernão Brandão. E de outros personagens: «*da Raynha da dynamarqa ha quy nova que he muito mal tratada de seu marido e que a quisera já matar por vezes de cyoso e de apasyonado*», do Rei de Navarra e «*filhos menynos moreo de peçonha ã Beruca*», do Bispo de Madrid «*que he o deos do Cardeal e nã por ser pessoa de conselho nã dyna de medrar o que medrou*», do Infante D. Fernando, futuro Imperador da Alemanha «*dizem que anda namorado da filha do Rey dongria e que o deyxou elRey por governador dungria e que aly folga mays que de ser senhor do mūdo*». E mais sucessos: a tomada de Bréscia «*e neste dar ouve deferença antre francezes e venezianos e todavia ficou a venezianos elles e os francezes estam sobre verona e tomalaam porque estam prosperos o papa com elles ...*», os reparos de Flandres.

Emaranhadas notícias; o que se vê, o que se ouve, a servir de fundo ao assunto principal da carta: a crise aberta pelo testamento do Rei Fernando ao indicar para seu sucesor seu neto o Arquiduque Carlos, filho de Joana, a Louca. É a armada de 6 naus e seis mil homens de ordenanças fretada na Andaluzia para trazer o Arquiduque, a resistência da nobreza espanhola ao governo do Regente Cardeal Cisneros, as intrigas das nobres, dos cavaleiros das ordens, no seu ódio ao Rei estrangeiro e ao Cardeal, a profunda tristeza do futuro Carlos V, ao deixar a Flandres. A sua má vontade contra o país de quem nem sequer fala a língua, os esforços de seu primeiro ministro «*mom senhor de xebres*» a desviá-lo da causa espanhola, as esperanças dos de Castela postas em «*que o governar do cardeall se hyra desfazendo como tro-*

voadas»⁶⁶, todo o nascer do poder dos Áustrias em Espanha na viva narração de Fernão Brandão.

Já as naus de Portugal descobriram muita terra; um mundo imenso e novo despertou; um povo quase inteiro sonhou e morreu no mar. A vida de Francisco Soares, Fidalgo Cavaleiro, Senhor de Gominhães, e a de sua mulher Isabel Brandão não se parece à de seus pais e avós. Lisboa, capital do mundo, está aberta a África, à Ásia, à Oceania, aos Brasis. Para ela voltam-se as cortes europeias. e o gótico manuelino das suas igrejas, feito de esferas, de cordame, de ondas, dá lugar ao estilo renascença, o da moda na Europa a vir até nós. Olhem para João Brandão, irmão de Isabel Brandão, filho, como ela, de João Sanches e de Isabel Brandoa, Feitor em Flandres⁶⁷ nos anos de 1509 a 14 e de 1520 a 26.

⁶⁶ Braamcamp Freire, «Maria Brandoa, a do Crisfal», 1.^a parte, Os Brandões poetas do Cancioneiro, in *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, ano de 1908. Desta investigação histórica colhi o que no texto se refere aos poetas e a sua família. Além de muitos docs. transcreve na íntegra a carta de Fernão Brandão.

Fernão Brandão e Isabel de Pina tiveram muita geração, hoje representada pelos Marqueses de Lavradio, Condes de Avintes. Seus f.os, Diogo Brandão e Braz Pereira, não cumprimentaram o Bispo do Porto, D. Frei Baltazar Limpo ao cruzarem-se com ele. Queixou-se o Bispo a El-Rei por carta. Foi D. Baltazar Limpo o único Inquisidor no Porto. Só lá houve um Auto de Fé a 11.2.1543; o Tribunal da Inquisição foi extinto em 1544. Em 1545 foi o Bispo enviado ao Concílio de Trento. «... conjugando todos estes factos com a antipatia que a maioria dos portugueses e principalmente os Brandões e o Conde da Feira nutriam pelo Bispo, pode perguntar-se se a extinção rápida da Inquisição do Porto com a subsequente saída do Prelado, não teriam sido factos ou motivados pela influência dos Pereiras da Feira e Brandões do Porto». V. A de Magalhães Basto *Poesia dos Arquivos*, 1935, pp. 206-10, «Porque fracassou a Inquisição no Porto?», donde copiamos o trecho entre aspas.

⁶⁷ Datam, pelo menos, dos 1.^{os} tempos da monarquia as relações de Portugal com a Flandres. Encontram-se flamengos na conquista de Lisboa, na fundação da Azambuja, etc., e em 1194 já se esperava em Bruges um navio português. Braamcamp Freire no seu estudo citado na nota anterior, 2.^a parte, «A Feitoria de Flandres», narra todas as vicissitudes: o aprovar por D. Dinis, em 1293, dos «regulamentos duma espécie de bolsa do comércio... princípio da Bolsa do Comércio da nação portuguesa em Bruges», o enorme interesse tanto dos Reis de Portugal como dos Duques de Borgonha, soberanos da

Recebe, ao princípio, cem cruzados por ano e o mantimento para dois homens; depois tem a percentagem de um por cento sobre todas as mercadorias da fazenda real que venda. Zeloso no seu cargo, desde há muito conhecido do Imperador Carlos V a recomendá-lo a D. João III «*por muy bueno y leal servidor de vuestra Real Casa y buen portugues*»⁶⁸ reúne João Brandão as qualidades para o seu officio de Feitor ou Cônsul de Portugal em Flandres atento aos negócios e a todos os movimentos a interessarem a sua Pátria, a todos os passos dos grandes de então⁶⁹. E ainda mais

Flandres em manter a Feitoria e os muitos privilégios concedidos por ambos aos mercadores portugueses que vissem ou negociassem com a Flandres. A prosperidade de Bruges, chegada ao auge em 1456 onde num só dia, no seu porto, entraram 150 navios estrangeiros; a sua decadência pela mão de Maximiliano de Austria, f.º e sucessor de Maria de Borgonha, ao castigá-la pela sua revolta em 1498, transferindo todos os seus privilégios para Antuérpia, onde se manteve a Feitoria de Portugal até 1548. Relata, também, com muita documentação, os negócios e factos ocorridos nesse período, privilegiados os mercadores portugueses com o estatuto de «nação mais favorável», desde 1511. Deste estudo tirei os dados sobre a vida de João Brandão.

Embora desde D. João I houvessem Feitores na Flandres, tiveram muito mais importância no período manuelino. Representavam oficialmente o Rei de Portugal, tinham a máxima autoridade na região. Tinham a obrigação de informar a Coroa de todas as questões de interesse, de vigiar o comércio de especiarias, fretar navios, negociar empréstimos, fazer pagamentos, proteger a colónia portuguesa e relacionar-se com os poderosos, artistas e escritores do meio onde viviam.

⁶⁸ Estudo acima citado, *Archivo Histórico Português*, vol. VII, ano de 1909. Por morte d'el Rei D. Manuel, Carlos V, desde Bruxelas, a 28.1.1522, escreveu a D. João III, a recomendar João Brandão. E diz mais: «... y auremos mucho plazer que las cosas que de vuestra parte con nos aca se ouveren de comunicar por sua mano por que es persona que entiendo muy bien a haze lo que conviene».

⁶⁹ Cinco das cartas escritas por João Brandão para El-Rei D. Manuel estão publicadas no estudo acima mencionado. Escritas de 8.8.1509 a 25.2.1511, as 4 1.^{as} em Antuérpia e a última em Ranna, tocam diversos assuntos. Fala na 1.^a da grande amizade existente entre o Imperador e o Rei dos Franceses (Maximiliano I da Alemanha e Luís XII), na queda de Pádua rendendo-se aos venezianos e massacrando os homens do Imperador, o furor deste e as represálias que pretende tomar, a embaixada dos de Veneza a pedir socorro ao Papa e a má resposta obtida. Relata ainda a pirataria escocesa sobre

«por saber a lymguajem da terra, que de moço se criou lá e em Inglaterra, e he muito conhecido del Rey fala ãgrês e escorcês e francês e framêgo, como se a cada hua delas nacera e rezoadamente o alemão».

A Flandres chegam carregadas as naus portuguesas. Não trazem só o sal, o vinho, o azeite, o pastel, a grã, o mel, a cera, o unto, as peles, a cortiça, o esparto, as frutas frescas e secas, cobertas e em conserva, base do nosso comércio por muitos e demorados anos. Agora chegam cheias, repletas de pedrarias, de pérolas, de oiro puro em maço e batido. De pimenta de Benin, de açúcares de S. Tomé, de aloés de Cacatora e Bengala, de âmbar da Etiópia. De Tonkim vem a algália e o almíscar, do Tibet o ruibarbo, do Ceilão e Malabar a canela. Trazem também dentes de elefante, o pau-brasil, a raiz da China, o algodão e todas as mais especiarias

os nossos navios, o ter recebido as dez tapeçarias que encomendou, do envio de livros para Portugal, das contas pagas pelo negociante Frescobaldi sobre a conta da malagueta e dos preços das especiarias. Noutra carta dá notícia do bom êxito na compra de mastros, do frete da nau «Juliôa» para os levar e como lhe fez o lastro com tijolos, cobre e barris de Manilha. Exulta com a missiva do Imperador para «Madama» (Margarida de Áustria, regente dos Países Baixos) a contar-lhe que a Armada de Portugal saíra de Meca, que tinham tomado, assim como Mafamede, e além disso desbaratado uma grande frota de terra e conquistado Calicut, depois de a saquearem. A 3.^a carta explica as vendas feitas do açúcar, balas de pimenta e pimenta molhada e compras de trigo e de algumas peças para o guarda roupa real. Diferente é a 4.^a carta: narra o estratagemma do Duque de Guelves ao tomar «ardujque» (Harderwijk, Holanda), o facto de «madama estar muy mall contente», desejosa de vingar-se nem «que lhe custe todas as joias» e o perigo duma revolta se «moseor de system» (M. de Yssalstein) «isto nam concerta». Refere a ocupação de Utreque pelo Duque, a partida para o Papa dum embaixador do Imperador, chegado de França (dyzem que sera pera fazer concerto entre o Papa e o rei de França»), a uma embaixada «hida de inglaterra (Inglaterra) ao emperador, que foy oculta sem se poder nem hũa cousa entender») e aos boatos de guerra entra a França e Fernando de Aragão. A última carta, escrita em Ranna (Zelandia, Holanda), dá conta da chegada de 287 sacas de malagueta, isto é 641 quintais, 3 arrobas e 14 arrateis e meio, da qual já vendeu alguma. Discorre sobre os preços da pimenta e gengibre e o envio de peças de estanho e fardos de pano fino de Flandres, tudo «preso pello regelo» invernall.

e drogas. Voltam para Lisboa com compras pagas com quintais de pimenta. Levam os panos de Arrás, o cobre, as armas guarnecidas, os lombos de martas⁷⁰, as folhas para pintar círios, as selas trabalhadas, as peças de ourivesaria, os estanhos, as bacias de barbear e de urinar, as guarnições, os trajes ricos, as gorras e barretes. Não se contam os metros do raiado de Lille, da escarlata flamenga, dos tintos de Gand, das branquetas de Camina, da estamenha de Brujes, da «brujia faldada». E a quantidade de lenços, de rendas, de toalhas de mesa e de altar. E também as rimas de pergaminho para os livros de iluminúras. Não tem João Brandão um momento de seu, nem para gozar as «dez arrobas de confeitos, amendoas e conservas» do «milhor que ouver», presente enviado todos os anos por El-Rei D. Manuel⁷¹ talvez gulosamente aproveitadas pela única filha de João Brandão: Maria Brandoa, a do Crisfal, a dar o seu nome ao estudo de Braamcamp⁷².

Albrecht Durer chega a Antuérpia em 1520, e quer a confirmação da pensão de 100 florins concedida por Maximiliano. Logo é festejado pelos portugueses. No seu diário anota os 19 banquetes que lhe oferecem, quase todos em casa de João Brandão. Ficam amigos. Presenteia-o o Feitor Português com especiarias, peças de ouro e coral, papagaios para sua mulher, Inês Durer. Nos poucos meses da sua estadia, Durer corresponde com galhardia: pinta João Brandão a carvão, pinta-lhe a escrava, (a preta Catarina), dá-lhe gra-

⁷⁰ Na sua passagem por Bruges, em 1452, comprou um recebedor da Chancelaria da Corte e para gastos do ofício do recebedor do Tesouro de D. Afonso 5.º: 200 lombos de martas zibelinas e 2.000 lombos de martas comuns. (Vol. citado na nota anterior).

⁷¹ O rol de mercadorias é tirado do liv.º citado na nota ant. Toda a documentação apresentada tem o maior interesse. Por ex.: a concessão em 1511 pela cidade de Antuérpia duma casa para o Feitor Português sua localização e destino, os direitos dos feitores portugueses poderem receber anualmente e para seu gasto pessoal, oito toneis de vinho e quarenta de cerveja, livres de direitos, a «Quytaçam dos herdeiros de Joham Brandam», escrita em Lisboa a 28.8.1555, etc.

⁷² Casada com D. Luís da Silva de Menezes, Capitão de Tânger, onde foi morto. C.G. talvez extinta, mas com probabilidades de ter seguido na Índia.

vuras em cobre, em madeira, pinturas, esculturas, desenhos, as obras várias das suas mãos de artista⁷³. A «Brendan», que assim o trata, no seu enviar dos presentes para Portugal, fica a nossa arte a dever um pouco na grande inspiração dada por Dürer com suas gravuras e estampas ao florescer da renascença em Portugal.

E agora um importante documento⁷⁴:

«Doação da sepultura de S. fr.co a fr.co Soares sogro de m.el cirne.

Em nome de Ds Amen saibam os q esta nossa Carta de doação pera todo o sempre virem q̄ no Anno do nacim.t.º de nosso sōr Jesus Xpo de mil e quinhentos e quorenta e quatro annos aos deza-sete dias do mes de setembro de mil e quinhentos e quarenta e quatro annos da presente era nos o Guardiam e padres do mostr.º de são fr.co da cidade do porto todos Juntos em o cabido per soõ de campãa tangida segundo nosso costume todos Juntante dissemos q̄ avendo respeito as esmolas q̄ do sōr fr.co soares fidalgo da casa delRei nosso sōr e da sōra sua molher temos recebidas e ao diante esperamos receber. q̄ por tanto lhe damos hũa sepultura q̄ estaa no cruzeiro da Igreja pegada cõ hu degrao da capella moor de hũa parte parte cõ a sepultura de vicente p.^a e da outra parte cõ a sepultura de Janalvrêz pr.^a e esta sepultura lhe damos asi doje p.^a todo sempre p.^a elle fr.co soares e sua molher e filhos e filhas seus ascēdentes e descendentes per linha dr.t.^a com tal condição q̄ elle ditos fr.co soares e sua molher e f.os e f.as

⁷³ Joaquim de Vasconcelos, *Albrecht Durer e a sua influência na Península Ibérica*, Imp. da Universidade, 1929, 2.^a ed. Muitas das obras de Durer desapareceram; estarão, segundo esta fonte, na Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, para lá levadas quando da ida de D. João VI (notícia de 1876).

⁷⁴ A fotocópia do doc. foi-me amavelmente oferecida pelo seu possuidor, o Ex.mo Sr. Dr. Artur de Sandão, notável investigador, autor de preciosas obras, a quem, reconhecida agradeço.

ascendentes e descendentes a nã possam vender nẽ dar nẽ fazer della algum partido sem vontade e cõsentim.to do Guardiãõ e padres do dito mostr.º e fazendo o contrairo a perderãõ e os padres do dito mostr.º a poderã livremente dar a quẽ lhes aprouver e por sua segurãça, lhe damos esta nosa carta per nos feita e asinada e aselada cõ o selo deste nosso cõvento. feita e acabada anno mez era dia sobredito». (Seguem-se as assinaturas).

Hoje a talha dourada cobre o interior da Igreja de S. Francisco, no Porto. Triunfo do rócocó é uma das igrejas de ouro a pedir visita. Refulge, brilha, faísca a madeira trabalhada. Entre as arquetas tumulares no estilo renascença, o branco mármore com veios rosados das sepulturas dos membros da sua família, não está o sepulcro de Francisco Soares, a fria pedra no cruzeiro da Igreja.

Sua filha e herdeira, Filipa Brandão, é mulher de Manuel Cirne, viúvo, com geração de sua prima co-irmã Isabel Brandão⁷⁵. Por este casamento entraram os Cirnes, corrutela da palavra Cisne, conhecidos no Reino de há muito⁷⁶, na his-

⁷⁵ Era f.ª de Fernão Novaes e sua m.er D. Brites Brandão (irmã de Isabel Brandão casada com Francisco Soares). Do seu casamento com Manuel Cirne houve, além de duas senhoras s.g., a João Cirne, suc. a seu Pai, que tomou o partido de Castela, sendo do concelho de Felipe II, à morte do Cardeal-Rei, Morgado de Agrela e Com.or de Arcozelo na O. de Cristo, casado e parece c.g. extinta.

⁷⁶ Diz Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana*, vol. I, Tomo II, Cirnes, p. 631 ser Manuel Cirne, f.º de João Cirne, muito honrado cavaleiro, nat. do Porto e casado por «amores com Maria Eanes da Rua mulher fermoza e rica», f.º de João Gomes da Rua, o Africano, por se achar em Azamor, e neto de outro João Cirne, o Velho, vindo da Galiza em companhia do Conde de Caminha, Visconde de Tuy, de quem, segundo alguns, era f.º natural, isto, segundo nobiliários, entre eles, o do P.º Peixoto. Discorda este da filiação de João Cirne, diz que é português f.º de outro do mesmo nome e de Maria Fernandes de Sottomayor, galega, parenta do Conde de Caminha. Sem tirar conclusões acrescenta que o 1.º Cirne a aparecer em Portugal foi Ayres Afonso Cirne, a quem, a 23.6.1395, D. Pedro doou o Castelo de Monforte; não estabelece ligação com os outros. Gayo concorda no *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Tomo XII, Cirnes, mas diz também

tória e senhorio do Paço de Gominhões. Colorida, movimentada é a vida de Manuel Cirne. Foi, no dizer dos nobiliários, Provedor-Mor da Fazenda d'el Rei, em Mazagão⁷⁷. Curtido pelos anos, aparece-nos em 1531 em Bruxelas. Lá assiste D. Pedro de Mascarenhas, antigo capitão das Armadas Reais, sagaz diplomata, embaixador de D. João III, ao Imperador Carlos V⁷⁸.

que João Cirne, o Velho, foi inglês, tendo vindo para Portugal no tempo de D. Afonso V ou da Rainha D. Filipa de Lancastre, de que foi seu Mordomo.

⁷⁷ 2.º livro citado na nota anterior.

⁷⁸ Dá-se aqui a síntese da agitada vida de D. Pedro de Mascarenhas, a merecer bem uma boa biografia. 3.º f.º de D. Fernão Martins Mascarenhas e m.er D. Violante Henriques, foi, em menino, págem da Rainha D. Leonor. Em 1516 partiu para Safim, tomou parte em diversas escaramuças. Em 1520 comanda a Armada do Estreito, socorre Arzila, distingue-se em Mençara («Cartas de Quitação d'el Rei D. Manuel»), é General dos Navios e Galés, posto com que guardou as Costas. Em 1521 acompanha a Sabóia a Infanta D. Beatriz (Braamcamp Freyre *Os que foram a Saboya com a Infanta*, A. 2.1.1522 recebe pelos seus serviços a graça e mercê do ofício de Estribeiro-mor (Pero de Alcaçova Carneiro *Relaçam*, p. 215). Como tal, a 2.10 vai como emissário de D. João III ao Imperador Carlos V, tratar da jornada da Rainha D. Leonor à Corte do seu Imperial mano (*Corpo Diplomático*, vol. IV, p. 33). Os despachos a nomeá-lo Embaixador de Portugal junto de Carlos V datam de 23.11.1529 (3.º liv. citado, p. 61). São muito curiosos: vai tratar das negociações das Molucas, recomenda-se-lhe a constante assistência ao Imperador, as relações com outras cortes, etc. É em Spire (Alemanha, margens do Reno) que a 4.12.1530 tem a 1.ª audiência com o Imperador. Dias depois, a 3.1, estão ambos em Colónia; no resto do ano fixa-se em Bruxelas, capital das 17 províncias sob o jugo imperial. Aí oferece as célebres festas e banquete e tem como mestre de latim André de Resende, sempre a acompanhá-lo. A 17.1.1532, em Antuérpia, prepara-se para ir com Carlos V à Alemanha; até Setembro passam por Colónia, Mogúncia, Ratisbona. Com o seu exército vai o Imperador socorrer Viena de Áustria, ameaçada, mais uma vez, pelos turcos, D. Pedro de Mascarenhas comanda um terço, muito se distinguindo. Deixam Viena a 4 de Out. A 7 Nov. estão em Mântua, demoram-se em Bolonha, chegam a Génova a 28.3.1533; despede-se de Carlos V em Barcelona em Abril desse ano (Braamcamp Freyre *Vida de André de Resende*). A 29.12.1537 parte como Embaixador junto à Santa Sé. Só lá chega em Agt. 1538. As suas cartas durante o período que serve em Roma são do maior interesse. Desconfiado da corte pontifícia, conhecedor da cor-

Está Bruxelas em festa! Em honra do Infante D. Manuel, filho de D. João III e logo jurado Herdeiro do trono, nascido em Alvito, no Alentejo, no mês anterior, oferece D. Pedro de Mascarenhas ao Imperador uns soberbos festejos⁷⁹. Tem

rupção existente, trata sagazmente das questões de interesse do Reino; entre elas a da Inquisição (4.º livro citado, vol. I, II, III e IV) e Alexandre Herculano, *História do Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Vol. II, pp. 222 e segs., 4.ª ed. Por não as poder focar todas, menciona-se uma dirigida a D. João III, a 9.3.1540, onde escreve: «que este papa he homem para se esperar delle todo o rigor com o tomar o freo nos dentes» (*Corpo Diplomático*, tomo, IV, p. 233), a dar ideia da sua linguagem franca e pitoresca. Desinteressado das negociações, pede, com insistência, o seu regresso a Portugal, onde chega a 15.3.1540 (id., p. 300), traz consigo, e por sua interferência, S. Francisco Xavier a instalar a Companhia de Jesus em Portugal (Alfredo Pimenta, *D. João III*, pp. 297 e segs).. Encarregado de questões fonteiriças, data de 14.8.1541 uma carta sua a pedir letrados para examinarem o processo das demarcações de Arronches com terras de Castela (*Corpo Diplomático*), em 1542 trata dos mesmos assuntos. Em 1549 está novamente envolvido nas querelas e sortidas com os príncipes marroquinos. Mordomo Mor do Príncipe D. João, por sua morte e a instâncias de D. João III aceita em Janeiro de 1554, o cargo de Vice-Rei da Índia; chega a Goa a 16.9 do mesmo ano. O seu governo caracteriza-se pela benvolência e diplomacia com o rajá de Chembé. Adoeceu, e passado poucos dias faleceu em Goa a 23.6.1555.

⁷⁹ André de Resende, «*Genethliacon Principis / Lusitani, ut in Gallia Belgi / ca celebrarum eft, autro clariss. D. Pedro Masca / regna, regio legato, / mense Decembri MDXXXII / Eiuſdem Refendii epicedion / et Ode, in raptum Decorû / principem, puerum, / milerium*. Mestre de latim de D. Pedro de Mascarenhas, André de Resende escreveu este poema a descrever os festejos em Bruxelas em Dezembro de 1531, data da sua realização. Foi impresso em Bolonha em Jan. 1533. Esta obra, muito rara, vem descrita, com comentários e reprodução do rosto, no excelente catálogo J.A. Telles da Sylva, *Manuscritos & Livros Valiosos*, vol. I, 1971, p. 44, e também no profundo estudo de Francisco Leite de Faria *Estudos Bibliográficos sobre Damião de Goes e sua Época*, Lisboa, 1977, p. 396. Lê-se nesta douta obra que no *Genethliacon*, poema em latim, cita-se Damião de Góis como um dos que assistiram às festas. Segundo faz notar Braamcamp Freyre, no vol. citado na nota 80, era vulgar no séc. XVI haver confusão na maneira de datar os anos nos últimos dias de dezembro; misturava-se o ano do Nascimento com o da Circuncisão (ob. citada, p. 209). As festas em Bruxelas foram em 1531 e não em 1532.

a seu lado, André de Resende, então seu mestre de latim, a espantar com seu saber e as suas odes. Num palco fazem representar um auto de Gil Vicente: o «Jubileu de Amores». Satiriza-se o clero de Roma. O público ri, torce-se em esgares e aplausos. «*Todos, riram tanto que parecia que todo o mundo se desfazia em jubilo ... Julgava achar-me dentro da Saxónia a ouvir Lutero ou estar no meio dos horrores do saque de Roma ...*»⁸⁰.

Corramos de outras comemorações ao famoso banquete. Oferece-o o embaixador português ao Imperador Carlos V, a sua irmã a Rainha da Hungria, Maria de Áustria, e a seus sobrinhos, o Príncipe Jorge da Dinamarca e suas irmãs⁸¹. Quantas sedas, quantas peles, quantas jóias! Quanto espanto nascido da prodigalidade de D. Pedro de Mascarenhas! Conta-se, afirma-se: nessa noite Manuel Cirne⁸², com alarde, com

⁸⁰ Anselmo Braamcamp Freyre, *Vida e Obras de Gil Vicente*, Porto, 1919 Carolina Michaelis de Vasconcelos *Notas Vicentinas. Preliminares duma edição crítica das obras de Gil Vicente. 1 Gil Vicente em Bruxelas ou o Jubileu do Amor*. Este auto encontra-se entre as obras perdidas de Gil Vicente, foi representado em Bruxelas por ocasião das festas de D. Pedro de Mascarenhas, e parece ter sido muito irreverente. O trecho entre aspas, é reproduzido dos livros acima citados; trata-se duma carta do Núncio Alexandro, assistente aos festejos, dirigida ao Príncipe e indignado com a forma com que Gil Vicente mostra a corrupção do clero romano, e ainda mais com o público, aos aplausos e às gargalhadas.

⁸¹ Anselmo Braamcamp Freyre, *Vida de André de Resende*, in *Arquivo Histórico Português*, vol. VII, p. 349.

⁸² Lê-se no 1.º livro citado na nota 76: p. 632 do 2.º Tomo: «... Manuel Cirne ... delle fazê menção Soeyro na historia dos Duques de Borgonha 2 p. e fr. Diogo de Castilho na carta dedicatoria do livro q fez da viagem dos turcos, q lhe dedica. Este foy o q em Flandres quando D. P.º Mascarenhas foi por Embaixa.or ao Emp.or Carlos 5.º estando Solimão sobre Viena, dando o d.º Emp.or em Brussella hũ banquete ao dito Embaixa.or e o Principe de Danemark, e ao Conde Campeggio Legado do Papa, e a outros senhores, fez q pellas ruas da cidade ardessem fogueiras de Canella, e deu muita cõ q se guizarão as iguarias daquelle famozo convite servindolhe de Lenha, manificencia que deixou admirados a todos os q a virão, com q ostentou as riquezas de Portugal e leberalidade delRey D. J.º o 3.º que lhe agradeceo despois muito o lança ...». Repetem o mesmo, em aditamento os editores de Gayo (nota 76). Ao querer verificar

rópia, manda encher os fogões de lenha preciosa vinda nas naus, dá com larguesa para as iguarias. Por ordem sua e à sua custa, pelas ruas de Bruxelas, à passagem da comitiva do banquete, ardem fogueiras de canela exótica, odorífera, rica especiaria a fumar, a perfumar a cidade pasmada pela magnificência desse português, a abrilhantar ainda mais os festins da sua embaixada.

«Está Solimão sobre Vienna». Vai o Imperador socorrer a martirizada cidade. Sabe D. Pedro de Mascarenhas, ter D. João III, «muito desejo e vontade»⁸³ à guerra ao turco. A comandar um terço, acompanha o Imperador, ansioso pelo combate. Leva Garcia de Resende, leva mais homens. A Manuel Cirne, esperam-no outros climas, menos nebulosos, onde os factos estejam mais claros, e não só vistos entre a densa fumarada das fogueiras a perfumarem Bruxelas.

este facto li, por gentileza da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Frei Diogo de Castilho, *Livro da Origem dos Turcos*, Louvaina na oficina de Mestre Rogero Rescio público leitor Grego, anno de 1538. Não menciona este acontecimento. Dedicava o livro ao «mui nobre Senhor Manoel Cirne Cavaleiro fidalgo da casa delRei nosso Senhor, he seu feitor em frandes, ç». E segue: «Como, mui nobre Senhor, Depois que sua humanidade he generoso coracaom conheci, de continuo desejasse fazerlhe algum serviço Com ho qual sua benivolência (posto caso que a todos seja mui comum) maes compridamente alcançasse...», e mais adiante «... Ha rezaom principal queamim comoveo ha esta istoria escrever (como disse) foi fazer serviço avossa merce, por quanto sabia, que os grãdes negocios, que del Rei nosso Senhor tem he teve ate ho presente naom lhe davaom lugar a q lesse taom diversos autores (hoque amim he dado por officio) ... Has descriçoes que mui nobre Senhor em esta istoria pus por quanto soube ser vossa merce mui dado ha Geographia ...». São estas as referências que faz a Manuel Cirne. Ignoro a que título se encontrava M.el Cirne em Bruxelas na ocasião das festas (1531).

⁸³ Nas muitas instruções que leva D. Pedro Mascarenhas ao ser nomeado embaixador de D. João III junto a Carlos V (António de Alcaçova Carneiro *Relaçami*), há estas: «... e quanto à outra parte de guerra contra o Turco, se nisso vos fosse falado pelo Imperador, meu irmão, direis que sabeis que, para toda a guerra de infieis tenho muito desejo e vontade, e que tendes por certo que, na do Turco, farei tudo o que puder e dever fazer, ainda que cá continua e tão perto de mim a tenho com El-Rei de Fez e outros mouros destas partes...».

O vento sopra as searas. Amarelas, douradas, ondulam, deslizam ao sabor da brisa. O sol, fulgurante, bate em cheio nos campos da Andaluzia. Sol a secar, a mirrar as planícies marroquinas, praças portuguesas entre a erva rasteira e queimada. Urge abastecê-las. De há muito os monarcas portugueses e os reis católicos «complacemse» em acordos: estabelecem-se os primeiros, dão os segundos licença para Portugal fixar feitorias na Andaluzia. Assim ficam bem fornecidas as nossas praças em Marrocos. Para lá, saiem dos portos andaluzes quintais e quintais de trigo. E cevada, biscoitos, cal, madeira, armas, munições. E até, nas horas trágicas dos maiores cercos, homens arrebanhados pelos nossos feitores na Andaluzia, a socorrer as ameaçadas praças, as nossas, em África.

Em 1532, Manuel Cirne é nomeado Feitor em Málaga. Tem o cargo de abastecer «seis lugares que são Ceuta, Alcácer-Seguer, Tânger, Arzila, Azamor e Mazagão»⁸⁴. Incrementa a compra do trigo, manda-o ensacar, vigia os embarques em Málaga, no Porto de Santa Maria, em Almazarron. Dos portos e rios espanhóis, saiem as naus portuguesas. Portugal e Castela, unidos pelo ódio aos infiéis, trocam gentilezas, fazem-se facilidades, pagam-se dívidas, baixam os preços do trigo, resgatam cativos. Sucedem-se as «cédulas reales» conforme as necessidades do Reino do «Serenissimo, muy alto y muy poderoso Rey de Portugal, mi muy amado sobriño».

Manuel Cirne não pára. Do Porto de Santa Maria, barra fora, saiem «seis caravelas juntas» em socorro de Safim e da Armada do Estreito. «Com muita diligensia» carregou-as com 1500 quintais «de muito bom biscoito» e 200 cacifos de trigo. Leva, a que vai para o Estreito, 200 quintais de biscoito, 25 botas de vinho, 100 dúzias de pescadas, 1 pipa de vinagre e outra de azeite; têm o bastante para dois meses. Para Arzila partirá um navio com 51 besteiros e espingardeiros e um carregamento de biscoito. Para Tânger, a embar-

⁸⁴ Tomás Garcia Figueras, *Miscelanea de Estudios Historicos sobre Marruecos*, Larache, 1949, Los «factores» portugueses em Andalucia en el siglo XVI. Manuel Cirne diz esta frase numa petição ao Concelho de Jerez de la Frontera (1535).

car «na segunda oitava do santo espirito» um grande contingente de besteiros e 400 cacifos de trigo carregados em 3 navios. Para Tarifa zarpa um bergantim a colher novas. E sabe de dinheiros descaminhados, manda despachos, paga certidões. Envia ferro, carvão, «preguadura, tavoados, traves e cunhas de ferro». Despacha para Lisboa um caravelão com «80 quintais de polvora em 76 barris que veio de Malaga muito boa», tenta com dificuldade arranjar salitre. Procura os melhores preços. Sabe das «novidades» a brotarem da terra. Confia segredos⁸⁵. E para não «alvoroçar o Reino», não repete como verdadeiros os boatos sobre Barba Roxa, a entrada em Tetuão de 27 fustas de turcos, todas as novas aterradoras do avanço inimigo⁸⁶.

A seca chega em 1535. Faltam cereais, surgem contratempos. Protesta o concelho de Jerez de la Frontera, cansado de ver escoar para os portugueses o trigo a fazer-lhe falta⁸⁷. Prossegue a azáfama de Manuel Cirne. Em Málaga, no Porto de Santa Maria, por toda a Andaluzia compra, cavalga, contrata gente, despacha naus e galéras, prova biscoitos, regateia. Cumpre bem a sua missão⁸⁸. A 5.2.1537 é

⁸⁵ O segredo confiado numa carta (nota seg.te) é sobre um preso em Cádiz «Tam endiabrado que de duas hade fazer uma ou ambas». Prevê M.el Cirne 2 hipóteses: deixá-lo fugir da cadeia «q he pera isso muy aparelhada» ou o tempo passará, gasto pelo prisioneiro na sua defesa, a mentir e a enredar, «sustentado à custa de V.A.». Ajusta com o «principal» de Cádiz a fuga da cadeia, de maneira que possam agarrar o prezo, embarcá-lo numa caravela portuguesa para onde D. João III quizer, de forma que o preso não saiba para onde, «senão quando se achar em Lisboa ou em qualquer lugar do Reino do Algarve». Quem seria o preso?

⁸⁶ Carta de Manuel Cirne a «ell Rey noso Sör», escrita no Porto de Santa Maria a 23.5.1534, pub. em Affonso de Dornellas *História e Genealogia*, V vol., Lisboa, Casa Portuguesa, 1919, pp. 73-81, estudo XXXVI. O custo das praças do Norte d'África no século XVI, (subsídios históricos).

⁸⁷ L.º citado na nota 84, p. 89.

⁸⁸ Entra em funções em 1532 nos documentos malaguenos (Bejarano Roble «Aportación del Concejo de la ciudad de Málaga al abastecimento de las plazas portuguesas de Marruecos», Larache, 1940, p. 152) e em documentos jeresanos a provarem sua estadia no Porto de Santa Maria (Actas Capitulares de Jerez, sessão de 3.3.1534)

nomeado Feitor na Flandres⁸⁹. De lá mandará, em 1539, em nome do Rei de Portugal, à cidade de Jerez de la Frontera, como presente, um rico pano de Arrás⁹⁰.

Está longe a Feitoria de Flandres dos tempos da grandeza. Em 1537 só o juro do dinheiro levantado subia a 120 mil cruzados por ano; cresciam as dívidas⁹¹. Mas a que vem falar-se de dinheiro quando na Flandres ainda tudo são sorrisos, tudo são honras para Manuel Cirne, feitor português, esbanjador e magnífico?

«*Em campo azul um cisne de prata, a nadar num rio da sua cor. Acompanha-o, em chefe, sete estrelas de oito pontas em oiro. Timbre: o Cisne*». Porquê esta descrição heráldica? São as armas de Manuel Cirne cantadas nesta quintilha:

*«Estas deu o Imperador
Ao nobre porta leis
Em Flandres sendo feitor
Por El-Rei nosso Senhor
Que tambem mercê lhe fez»*⁹².

Um gesto testemunha a sua opulência: a 17.6.1539, com licença régia, compra a D. Manuel Pereira, 3.º Conde da Feira,

desde 1534 alternando a sua presença em ambas as cidades onde havia feitorias e escrivão da mesma (Bejarano «Aportacion», p. 153) pois se em Málaga está em 1532 (*ob. cit.*, p. 153), em 1534 (*id.* p. 155, em 1535 (*id.*, p. 162) e em 1536 (*id.*, p. 166), no Porto de St.^a Maria ou em Jerez acha-se em 1533 (Liv.^o Capitular, Ses. de 3.4. fl. 144 v.^o), em 1534 (*id.* ses. de 28.1., fl 567) e em 1535 (ses. de 3.3., fls. 214 v.^o)...». Tradução do liv.^o mencionado na nota 84, onde chamam, por vezes por equívoco, a Manuel Cirne, Manuel Carne.

⁸⁹ Chancelaria de D. João III, Liv. 24 de Doações, fl. 21 v. in estudo citado na nota 67, p. 406 do *Archivo Histórico Português*, vol. VI.

⁹⁰ L.^o da nota 84, p. 114.

⁹¹ Fr. Luís de Sousa, *Anais de El Rei D. João III*, p. 40L.

⁹² D. João Ribeiro Gaio († em 1601), Bispo de Malaca «Coplas às Armas da Nobreza de Portugal», ms. que pertenceu a D. António Caetano de Sousa, mencionado no *Apparato à História Genealógica da Casa Real*.

o senhorio de Refojos de Riba d'Ave e a Serra da Agrela⁹³. Fica senhor destas terras, a transmitir a seu primogénito.

A época é movimentada, está atento Manuel Cirne. Procura saber, informar-se. E dá novas: ali o tribunal de Baiona a «espertar» intrigas: a má vontade do rei da Escócia, a sua sanha contra os navios de Portugal; além o grande «ajuntamento» na Alemanha. O Rei dos Romanos, 23 ou 24 Príncipes cristãos, arcebispos e bispos eleitores, os principais letrados e herejes debatem o tremendo emaranhado, a enorme dúvida a avançar pela Europa: o crescimento do protestantismo, o agitar das consciências. Também fala da Inglaterra, donde se contam coisas «Extranhas».

«... que o rei deixou aguora a irmã do duque de cleves que recebo por mulher e por raynha no mez de janeiro passado». Porquê? Não se sabe. Talvez por um antigo noivado com um duque de Lorena; pode ser por Henrique VIII querer casar com uma sobrinha do «duque de norfoque» e «que anda ja prenha». Manuel Cirne tem por certo serem estas causas invenções, seguro «que o povo lança juizos por mall dizer». Mas há mais: «por traidor por hereje ou por tudo Mestre Cramuell» está preso no Castelo de Londres. Ainda não chegou a notícia da sua execução.

Alvoroadas estão também as terras onde vive o feitor português. «Vegytaas» o Imperador. Visita-as mas cobra-lhes: Barbante promete seiscentos mil cruzados pagos em seis anos e o desempenhar dos 25 mil cruzados vendidos em 1537 das rendas de Carlos V ao tempo da guerra da França;

⁹³ Este senhorio e a Serra da Agrela (conc. de St.º Tirso) comprou-os «por preço de 80 tt.os, escritura feita em Arnellas pello Tab. M.el Affonso que na escritura diz ser notario Gal», in 1.º livro citado na nota 76.

O único f.º varão do 1.º casamento de M.el Cirne foi João Cirne, suc. nesses bens, Com.or de Arcozelo na O. de Cristo, do conc. d'el Rei (C. de 11.5.1580), perseguidor do Prior do Crato, c.c. D. Antónia da Silva, f.º de Ant.º Carneiro, Sr. da Ilha do Príncipe. V. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real*, Tomo XII, 2.ª parte, pp. 1145-50 onde vem a sua descendência, quase toda na Índia até à sua provável extinção, exceptuando um ramo ilegítimo a vir até hoje (Aucourt Padilhas, citadas no 2.º e 3.º parágrafo da nota 280 do meu «*Casa do Cano ou Salvador*».

o Condado de Flandres oferece 750 mil cruzados a pagar da mesma maneira; Malines 180 mil. Caiem as moedas nos cofres imperiais. Falta a Holanda e a Zelândia donde virá bela soma, são ricas e pela primeira vez visitadas. Esquecidas não serão «pois também lá irá», as terras de «enãos e de artoes e lucemburgo e outras juntas». Com desconfiança, com entusiasmo, por medo ou por devoção todas dão, todas se esvaziam ao aplaudir o Imperador.

Encanta-se Manuel Cirne com a fartura das colheitas, as «mylhores e mays enxutas que nunca viram», futura as boas compras do trigo para Portugal, confia sobre o dinheiro «que faz vir de Castella o Imperador pella posta, dez ou nove mil cruzados por cada correio»⁹⁴. Quanto mais não terá escrito Manuel Cirne a El-Rey, quantas mais notícias lhe não teria dado?

Temos agora o grande reverso: em 1540 regressa da Flandres. «... dizem q trouxe 200 mil cruzados, e dando suas contas foi malcinado nellas por Sebastião da Ponte seu f.º B. q servia de seu caixeiro, e o Rey D. João 3. o mandou prender, e a Jorge de Barros seu antecessor dando-lhe 100 mil reis por dia. El Rey se compadeceo delle e se concertou com 60 mil cruzados de m.el Cirne e com 20 de Jorge de Barros de q se lhe passaram quitações»⁹⁵.

E também uma pausa amena. Dizem que a alta e bonita fonte, encostada ao largo patamar do Paço de Gominhões veio de fora, talvez da Serra da Agrela. Tem linhas renascentistas e é linda. Seria Manuel Cirne a mandá-la vir? Num murmúrio, gota a gota, não dão resposta as suas frescas águas. E a história segue nos meandros do tempo.

Em 1559 cedem-lhe os frades de S. Domingos, do Porto, «mediante a renda anual de 50.000 rs», a Capela Mor da sua Igreja para sua sepultura e de seus descendentes⁹⁶.

⁹⁴ «Carta de Manuel Cirne a El-Rei D. João III, «escrita em Antuérpia a 26.7.1540, Corpo Cronológico, part. I, maço 67, doc. 130, pub. por Braamcamp Freire (nota 87), vol VIII do dito *Archivo*.

⁹⁵ Continuação do trecho da *Pedatura* na nota 82.

⁹⁶ Eugénio de Andréa de Cunha e Freitas «As Capelas de S. Domingos no Porto», in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. II, (1.ª série, 1939). Aí também se lê que seu f.º mais

Desaparecida, de há muito esta Igreja, nada mais acrescentamos à vida de Manuel Cirne e à da sua segunda mulher, Filipa Brandão, senhora do Paço de Gominhães, herdado de seus Maiores.

Do filho do casamento de Manuel Cirne com Filipa Brandão — o herdeiro de Gominhães — só umas breves linhas, copiadas dos nobiliários: «Pedro Vaz Cirne, sucessor casou no Porto com D. M.^a Pereira f.^a de Diogo Brandão, irmã de Affonso Brandão, morreo doudo e por gastador foi prezo por dividas»⁹⁷. À falta de documentação resta ressaltar o parentesco com sua mulher, filha de seu tio-avô, Diogo Brandão Sanches, fidalgo da Casa d'el Rei, Senhor de Coreixas, e neta paterna de seus bisavós João Sanches e Isabel Brandoa, atrás largamente citados. Temos então com sangue dos Brandões do Porto, pela Mãe e pela avó paterna o sucessor da Casa: Manuel Cirne Soares, Senhor de Gominhães, a viver no Porto, «na rua nova nas casas que são as milhores della junto a S. Fr.co»⁹⁸.

Chegamos a Manuel Cirne Soares, pouco tempo casado, por Deus o chamar, com D. Antónia de Sousa Alcoforado, a que trouxe, em dote que não vi, metade da Torre de Alcoforado, freguesia de Frazão, em Paços de Ferreira. «*He esta familia huma das que vemos mais liadas por casamento com as principais do Reino como se alcançará em vários titulos do Conde D. Pedro que nella falam. Em Entre Douro e Minho tiverão muitas honras como se achão nos Livros das Inquiriçõis daquelle tempo, em que havia deste apelido pessoas de muita estimação*»⁹⁹. Desta ilustre Casa, a dos Alcoforados, Senhores da Casa da Silva, na freguesia de S. Julião do Calendário, junto a Barcelos, e também da Torre de Alco-

velho, João Cirne, fez novo contrato a 23.7.1585 ficando a pagar 35.000 rs. por ano. Por não cumprir o contrato e por sentença de 11.3.1593 foi compelido a largar a capela. No ano seg.te levou o corpo do pai para outra sepultura.

⁹⁷ 2.º liv. mencionado na nota 76.

⁹⁸ 1.º liv. mencionado na nota 76.

⁹⁹ Manuel Gomes de Lima Bezerra, *Os Estrangeiros no Lima ou Convesações Eruditas*, Coimbra na Real Officina da Universidade, MDCCXXXV, Tomo I, Alcoforado, pp. 416-22.

forado, sairá outro ramo, o dos Alcoforados da Casa de Vila Pouca, em Guimarães, a unir-se no futuro, pelos apertados laços do parentesco, outra vez ao Paço de Gominhões. Para já fica-se com D. Antónia de Sousa Alcoforado, viúva, só com dois filhos meninos: Pedro Vaz Cirne de Sousa e Manuel de Sousa Cirne¹⁰⁰. Cedo lhes dá um padraсто, é ele seu primo Fernão Martins de Sousa¹⁰¹, senhor da Casa da Silva¹⁰², a contar os seus feitos na Índia e nas Armadas.

A 31.8.1597, «Pedro Vaz, do Porto, é padrinho de João, f.º de António João e m.er Maria Nunes», seus caseiros do Paço de Gominhões¹⁰³. Correm os anos.

1599 é um ano de peste em Guimarães. Os dentes chocalham, vomita-se, a febre cresce. O olhar brilha, a sede avassala: água, água pelas almas, água... O sangue sai preto, são roxas as manchas na pele. Reza-se. Morre-se. Em todas as casas, em todas as ruas. Quem pode, foge; fecham-se

¹⁰⁰ Com o mais velho, segue o texto. O 2.º casou com D. Mariana de Noronha e Távora, Herd.ª, c.g. (Alcaides-Mores de Lindoso), tratada no meu *Velhas Casas (VIII) Casa do Cano ou Salvador*, pp. 43 e segs.

¹⁰¹ Capitão de algumas armadas na Índia, F.C.R., sr. da Casa da Silva, era f.º de António de Sousa Alcoforado e de sua m.er D. Maria da Silva, sr.ª da mesma Casa, casados em 1556 e inst. do vínc. da Silva em 1572, e irmão de João de Sousa da Silva Alcoforado, o Taful, c. a 29.6.1596 (M 1 S. Seb.º, Arq. Mun. A. Pimenta) com D. Maria de Almada, Herd.ª, origem da Casa de Vila Pouca em Guimarães (V. o meu *Capelas Vinculadas na Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira*, Capela do Senhor Jesus). Eram netos paternos de Francisco de Sousa Alcoforado, Capitão das Naus, que andou na guerra do Maluco, e. e sua m.er D. Maria Rangel Carneiro, e bisnetos de Gonçalo Vaz Alcoforado e de sua 2.ª m.er D. Margarida de Sousa.

D. Antónia de Sousa Alcoforado (no texto) era f.ª de António de Sousa Alcoforado e de sua 2.ª m.er D. Isabel de Madureira, e neta pat. de Gonçalo Vaz Alcoforado e de sua 2.ª m.er D. Maria de Sousa (acima). Era, portanto, prima co-irmã de seu sogro.

¹⁰² D. Antónia de Sousa Alcoforado e seu 2.º marido tiv.: D. Luísa da Silva c.c. Martim Lopes de Azevedo, 21.º Sr. da Honra de Azevedo, c.g. (entre outros 1 f.ª que casará para o Paço de Gominhões, v. adiante) e Francisco de Sousa da Silva Alcoforado, Sr. da Casa da Silva, suc. a sue pai, c. em 1626 c. D. Ana de Azevedo Soutomaior, c.g. onde seguiu a Casa da Silva.

¹⁰³ M 1 de S. João das Caldas de Vizela, Arq. Mun. A. Pimenta, Guimarães.

as portas. O vento balouça as portadas das janelas; dentro há peste, há moribundos, não houve tempo de as fechar. O êxodo dos vivos, o terror nas almas, estende-se pelas freguesias ao redor da vila.

Nesse ano e no seguinte, por causa da peste, não se fazem eleições na Santa Casa da Misericórdia, nem sequer há peditórios. Dos 60 irmãos de menor condição 20 morrem com a doença¹⁰⁴. Mesmo os vereadores da Câmara vão para fora da vila «reunindo-se onde podem para atender às necessidades do concelho». A 28.8.1599 fazem reunião ao ar livre, no Souto, quinta de Carvalho de Arca, freguesia de S. Pedro de Polvoreira, pertença de André Vaz. De lá, a respirarem ares puros, mandam entregar semanalmente a Frei Gaspar das Chagas 30 alqueires de pão para os pobres e 100 alqueires e 20 razas para os doentes, a morrerem na «Casa de saude que se chamava o monte». Cheias de terror, também as freiras de Santa Clara abandonaram o seu convento. Espalharam-se. Umam retiram-se para a quinta de Vila Verde, em Urgezes; algumas para casas de parentes. Oferecera-lhes Fernão Martins de Sousa o Paço de Gominhões, solar de seu enteado. E lá estão, a Madre Abadessa com algumas das suas súbditas, desde 18.6.1599. Deixaram a clausura, aí ficam até Fevereiro de 1600¹⁰⁵, a misturar as suas preces pelos mortos com os ares sadios e lavados do Paço.

A Torre de Atães, em Gagos, Celorico de Basto, — da qual penso não haver vestígios —, e outras propriedades são trazidas por D. Maria de Madureira¹⁰⁶ ao casar com Pedro Vaz Cirne de Sousa. Em 1614, senão todos, têm pelo menos alguns filhos nascidos. Mandam erguer uma capela no seu Paço de Gominhões.

¹⁰⁴ *A Santa Casa da Misericórdia em Guimarães* (apontamentos para a sua história), Guimarães, 1931, p. 51.

¹⁰⁵ J. Oliveira Guimarães (Abade de Tagilde) «Convento de Santa Clara de Guimarães», in *Revista de Guimarães*, p. 22.

¹⁰⁶ F.^a legitimada de Diogo de Madureira, Sr. da Torre da Atães e Morgado de Reimão, e sua herd.^a e neta pat. de António de Madureira e sua m.er D. Maria das Póvoas (*Gayo Nob. das Famílias de Portugal*, Tomo XIX, Madureiras §5). Sua mãe, Catarina de Faria, era «mourisca», segundo as Inqs. dum neto.

Escreveu-o S. Lucas no seu Evangelho. «Aflitos, Nossa Senhora e S. José procuram Jesus entre parentes e conhecidos ao voltarem de Jerusalém. Não o encontram, voltam à cidade em angustiada busca. Ao fim de três dias acham o Menino, sentado no Templo, a ouvir e a interrogar os Doutores da Lei, maravilhados com a graça da sua doçura, a sabedoria dos seus doze anos».

Teriam alguma vez Manuel, António, Diogo ou D. Margarida¹⁰⁷, desaparecido de ao pé de seus pais? Seria promessa? Nossa Senhora do Menino Perdido de Jerusalém é a linda invocação escolhida para a capela¹⁰⁸. A 24.5.1614 Pedro Vaz Cirne de Sousa e sua mulher, D. Maria de Madureira, dotam a sua capela com 16 alqueires de pão meado, 2 de trigo e 2 galinhas impostas num casal também seu, em S. Pedro de Avioso, no concelho da Maia¹⁰⁹. Por cima da porta a inscrição: «ESTA CAPELAMAD /OUFAZERPVAZCIR /NEDESOUSA». Brasonada¹¹⁰, a 4.6.1615 repica alegremente; chega a licença para celebrarem missas¹¹¹. Pequena, o granito lapidado pelo tempo, a cornija renacentista, banquinhos de pedra a ladear a porta, a capela, no terreiro do Paço de Gominhões, reza na sua pequenês, chora por vezes no seu abandono.

D. Maria de Madureira chama a 11.1.1616 o Tabelião António de Andrade, da vila de Guimarães, à sua quinta «das caldas» onde vive com seu marido. Pede-lhe passe uma pro-

¹⁰⁷ Manuel Cirne (mencionado numa escritura do Tab. José António Villas Boas, de Barcelos, L.º citado na nota 76) † solt.º e novo; António de Sousa Cirne, segue no texto; Diogo de Sousa Cirne, Beneficiado, † muito novo; D. Margarida foi freira em St.ª Clara, no Porto. Além destes f.ºs do casamento teve Pedro Vaz Cirne de Sousa pelo menos 2 f.ºs naturais: D. Maria de Sousa, m.er de Manuel Alvares Pamplona, Sr. do Morg.º de Beire c.g., e D. Antónia de Sousa, † solt.º.

¹⁰⁸ A mesma invocação tem a Capela da Casa de Caneiros em Fermentões, Guimarães, levantada 156 anos mais tarde.

¹⁰⁹ J.G. de Oliveira Guimarães, *Guimarães e Santa Maria*, Porto, 1940, Cap. III, «Igrejas e capelas de Nossa Senhora», p. 81.

¹¹⁰ Esquartelado: no 1.º Sousa; no 2.º Cirne; no 3.º Sousa; no 4.º Cirne.

¹¹¹ Archivo da Sé Primaz, Livro 13, fl. 245, in liv.º citado na nota 109.

curação para Diogo de Sousa Alcoforado, morador no Porto, ir cobrar o juro de 53\$463 reis possuídos por ela no Almo-xarife do Porto «do qual juro lhe deviam 53\$300 do ano passado». Por estar doente não assina o documento, embora saiba escrever. Roga a Roque Pinto, familiar de seu marido, que o faça ¹¹². É a última notícia sabida por nós de D. Maria de Madureira.

Pedro Vaz Cirne de Sousa «viveo no Rua Nova do Porto nas suas casas e foy grande Republico e muito poderoso com o povo desta cidade, e teve grandes competencias cõ o Conde de Miranda G.or da d.^a cidade que delle fez queixa a Madrid e enviuvando neste tempo por se livrar da juris-dição do d.^o G.or tomou o habito de Malta...» ¹¹³. No alto do Monte da Cividade, no Porto, brilha o palácio dos Condes de Miranda do Douro. O sol, ao despedir-se, bate em cheio nas muitas janelas, nas clarabóias, nas vidraças do esplên-dido casarão. Têm os habitantes do Porto «suma alegria» ao verem «esses reflexos reverberantes» ¹¹⁴. Para Frei Pedro Vaz Cirne de Sousa, para seu filho António de Sousa Cirne, esses raios de luz a ofuscarem a vista, símbolo dos Reis de Castela a governarem Portugal, são as chipas do ódio a fermentarem, a crescerem, para explodirem na Restauração.

Por esses anos o Porto vibrava com a instalação dum colégio de Jesuítas. Não o queriam. «*Porcoanto houver estu-dos nesta cidade era uma das grandes oppressões e avexações que os moradores dela podiam ter, por estarem sujeitos a mil atrocidades que os estudantes cometem nas terras onde estudam*», porque um colégio prejudicava as liberdades da cidade, porque, sabe-se lá os motivos, fidalgos e cidadãos assinam dois acordãos. Ordenam sanções: todo o nobre que mandar estudar os filhos com os Padres da Companhia será riscado dos livros de cidadão, todo o oficial ou não oficial a imitá-lo será «lançado fora da cidade», todos os que tenham

¹¹² «Procuração que fez dona m.^a de madureira mulher de p.^a Vaz Cirne a 11.1.1616. L.^o de Notas do Tab. António de Andrade, Arq. Mun. A. Pimenta, Guimarães.

¹¹³ 1.^o liv. mencionado na nota 76, p. 637.

¹¹⁴ A. de Magalhães Basto, *Sumário das Antiguidades*, 2.^a ed., «O Mosteiro dos Lóios e o Palácio dos Arronches», pp. 153-54.

ordenados da Cidade não mais os terão. «Frei Pero Vaz Sirne de Sousa», junta a sua assinatura¹¹⁵ a outros fidalgos, juizes, vereadores e procuradores da cidade a oporem-se ao Colégio, a mais esta tentativa, de impôr no Porto, em 1630, o prestígio da Companhia de Jesus.

Dá-se o 1.12.1640! Por barcos, em velozes cavalos, partem os mensageiros. Viva El-Rei D. João IV! A carta para o Porto chega a 6.12 «... e porque elle Juiz e vreadores não tinham noticia do cazo e era huma cousa numqua imaginada nem esperada se douvidou ser verdadeira a dita carta». Avistam-se com o Governador, comparam-na com a carta por este recebida «acharão serem ambas da mesma calidade». «Para evitarem algumas enquetações que semelhantes cazos trazem sempre consigo», só ao terem a certeza por cartas particulares é que a 8.12 «mandam dar parte aos fidalgos cidadãos e povo desta cidade».

Estala o regozijo! Levanta-se a Bandeira de Portugal! Em acta, a relatar todo o sucedido aclamam D. João IV. António de Sousa Cirne é dos fidalgos que assinam a Aclamação. Lê-se entre tantos nomes o de Paulo Vaz Soares de Sousa. Pode ter sido má compreensão ao transcrever a acta¹¹⁶ da assinatura de «Pedro Vaz Sirne de Sousa». O certo é, ambos, pai e filho, meses depois, felizes com a Aclamação, pousarem em Guimarães.

Capitão-Mor de Guimarães «por eleição de Sua Magestade que Deos goarde» e Alvará de 17.5.1641¹¹⁷, Pedro Vaz Cirne de Sousa toma posse, em sessão da Câmara, a 10.6¹¹⁸. A 29 do mesmo mês reúne-se a Câmara e o Capitão-Mor:

¹¹⁵ A. de Magalhães Basto, *Poeira dos Arquivos*, Porto, 1953, «O Porto e os Jesuítas VIII Água mole em pedra dura...», pp. 239-40. Estes Acordãos são de 22.11.1630, estão no Liv. 3.º dos Acordãos, fl. 62 e L.º 2.º dos mesmos, fl. 39, e estão transcritos nesta obra.

¹¹⁶ Fernando Guimarães, *O Porto na Restauração*, in «Boletim Cultural da Câmara do Porto», 1.º vol., 1938.

¹¹⁷ Nota do coronel Mário Cardozo na ed. fac-similada mencionada na nota 120.

¹¹⁸ L.º das Vereações, ano 1641, Arq. Mun. A. Pimenta, Guimarães. V. Alberto Vieira Braga, *Administração Seiscentista do Município Vimaranense*, Guimarães, 1953, p. 170 (extractos dos livros das vereações).

todos os domingos e dias santos haverá instrução dos soldados, desageitados braços agarrados aos mosquetes, embasbacado povilêu a ver. Em Agosto, a requerimento do Capitão-Mor, a Câmara dá pólvora e bala aos homens a marcharem para a fronteira¹¹⁹. Marcham. Principia a Guerra da Restauração.

Foi Guimarães a segunda vila a aclamar D. João IV por «Rey e Senhor Nosso nesta Provincia de entre Douro e Minho». Repicavam os sinos na Colegiada da Senhora da Oliveira «animos tão dispostos e as vôtades tão promptas que logo tomarão fogo, em que arrebêtarão com prazer de V. Magestade aclamado Rey & quasi saindo do juizo, descompostos os Nobres fazião desatinos, mas acertados, cujo exemplo seguiu o povo, porque em todo elle não ouve dissonancia». Foi uma festa. Evoca-a Pedro Vaz Cirne de Sousa, Capitão de Guimarães. Seguiu-se a luta. «E por ser crime dissimular louvores alheos calandoos na occasião» e «louvar com frialdade obras merecedoras de Grande pôpa, he desacreditalas com bom titulo», ao ver os feitos dos vimaranenses, e dos seus terços, pouco elogiados, escreve a sua «Relaçam»¹²⁰.

Conta o primeiro rebate, enaltece o valor das companhias. Toma a pena o Senhor de Gominhões:

«No mez de agosto (1641) sendo eu ja Capitão Mor elleito por V. Magestade, tive recado do General, q cõ a Nobreza desta villa me fosse marchando pera a fortaleza ou Castello de Lindoso, & que ahí o acharia ordem sua do q devia fazer: cõ muita brevidade cõ todos os fidalgos, & nobres deste Povo fossemos todos executar o serviço de V. Magestade: chegamos & na mão de Manoel de Sousa de Abreu achei ordẽ q entrassemos em Galiza, por Lindozo

¹¹⁹ Id., p. 170.

¹²⁰ Fr. Pedro Vaz Cirne de Sousa, *Relaçam do que fez a villa de Guimaraens do tempo da felice aclamação de Sua Magestade, até o mes de Outubro de 1641*, Em Lisboa, por Jorge Rodriguez, anno de M.DC.XXXXI, folheto muito raro. Existe na Bib. da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, e dele fizeram uma ed. fac-similada na *Revista de Guimarães*, vol. especial com. dos centenários da fundação e restauração de Portugal, MCMXL.

com a gente desta villa, & da Barca, que já ali estava.

Em cõmprimento das ordens, fomos marchãdo té a vistar o inimigo q̄ estava entrincheirado, na eminencia de hum monte cõ paredes altas terriplenas, & pello alto dellas descobriamos até duzentos homês com mosquetes, arcabuzes, & outras armas & pello baixo do valle vimos q̄ passava o rio Lima numero de quatrocentos em demanda dos outros pra esforçar seu partido.

Cõ esta vista, & fortaleza do lugar entrincheirado com 200, homês armados favorecidos de 400 q̄ os vinhão ajudar, se pôz em cõselho o q̄ aviamos de fazer em caso tão ariscado. Os mais votarão ser temeridade o acometimento por desigual, no sitio & conhecida vêtage do inimigo pois eramos 70 homês somente: cõ tudo sem atender as conveniencias, & rezões propostas, se alevantarão ate 15, homês dos Nobres desta Villa, dizendo q̄ não era credito seu deixarẽ de peleijar por mais perigos q̄ se representassẽ, dizendo isto remetẽ como leões os peitos descubertos, dizendo atirai inimigos, q̄ lá vos imos buscar, comessando a dar a primeira carga forão seguidos de todos os cõpanheiros naturais q̄ subindo pella eminencia acima, puserão em tal estado, & tanto terror ao inimigo, q̄ desẽperãdo as trincheiras se puserão todos em fugida, avendo que não estavão seguros em quanto nos não perdiaõ de vista.

Fomos seguindo o alcance do inimigo, sẽ outra mais gẽte, q̄ a de Guimarães, até o primeiro lugar aonde se fez forte nelle o tornamos a cometer, & entramos cõ facilidade, saqueamos o lugar, & outros sinco por dentro de Galiza q̄ achamos desẽparados de homês. A molheres, velhos & mininos não se fez mal, nẽ puzemos fogo por ainda não ser posto por outra parte nẽ avia ordem do General para isso.

Faz esta victoria mais gloriosa ser o inimigo certo da nossa entrada por hũ trédor que fugio de Lindoso homẽ baixo q̄ avia vindo de Catalunha sol-

dado, & por isso chamado o Catalão, q se foi para Galiza dar aviso cõ q̄ estavaõ aparelhados, & armados os inimigos, & sem embargo de tudo deram costas, atemorizados da temeraria resolução dos moradores desta villa.

Esta foi a primeira entrada, q̄ se fez em Galiza por estas partes, & depois della a imitação dos homens de Guimarães se fizerão outras ...».

Menciona «os que comessarão a fazer o comestimento ¹²¹, e a subir o monte contra as trincheiras do inimigo e q forão em minha companhia, & do meo filho António de Sousa».

Relata a entrada da Ponte das Varzeas «sem esperarem pela gente do nosso Terço que era a mais luzida», «Feito isto, para não estarmos ociosos, mandamos o governador das armas Diogo de Mello, & eu hum recado ao general por meu filho António de Sousa, pedindolhe licença para entrarmos por Galiza, que tinhamos sobejas forças pera render grande parte della: ao q̄ respondeo aceitava a vontade, & gentileza de animos tão hõrados, mas q não era ocasião, que nos fossemos ocupar em queimar, & desfazer os reductos como fizemos.

Sempre na companhia de seu filho António de Sousa, Pedro Vaz Cirne e seus homens escaramu-

¹²¹ São citados nessa obra, além de seu f.º António de Sousa Cirne, os Capitães Cristóvão Machado Ricunado, Estevão Machado de Miranda (em 1639 fora preso por se recusar ao recrutamento de gente para o Terço (filipino), seu irmão Fernão Ferreira da Maya, Baltazar Pereira, Manuel Velho Freire (das Ordenanças do Porto), João Homem do Amaral, Luís Machado de Miranda, Dionísio do Amaral, o Alferes Domingos de Crasto, o fidalgo Manuel Pereira da Silva, o Sarg.º Mor Francisco de Abreu Soares («q por ser natural daquellas partes foi de muito proveito & no assalto fazia o officio de soldado cõ todos os mais capitães metidos em hua companhia com seus arcabuzes e pistolas») e os 3 vereadores: Manuel de Melo da Silva, Manuel Peixoto de Carvalho e Diogo Leite de Azevedo «q. cūpria ao serviço de V. Mag.de ficarẽ para governar o Povo, a q respondiam, q maior o fazião morrendo com seus naturais, parentes & amigos em tão honrada occasião». Quase todos já entraram nos meus estudos.

çam, guardam, providos de «bala, polvora & corda» as terras da raia, a «dar boa conta de si, & do q se lhe encomendava. Nunca se retirou sê ocupar os lugares do inimigo de sua obrigação: isto não perfiando com elle, senão cometendo com terribilidade, não fazendo troços de soldados para reforçar mangas senão todas juntas a escala vista com os peitos ao inimigo, davão aconhecer, que neles fiavão a vitória que determinavão alcançar a custa das vidas que todos sacrificamos ao serviço de V. Magestade que Deos guarde, para propagação da Santa Fé, & augmento da sua Monarquia. Guimarães, de Novembro 8. de 1641».

Além desta «Relaçam» escreve o Senhor de Gominhões mais uma, a «Relaçam do que tem obrado Rodrigo Pereira de Souto-Maior capitão & alcaide mor da villa de Caminha»¹²², a recordar, já na paz dos campos de seu Paço, os sucessos onde se distinguiu com seu filho António, na Guerra da Restauração.

No Paço de Gominhões os degraus de granito da escadaria do terreiro à entrada, são largos, baixos, vividos e pulidos pelos anos. Sobem-se sem cansaço. No patamar, risonhos, António de Sousa Cirne, Cavaleiro de Cristo, Fidalgo da Casa Real¹²³, filho de Frei Pedro Vaz Cirne de Sousa. Junto a ele, sua mulher. É D. Mariana de Azevedo, sua prima co-irmã, filha de Martim Lopes de Azevedo, 21.º Senhor da Honra de Azevedo, e de sua mulher D. Luísa da Silva¹²⁴. Cuidado! Correm, saltam, sobem pelos lindos degraus de

¹²² P.º António José Ferreira Caldas, *Guimarães, Apontamentos para a sua História*, vol. I, «Notáveis em Letras», Frei Pedro Vaz Cirne de Sousa, p. 146.

¹²³ Em João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco e Torres, *Dicionário Aristocrático*, 1840, p. 255 vem o alv. de Moço-Fid. de António de Sousa Cirne (25.11.1661) f.º de Lourenço Cirne de Sousa, Moço-Fid., e neto de M.ºl Cirne. Este é dos Senhores da Agrela (nota 93), não menciona o alv. do António Sousa Cirne, do texto.

¹²⁴ D. Luísa da Silva era f.ª de D. Antónia de Sousa Alcoforado e de seu 2.º marido (nota 102), portanto meia irmã de Fr. Pedro Vaz Cirne de Sousa.

pedra todos os seus filhos, os nascidos em Gominhães¹²⁵, os que do Porto vieram pequeninos¹²⁶.

Corram, saltem, subam com alegria Pedro Vaz Cirne, Francisco, António e João. Sigam-os as manas: D. Isabel Maria de Aragão, D. Maria de Menezes, D. Luíza da Silva, D. Ana, D. Violante de Menezes, D. Serafina de Menezes. Empurram-nas a gargalhar as mais irmãs: D. Antónia de Sousa e D. Josefa. Sobe o rancho, feliz, sem pensar no desfecho: a morte para algumas no raiar da vida, o véu de Santa Clara a apertá-las na clausura do Mosteiro de Vila do Conde¹²⁷. Tropeçam, já nos seus hábitos, António e João¹²⁸. Sobem, Pedro e Francisco; medem forças, a ver quem será o próximo Senhor de Gominhães.

¹²⁵ Em Gominhães nasceram: D. Isabel, bap. na Igreja de S. João das Caldas a 8.9.1643, afilhada do Mestre Escola da Colegiada de Guimarães e da avó mat. mor.^a na sua Qt.^a de Azevedo; D. Maria, B. ibidem, a 8.1.1645. Padrinho foi o tio mat., Pedro Lopes de Azevedo, f.^o família m.or na Qt.^a de Azevedo além da Cidade de Braga; D. Luísa, Bap., ibidem, a 14.7.1647, afilhada do avô pat. «m.or na mesma qt.^a do Paço»; D. Ana, Bap. ibidem, a 1.11.648 os padros foram Gaspar Nunes de Carvalho e D. Mariana, sua f.^a, m.er de Diogo Leite; D. Violante, B. ibidem a 28.11.1649, afilhada de Manuel Pamplona e D. Maria de Sousa, m.ores «na sua qt.^a de Beire, Bispado do Porto, Pedro, B. ibidem, a 12.10.1651, pad. foi seu tio mat. Pedro Lopes de Azevedo; D. Serafina, B. ibidem a 10.8.1654, o pad. foi Fernão de Sousa da Silva, «m.or na sua Qt.^a da Silva, termo de Barcelos, e, finalmente, António, Bap. a 6.8.1656, afilhado de Estevão Ferreira de Eça, Com.or de Malta «e por ora m.or em S. Tomé». — Misto 2 de S. João das Caldas de Vizela, Arq. Mun. A. Pimenta, Guimarães.

¹²⁶ Não sei onde nem quando nasceram Francisco, D. Antónia e D. Josefa. João nasceu no Porto em 1619. Sua mãe devia ser muito jovem, pois o mais novo (António) n. em 1656.

¹²⁷ Todas, menos D. Antónia, professaram em St.^a Clara de Vila do Conde.

¹²⁸ António foi frade Loio. Na «Cronica, ou Memorias da Real Congregação de N. S.^a da Conceição de Oliveira do Douro», in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XX, n.º 1-4, lê-se: «Aos 4 de Julho de 1694 o P.^o João de Sousa Silva Cirne Prior, q, fora de Vila do Conde e n.al da Cidade do Porto Fidalgo dos Principais da m.m.^a família dos Cirnes por p.te do pai, e por p.te da mai da casa de Azevedo deo de pensão annual 48\$000». Ministro 2 vezes da Congregação, aumentou-a muito «em rendas, esmollas e individuos de letras q. aceitou e grande prestimo». Morreu a 6.1.1708 com 88 anos

Mas os degraus também se descem, sem pressa, sem dificuldade, muito antes do que se pensa. Primeiro, a 23.2.1657, Frei Pedro Vaz Cirne de Sousa, Senhor do Paço de Gominhães, a enterrar no Mosteiro de Vilarinho¹²⁹. Depois, os outros; o tempo não poupa ...

Alto: Que algazarra é esta?

É a alçada enviada pelo desembargador dos agravos, o Dr. Sebastião Rodrigues de Barros contra António de Sousa Cirne e seu filho Francisco. Entra-lhes pelo terreiro da Casa em 1683. Por causa dumas questões de foros, o juiz do Couto de Negrelos tentára, pela força, irromper pelo Paço dos Sousa Cirne. Exaltados, Pai e filho, cortam as orelhas e o nariz ao Juiz de Negrelos. Apressam-se depois a registar os seus privilégios¹³⁰, a apagarem nos degraus da escada o sangue do juiz, a pouca força da Justiça, impotente contra António de Sousa Cirne e seu filho.

Correrias na escada mas a descida contínua pelos degraus tão bonitos: a 10.8.1691 Deus chama a si D. Antónia de Sousa, «f.^a de António de Sousa Cirne já defunta¹³¹, moradora na Qt.^a do Paço»; a 19.3.1694 D. Mariana de Azevedo, viúva de António de Sousa Cirne, levado o seu corpo a seu pedido, para o Porto, para a Capela dos Terceiros Franciscanos¹³². Quem fica em Gominhães? Pedro Vaz Cirne, filho de António Sousa Cirne, solteiro, a mandar baptizar, a 14.2.1694, na Igreja de S. João das Caldas «hum menino a que poz o

e jaz na Capela-Mor. Recebeu somente a Extrema-unção «por enlouquecer mas felizmente pois sempre andava entoando o Miserere, e assim mesmo se entregava ao St.^o exercício da oração na qual em antes era assiduo. Foi sempre a sua vida exemplar e os seus costumes irreprehensíveis. Ficou seu corpo flexível depois que expirou exhalando o mais delicioso cheiro pelo q. cauzou a maior admiração a todos os q. o vinhão ver».

¹²⁹ «Faleceu Frei P.^o Vaz Cirne, Maltêz com todos os sacramentos mandou-se enterrar no Mosteiro de Vilarinho», testamenteiro foi seu f.^o António de Sousa Cirne. Teve no seu enterro 60 padres «de 200 rs. de esmola cada e 1 vela de cera». L.^o citado na nota 125.

¹³⁰ Episódio relatado em António Lambert Pereira da Silva *Nobres Casas de Portugal*, fasc. 44, Paço de Gominhães.

¹³¹ M. 3 de S. João das Caldas de Vizela, Arq. Mun. A. Pimenta.

¹³² Id.

nome de António, seu filho e de Joana Baptista, também solteira, moradora na aldeia de S. Paulo»¹³³, de quem terá mais descendência¹³⁴. E D. Antónia de Sousa «moradora que foi na Quinta do Paço em casa de P.^o Vaz Cirne de Sousa desta freg.^a», a falecer a 6.2.1719¹³⁵.

Francisco de Sousa Cirne, o outro filho de António de Sousa Cirne, vive no Porto. Será Mestre de Campo dos Auxiliares, Fidalgo da Casa Real. Sucederá na Casa a seu Pai ou a seu irmão (Chegou Pedro Vaz Cirne a ser senhor do Paço?) e trará pelo seu casamento mais um morgado para os de Gominhões: o do Freixo, na freguesia de Guilhabreu, agora concelho de Vila do Conde. É sua mulher, D. Rosa Maria de Madureira Sarmiento Samúdio, a herdeira desse vínculo, o dos Madureiras, de Guilhabreu, e é filha de seu primo co-irmão, Martim de Madureira Toscano, Senhor dessa Casa, e de sua mulher Dona Leonor Francisca Sarmiento Y Samude¹³⁶, fidalga galega. Nenhum dos seus filhos¹³⁷ nasce

¹³³ «Hum menino a que se poz o nome de António filho de Pedro Vaz Cirne de Sousa; morador na sua Qt.^a do Paço...», o padrinho foi o pároco da freg.^a. A 22.7.1705, este menino António de Sousa é padrinho duma criança (N.^o 1 de S. João das Caldas de Vizela, Arq. Mun. A. Pimenta). Professou.

¹³⁴ Teve mais f.as, uma delas pelo menos da mesma mãe. Foram freiras.

¹³⁵ O. 1 de S. João das Caldas de Vizela, Arq. Mun. A. Pimenta. Não sei bem quem seja; o herdeiro foi seu sobrinho Pedro Vaz Cirne de Sousa.

¹³⁶ O morg.^o do Freixo, em Guilhabreu, é muito antigo nestes Madureiras. Martim de Madureira Toscano (no texto) era f.^o de Miguel de Madureira Toscano, sr. do Morgadio e de sua m.er D. Teresa de Azevedo (irmã de D. Mariana de Azevedo (acima). 2.^o Liv. mencionado na nota 76, tomo XIX, Madureiras. Dona Leonor Francisca Sarmiento era irmã do 1.^o Conde de S. Romão (título espanhol), e f.^a de D. Jacinto Sarmiento Sotomayor e de sua m.er D. Leonor Zamudio (Gayo, Tomo XVII, Liras).

¹³⁷ Foram: Francisco Diogo, suc. na Casa, António de Sousa Cirne, F. C. R., alv. de 18.1.1735, in *Dicionário Aristocrático*, Tomaz António, Martinho, José de Sousa (um deles foi Abade de César, Com.^a de Oliveira de Azeméis (in 1.^o livro citado na nota 76) e D. Leonor Quitéria de Sousa Samúdio Sarmiento x a 3.1.1730 com Francisco de Távora e Noronha Leme e Cernache, irmão de D. Jerónimo, Deão da Sé do Porto, que mandou edificar o Palácio do Freixo, na freg.^a

no Paço de Gominhões. Unidas pelo casamento as duas Casas: a do vale tão lindo, em S. João das Caldas de Vizela, a de Guilhabreu, o vento do mar a balouçar-lhe os pinheirais, principia um novo capítulo: o dos Cirnes Madureiras, fidalgos muito conhecidos, de quem dá gosto falar.

Devia ser simples escrever sobre os Cirnes Madureiras. Contar os factos, as festas, as dores das suas vidas. Relacioná-los com sucessos históricos, enquadrá-los na sua época. Era só ver mais documentação. A Câmara Municipal de Matosinhos possui um Fundo documental que pertenceu ao Arquivo da casa dos Cirnes Madureiras. «Neste momento os documentos não estão ainda tratados de forma a ser objecto de consulta pública»¹³⁸. O espectáculo esperado, o brilhante cortejo das suas vidas, vai ficar numa sucessão de nomes, um capítulo, morto, apagado. São episódios, fardas, medalhas, honras, em risco de não se saber, para já, quem os viveu, quem as veste, quem as ostenta.

Há os livros, as obras publicadas. Não respondem a tudo. Onde morou Francisco Diogo de Sousa Cirne de Madureira, filho e sucessor de Francisco de Sousa Cirne e D. Rosa Maria de Madureira Sarmento, Fidalgo da Casa Real, a legitimar, pelo seu tardio casamento com Antónia de Sousa, dois filhos: José de Sousa Cirne de Madureira, sucessor, Tenente do Regimento do Porto e Francisco de Sousa Cirne «minorista e surdo, solteiros em 1769»¹³⁹? Já estariam instalados no Porto, no Palácio do Cirne, o do Poço das Patas?

A casa é magnífica, e tinha anexa uma vasta quinta. Está ali, no largo, a dar começo à Avenida Fernão de Magalhães (Campo 24 de Agosto), ao lado sul do campo «cujo primeiro nome foi de Mija-Velhas» e depois de Poço das Patas».

de Campanhã, Porto, ambos f.os de António de Távora de Noronha Leme Cernache, F.C.R., sr. dos morgos dos Cernaches, e de outros em Chaves, Macieira de Sarnes, Loivos de Ribeira, das Terras de Távora, etc., e de sua m.er D. Micaela Antónia Freire, sr.ª da Qt.ª do Freixo e dum vínculo em Azurara. Tiv: D. Ana de Távora e Noronha Leme Cernache, Herd.ª de seus Pais e tio, e.c. seu tio paterno Vicente de Távora e Noronha Leme Cernache, c.g., ext.ª.

¹³⁸ Resposta ao Ofício mandado pelo Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.

¹³⁹ 2.º livro mencionado na nota 76.

A quinta «partia pelo Este com a viela do Sacaes, pelo lado sul com a rua do Heroismo, pelo Oeste com a viela da Nora e pelo Norte com a rua da Murta». Nos primeiros estudos para o caminho de Ferro do Norte, marcaram-na para nela se construir a Estação principal dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal¹⁴⁰, o que não aconteceu.

Para o Poço das Patas, vão entrar as senhoras bem nascidas, de grandes famílias, os ricos casamentos a darem ainda mais lustre aos Senhores de Gominhães. José Cirne de Sousa Madureira o sucessor, Fidalgo da Casa Real, em sua casa na Quinta do Freixo, em Guilhabreu, a 17.4.1782 faz a escritura do seu dote. A noiva é D. Maria Victória de Mello e Sampayo, dos nobilíssimos Senhores de Ribalonga e Espinhosa. Anexo ao dote está uma provisão de D. Maria I, de 12.1.1782: «... em atenção a ser o suplicante e a dita sua noiva das pessoas da mais distinta nobreza daquellas Provincias ... e atendendo a notória e bem destinta qualidade dos suplicantes e a conservação do esplendor das famílias que só se consegue com casamentos ilustres e ser este hum dos casos em q se concederão sempre a subsidiaria hipoteca nos rendimentos dos bens vinculados hei por bem que o suplicante possa obrigar o rendimento dos morgados...»¹⁴¹. Tiveram três filhos¹⁴²: o mais velho foi Francisco de Sousa Cirne de Madureira Alcoforado.

¹⁴⁰ Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. VII, Palácios e Quintas do Porto, p. 500 e vol. XII, Vizela, S. João Baptista das Caldas de, p. 1959 onde acrescenta tem a Casa e Qt.^a do Poço das Patas, Campos de Reimão e do Prado do Repouso sido vendidos em 1882 pelos f.os de Francisco de Sousa Cirne de Madureira por 95 contos de reis a seus vizinhos, os Cardosos, donos da casa e qt.^a de Sacaes e do Convento e cerca de Vilar de Frades. Na qt.^a dos Cirnes «formaram um sindicato para construirem um bairro».

¹⁴¹ Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, *Memórias Archeológica-Históricas do Distrito de Bragança*, Porto, 1931, vol. VI. Os Fidalgos, Sampayos, Srs. de Anciães, p. 429. A ascendência de D. Maria Vitória vem na Arv. 6.

¹⁴² Foram: Francisco, que segue, José de Sousa e António de Sousa, capitães de caçadores 12 (Liv. citado na nota 139) e António F. C. R., por alv. de 3.7.1795 (*Dicionário Aristocrático*).

Fidalgo da Casa Real, acrescentado a Fidalgo Cavaleiro, Francisco de Sousa Cirne de Madureira Alcoforado é Provedor da Companhia Geral de Agricultura do Alto Douro. Uma pausa. A terra quente, madrasta, tão bela a dar o vinho generoso. As vides a mirrarem, a não responderem, as costas curvadas, as mãos a venerá-las, a trabalharem-nas com amor de pai, com dedicação de filho. O pão a faltar, a terra a vender-se, os olhos a dilatarem-se nas courelas perdidas, na grandeza dos horizontes. A corrupção a crescer, a apanhar o que pode. Funda o Marquês de Pombal a Companhia. «... se deu felizmente principio a hum negócio em que os portugueses fabricavão o género, portugueses o compravão, portugueses o navegavão e portugueses o vendião e tiravam delle toda a utilidade que podia dar»¹⁴³. Provedor da Companhia, casa Francisco de Sousa com D. Rita Rufina Soares de Albergaria, descendente dos Morgados de Nossa Senhora dos Remédios, em Oliveira do Conde, e dos Senhores da Trofa. Têm cinco filhos: José, a falecer menino; Francisco Diogo, a continuar a família; D. Maria Isabel, a casar com o Fidalgo da Fábrica¹⁴⁴ e mais duas meninas¹⁴⁵.

Na madrugada de 24.8.1820 reúne-se no Porto, no Campo de Santo Ovídio, a guarnição militar da cidade. Aclamam uma futura constituição. Ouvem a Santa Missa. Ao erguer a Sagrada Hóstia juram entusiasmados defender a Constituição proclamada. Dispara a artilharia uma salva de 24 tiros. Está feita uma Revolução.

Exige-se, nesta revolta, a convocação das Cortes, o regresso d'el Rei D. João VI, ainda no Brasil, a expulsão de todos os oficiais ingleses do exército português. Apoiam-no,

¹⁴³ Alvaro Moreira da Fonseca, *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*, ed. do Inst. do Vinho do Porto, 1 vol., 1939.

¹⁴⁴ D. Maria Isabel c.c. Diogo Francisco da Silva Freitas de Meneses e Vasconcelos, sr. da Casa da Fábrica, no Porto. Tiv. só 1 f.^a, D. Mariana Augusta da Silva Freitas de Menezes Cirne de Sousa, n. no Paço de Gominhães a 3.7.1846, x com Pedro da Silva da Fonseca da Cerveira Leite, Sr. da Casa de Ramalde, no Porto, c.g. (Melo Vaz de Sampayo, Visconde de Alcobaça, Sousa Guedes, Freire Temudo, Tavares e Távora da Casa de Ramalde .etc.

¹⁴⁵ Manuel Soares de Albergaria Paes de Melo, *Soares de Albergaria*, §65, p. 273, A arv. de D. Rita Rufina é a n.º 7.

entusiasmados, quase todos os militares fartos da sujeição britânica. Sem uma carta, sem sequer um «ouve-se dizer» é atrevimento conjecturar sobre os motivos da aderência de Francisco de Sousa Cirne de Madureira à revolução de 24 de Agosto. Havia os liberais, convencidos que por morte do poder absoluto Portugal ficava livre de todas as peias, pronto a raiar de novo, regenerado e livre. E os seduzidos, enganados, imbuídos das ideias novas, vindas de fora, os mais, dentro delas, a manobrar, a tomar as forças nas mãos. Também se encontravam muitos, e devia ser o seu caso, a pensarem que ao tomarem parte nos acontecimentos, seriam um muro, um dique, ao que não queriam e não concordavam. É membro da Comissão, formada no Porto, saída da Revolução com o nome de Governo Provisório.

Protesta a Regência do Reino. Sobre a capital marcham tropas mas não passam de Leiria. A 15 de Setembro Lisboa revolta-se, adere ao Porto, dissolve a Regência, organiza a Junta do Governo do Reino. O Governo Provisório, quer o mando, desiste depois; une-se a Lisboa, passam a constituir a Junta Provisória do Governo Supremo do Reino. Compoem-na «homens bons, de bons desejos». Têm mais um órgão: a Junta Provisional Preparatória das Cortes onde Francisco de Sousa Cirne de Madureira é um dos representantes da Nobreza.

Dum lado temos os Teixeiras, os Silveiras, os comandos da tropa conservadora. Do outro os magistrados aliados ao restante exército, inspiradas pelos homens do antigo Sinédrio, a alvitrar a novidade, a mudança. Conspiram os militares. Chamam a si os menos graduados, um juiz, mais gente, tudo a encobrir, tratar-se de uma tentativa conservadora. A 11 de Novembro, dia de S. Martinho, desferem o golpe: a «Martinhada». Entregam o supremo comando a Gaspar Teixeira de Magalhães Lacerda, comandante das forças do Norte. Admitem no Governo, juntamente com mais três, a Francisco de Sousa Cirne de Madureira. Onze dias depois riposta a outra facção. Impõem a demissão dos quatro novos membros, readmite os afastados, esfuma-se a «Martinhada».

A substituir as prometidas Cortes dos Três Estados, convida o Governo, as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes. A 26.1.1821 abrem as Cortes, Deputado eleito pelas

eleições do dia 24, toma assento Francisco de Sousa Cirne de Madureira. Deixamo-lo assim, juntamente com os seus Pares, a legislar nessas Cortes, dissolvidas a 3.6.1823 por vontade d'el Rei D. João VI. Deste enovado período da história, dele nos fica o seu retrato, pintado por Vellozo Salgado, na grande tela «As Cortes de 1820»¹⁴⁶, bonacheirão, de olhar matreiro, negras suíças e gravata de laço.

Francisco Diogo de Sousa Cirne Madureira Alcoforado, seu filho e sucessor, Senhor do Paço de Gominhães, em S. João das Caldas, do Poço das Patas, no Porto, e da Casa do Freixo, em Guilhabreu, Fidalgo da Casa Real, Capitão de Milícias da Maia, une o seu destino a D. Maria Isabel de Bourbon da Silva Guedes, da Casa da Aveleda, em Penafiel¹⁴⁷. É o último Senhor do Paço com varonia Cirne. Por doação ou testamento, fica a Casa para sua filha¹⁴⁸ D. Maria da Purificação de Sousa Cirne de Madureira Alcoforado, mulher de Manuel de Carvalho Rebelo de Menezes, Bacharel em Direito, Senhor do Morgado do Poço, em Lamego, seu parente.

Na ascendência dos Carvalhos, Morgados do Paço, em Lamego, lê-se¹⁴⁹ serem os mesmos Carvalhos, a defenderem Guimarães, no tempo d'el Rei D. João I, os seus antepassados na varonia. Sabe-se que é árvore de boa e antiga cepa

¹⁴⁶ Livros consultados: o citado na nota 140, pp. 320 a 322 (acontecimentos no Porto de 1820-21); Damião Peres, *História de Portugal*, ed. monumental, direcção de ... — vol. VII, pp. 1 a 96, Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VII, pp. 348-68; Joel Serrão, *Dicionário da História de Portugal*, «Martinhada», e *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VI, p. 860, Cirne de Madureira (Francisco de Sousa).

¹⁴⁷ A árvore genealógica desta sr.ª é a n.º 1, a desdobrar para a 8 e 9.

¹⁴⁸ Foram seus f.os: Francisco de Sousa Cirne de Madureira, Suc., Fid. Cav.º da C.R., c.c. D. Maria Ana Teixeira de Azevedo Canavarro, Herd.ª, c.g., onde segue a representação dos Cirnes e de todos os vínculos (V. *Anuário da Nobreza de Portugal*), D. Maria da Purificação (no texto) e José Cirne, in José de Sousa Machado, *Últimas Gerações de Entre Douro e Minho*, vol. II, Costado 137, Paço de Gominhães (Guimarães).

¹⁴⁹ Domingos de Araújo Affonso e Rui Dique Travassos Valdez, *Livro de Ouro da Nobreza*, Tomo II, Pezo da Régoa (Viscondes de), p. 419, Casa do Poço em Lamego e Paço de Gominhães em Vizela.

a dar ramos ilustres: D. Ruy Lopes de Carvalho, 2.º Bispo de Miranda, fundador na Universidade de Coimbra, do Colégio de S. Pedro, Conde Palatino ¹⁵⁰, seu sobrinho Diogo Lopes de Carvalho Rebelo, caído gloriosamente em Alcacer-Kibir a continuar a Casa na sua geração, e muitos outros a darem fama e nome a este antigo morgado. Sucessor a sua mãe, D. Maria dos Prazeres de Carvalho Rebelo de Menezes, no morgadio, tem Manuel de Carvalho Rebelo de Menezes sangue por ambas as avós dos Alcoforados, da Casa de Vila Pouca, em Guimarães ¹⁵¹, e é neto paterno do valente e irrequieto Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, 1.º Visconde de Peso da Régua, Tenente General do Exército, Comendador das Ordens de Cristo e da Torre Espada, do Conselho d'El Rei D. Miguel I, Cruz das Campanhas da Guerra Peninsular, Governador das Armas do Minho, de Trás-os-Montes, da Corte, etc., etc. ¹⁵², os Teixeiras da Casa da Calçada, em Vila Real, a serem por ele a nova varonia do Paço de Gominhães.

Primogénito ¹⁵³ de Manuel de Carvalho Rebelo de Menezes, Morgado do Poço, em Lamego, e de sua mulher D. Maria da Purificação de Sousa Cirne Madureira Alcoforado, Senhora do Paço de Gominhães, é António de Carvalho Rebelo de Menezes Teixeira de Sousa Cirne, nascido no Porto a 16.9.1865 «sr. da Casa do Paço e Honra de Gominhães (Caldas de Vizela), sócio fundador da Liga Agrária do Norte (da qual foi presidente durante quarenta anos), publicista distinto, deixou variada colaboração em «A Voz» e outros jornais. Dramaturgo, escreveu «*Os Fidalgos de Miranda*», «*Rei Chegou*», «*Ventura Perdida*», «*Comédia Triste*», «*O Defunto Vivo*», «*Tristes Amores*», «*A Guerra de Troia*», «*Aventuras*

¹⁵⁰ L.º citado na nota 141, Tomo II, p. 7. Traz a sua biografia. Foi Bispo de Bragança de 23.1.1555 a 13.8.1559.

¹⁵¹ V. Árv. 1, 3 e 5.

¹⁵² *Nobreza de Portugal*, vol. II.

¹⁵³ Os outros f.os foram: D. Maria dos Prazeres de Carvalho Teixeira Cirne de Madureira, n. no Porto a 27.5.1864 (Bonfim) † a 7.5.1891, c. em Matosinhos a 15.1.1887 c. João de Bettencourt de Vasconcelos Correia de Ávila, c.g. (Viscondes de Bettencourt e de Serpa Pinto, Bettencourt Burmester, Bettencourt Sousa Guedes, etc.) e Francisco de Carvalho Rebelo de Menezes, † n.

de um Comendador», dramas e comédias todas representadas»¹⁵⁴ e pelo menos outro folheto: «*A Enfiteuse*».

Casou com uma senhora da família da Casa de Minotes¹⁵⁵, D. Maria do Carmo Martins de Queiroz Montenegro Pereira de Menezes, viveram também em Guimarães na Casa das Lameiras¹⁵⁶. Tiveram dois filhos: Manuel de Carvalho Rebelo de Menezes (1894-1968), bacharel em Direito, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal da Justiça, usufrutuário de Gominhães, a enchê-lo de vida nas suas estadias. Marido de sua prima, D. Maria da Assunção de Mendonça Cirne¹⁵⁷, não teve filhos. O outro foi José Salvador de Carvalho Rebelo de Menezes (1895-45), a herdar do Pai o talento e graça, com um só filho, o sucessor da Casa, do seu casamento com D. Maria Carolina de Castro Monteiro.

Depois da morte do filho querido, António de Carvalho, fecha-se no Paço de Gominhães, na sua dor, na sua melancolia, na severidade com que vê crescer seu neto, o sucessor da Casa, António de Carvalho Rebelo de Menezes. Adormece no Senhor, no Paço de Gominhães, a 17.12.1945. Recordam os seus amigos e primos «o fidalgo português que sempre honrou o sangue dos seus antepassados e o de português», a sua enorme graça nunca a ofender, o seu carácter¹⁵⁸. Lembra-ram-no «na defesa da família, da Pátria e das instituições ... sempre na primeira linha, não pela força das armas ... mas de pena na mão, pelo raciocínio e convencimento ... na luta contra as doutrinas que atacavam os rudimentos basilares da sociedade e da Nação»¹⁵⁹. Choram-no.

¹⁵⁴ Helena Cardoso de Macedo e Menezes e meu *Genealogias Vimaraneses*, p. 52, Carvalho Rebelo de Menezes.

¹⁵⁵ V. Arv. 1.

¹⁵⁶ V. o meu *Velhas Casas (III) freg.ª de Creixomil*, Quinta da Boa Vista de Gaia, vulgarmente Casa das Lameiras.

¹⁵⁷ Era neta pat. de Francisco de Sousa Cirne de Madureira e de sua m.er, citados na nota 148.

¹⁵⁸ Alberto Cardoso Martins de Menezes Macedo (Margaride) «António de Carvalho Cirne», in *Notícias de Guimarães*, 30.12.1945.

¹⁵⁹ A.M.V.F. «António de Carvalho Cyrne», in *A Voz*, 18.1.1946.

António de Carvalho Rebelo de Menezes, seu neto¹⁶⁰ e sucessor, actual Senhor do Paço de Gominhães, seguindo a veia artística da família, encheu, em muito novo, os palcos com sua bela voz de cantor lírico. Casado a 2.2.1956 com D. Maria Yolanda de Siqueira Queiroz Costa¹⁶¹ teve quatro filhos de seu casamento. Primeiro, D. Maria Inês, nascida a 15.6.1958, chamada por Deus em pequenina. Seguem-se Manuel Maria de Queiroz Cirne Rebelo de Menezes, Licenciado em Economia, José Salvador de Queiroz Cirne Rebelo de Menezes e D. Maria do Carmo de Queiroz Rebelo de Menezes, Licenciada em Letras¹⁶². São o futuro do Paço e a continuação da sua história.

A meio do terreiro, no Paço de Gominhães, está plantado um robusto carvalho, nome desta Família, representante dos Carvalhos do Poço. O vento, ao fazer dansar os ramos, fala também nos Cirnes, de Gominhães, casa hoje sua, a vir pela bisavó, e nos Viscondes de Peso da Régua, a varonia actual. Diz dos Condes de Vila Pouca, dos da Feira e dos Arcos, dos de Avintes. Murmura mais nomes: os Pereiras, de Bertianos, os Ferreira d'Eça de Cavaleiros, os de Ribalonga e Espinhosa, os do Arco, em Vila Real. Sussura os Rebelos da Beira, os Menezes do Morgadio de Paredes a figurarem nos seus apelidos. As rajadas traz mais Casas: as dos Soares de Albergaria, dos Silveiras, dos Lemos da Trofa. E vínculos: o de Celeirós, o de Ramalde, o da Pena

¹⁶⁰ N. a 1.7.1924, f.º de José Salvador de Carvalho Rebelo de Menezes e de sua m.er D. Maria Carolina de Castro Monteiro (no texto). Esta senhora era f.ª de Afonso de Castro Gomes Monteiro e de sua m.er D. Laura da Silva Maia Pinto, neta pat. de Francisco de Castro Monteiro, Cav.º na O. de Cristo, Oficial da O. dos Santos Maurício e Lázaro, da Sardenha, 1.º verificador da Alfândega do Porto (neto mat. do 1.º Conde de Castro) e de sua m.er D. Maria Adelaide Malheiro Dias, e neta mat. de Henrique Pinto, Juiz de Direito e de sua m.er D. Carolina Silva Maia.

¹⁶¹ N. a 22.5.1932 em Felgueiras, f.ª do Dr. José Queiroz da Costa, Lic.do em Medicina, e de sua m.er D. Maria de Siqueira Leite, neta pat. de José Teixeira Costa e de sua m.er D. Maria Queiroz Pinto e mat. de Francisco Coelho Leite e de sua m.er D. Zulmira de Siqueira.

¹⁶² Nasceram, respectivamente, a 13.2.1960, 13.3.1962 e 21.4.1964.

e o da Torre de Azevedo. Não pára o cantar do vento: são os de Minotes, os Silvas de Alcobaça, os Guedes, os Leites de Tagilde. Os Lancastres de varonia real, (D. João II) os do Marquês de Vila Real da Praia Grande, os Viscondes de Asseca. Encontra também os Condes de Castro, os de S. Martinho. E todos os outros, entre a ramagem, emaranhados.

Neste carvalho, plantado no terreiro, desfralda o vento a Árvore dos Morgados do Poço, em Lamego, Senhores do Paço de Gominhões, em S. João das Caldas, a mergulhar muito longe as suas raízes, a brotar pela graça de Deus, nas suas folhas e frutos.

Maria Adelaide Pereira de Moraes

**ÁRVORES DE COSTADO DE
DR. MANUEL DE CARVALHO REBELO DE MENEZES
E
JOSÉ SALVADOR DE CARVALHO REBELO DE MENEZES**

ÁRVORE 1

MANUEL DE CARVALHO REBELO DE MENEZES,
Juiz do Supremo Tribunal da
Justiça, Sr. usufrutuário do
Paço de Gominhães, c.s.g.

**José Salvador de Carvalho
Rebello de Menezes,** c.s.g.

**António de Carvalho Rebello
de Menezes Telxetra de Sousa
Cirne,** Suc., distinto
publicista, Director Pres.
da Liga Agrária do Norte.

**D. Maria do Carmo Martins
de Queiroz Montenegro
Pereira de Menezes.**

**Manuel de Carvalho Rebello
de Menezes,** Suc., F.C.R.,
Bacharel em Direito.

**D. Maria da Purificação de
Sousa Cirne de Madureira
Alcoforado,** Sr.^a do Paço
de Gominhães.

**José Martins de Queiroz
Minotes,** Suc. F.C.R., um
dos maiores cavaleiros do
seu tempo.

**D. Maria da Concelção
Pereira da Silva de Sousa
Forjaz e Menezes,** Herd.^a

**António Telxetra de Sousa de
Magalhães Lacerda,** Filho 2.^o,
M. Fid. da C.R., Cav.^o da
O. de Malta, Cor. de Milícias.

**D. Maria dos Prazeres de
Carvalho Rebello de Menezes,**
Herd.^a

**Francisco Diogo de Sousa
Cirne de Madureira
Alcoforado,** Suc., F.C.R.,
Cor. das Milícias da Maia.

**D. Maria Isabel de Bourbon
da Silva Guedes.**

Luis Martins da Costa,
Suc., F.C.R.

**D. Maria Constança Pinto
de Queiroz Montenegro.**

**Damião Pereira da Silva
de Sousa e Menezes,** Suc.,
M. Fid. da C.R., Juiz de Fora
em Guimarães e no Fundão.

**D. Maria do Carmo Pereira
Forjaz da Silva e
Menezes.**

Gaspar Telxetra de Magalhães e Lacerda
1.^o Visconde de Peso da Régua. V. Ár. 2.

**D. Maria Antónia de Sousa da Silva
Alcoforado e Lancaestre,** Herd.^a. V. Ár. 3.

Manuel de Carvalho Rebello de Menezes,
Sr. do Morgado do Poço em Lamego.
V. Ár. 4.

**D. Maria do Carmo Telxetra de Sousa da
Silva Alcoforado e Lancaestre.** V. Ár. 5.

Francisco de Sousa Cirne de Madureira,
Sr. do Paço de Gominhães. V. Ár. 6.

D. Rita Rufina Soares de Albergaria.
V. Ár. 7.

José Anastácio da Silva da Fonseca,
M. Fid. C.R. V. Ár. 8.

D. Joana Melreles de Carvalho,
Sr.^a da Casa da Aveleda. V. Ár. 9.

Jerónimo Ribeiro Bernardes,
Sr. da Casa da Ribeira. V. Ár. 10.

**D. Joana Maria de Araújo Martins da
Costa,** Herd.^a de seus irmãos (Casa de
Minotes). V. Ár. 11.

António Marinho de Queiroz Miranda.
V. Ár. 12.

**D. Margarida Máxima Pinto de Miranda
Montenegro.** V. Ár. 13.

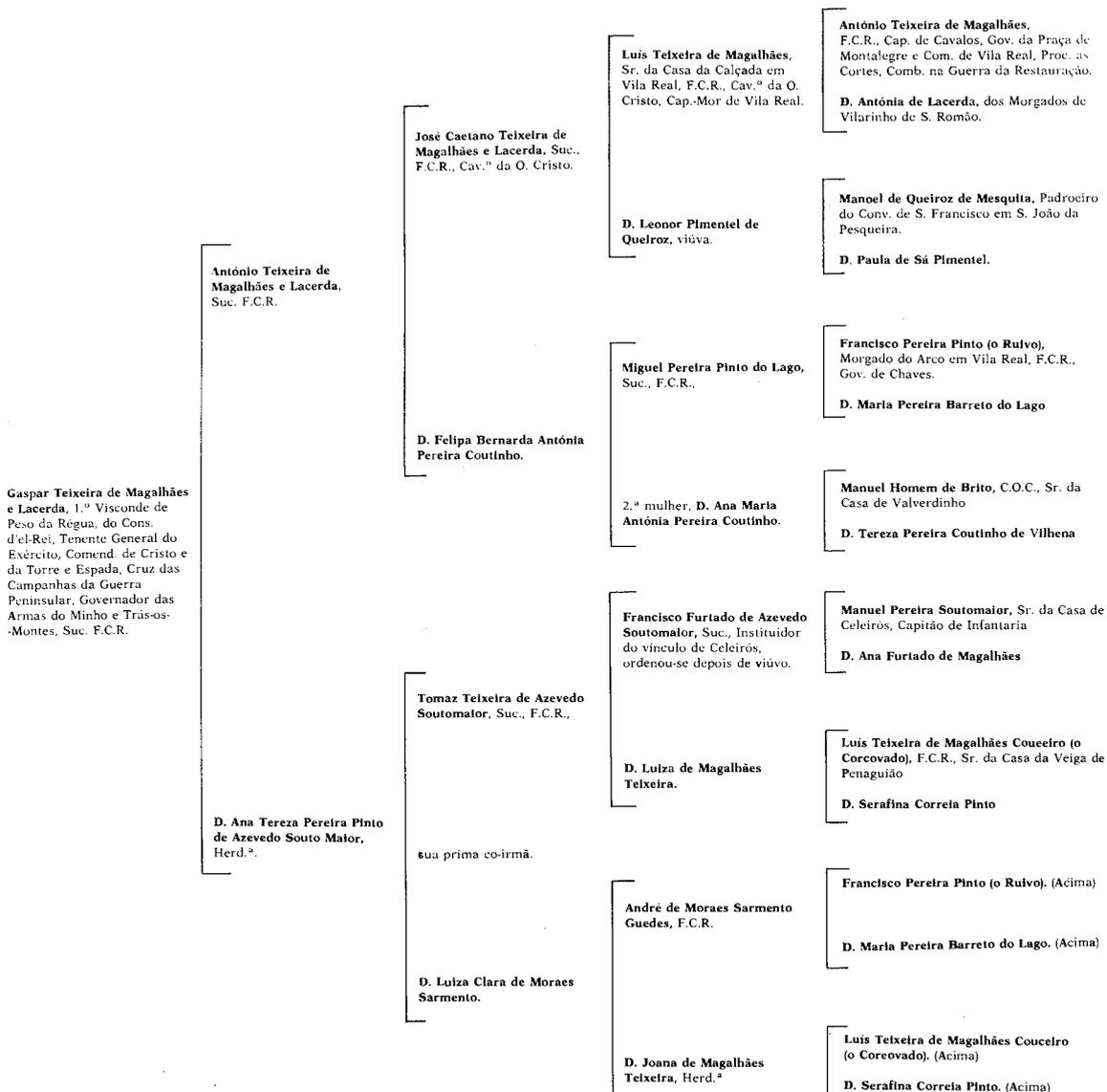
José Pereira da Silva de Sousa e Menezes,
M. Fid. da C.R. V. Ár. 14.

**D. Ana Maria Francisca da Cerveira Leite
Pereira Pinto,** Herd.^a. V. Ár. 15.

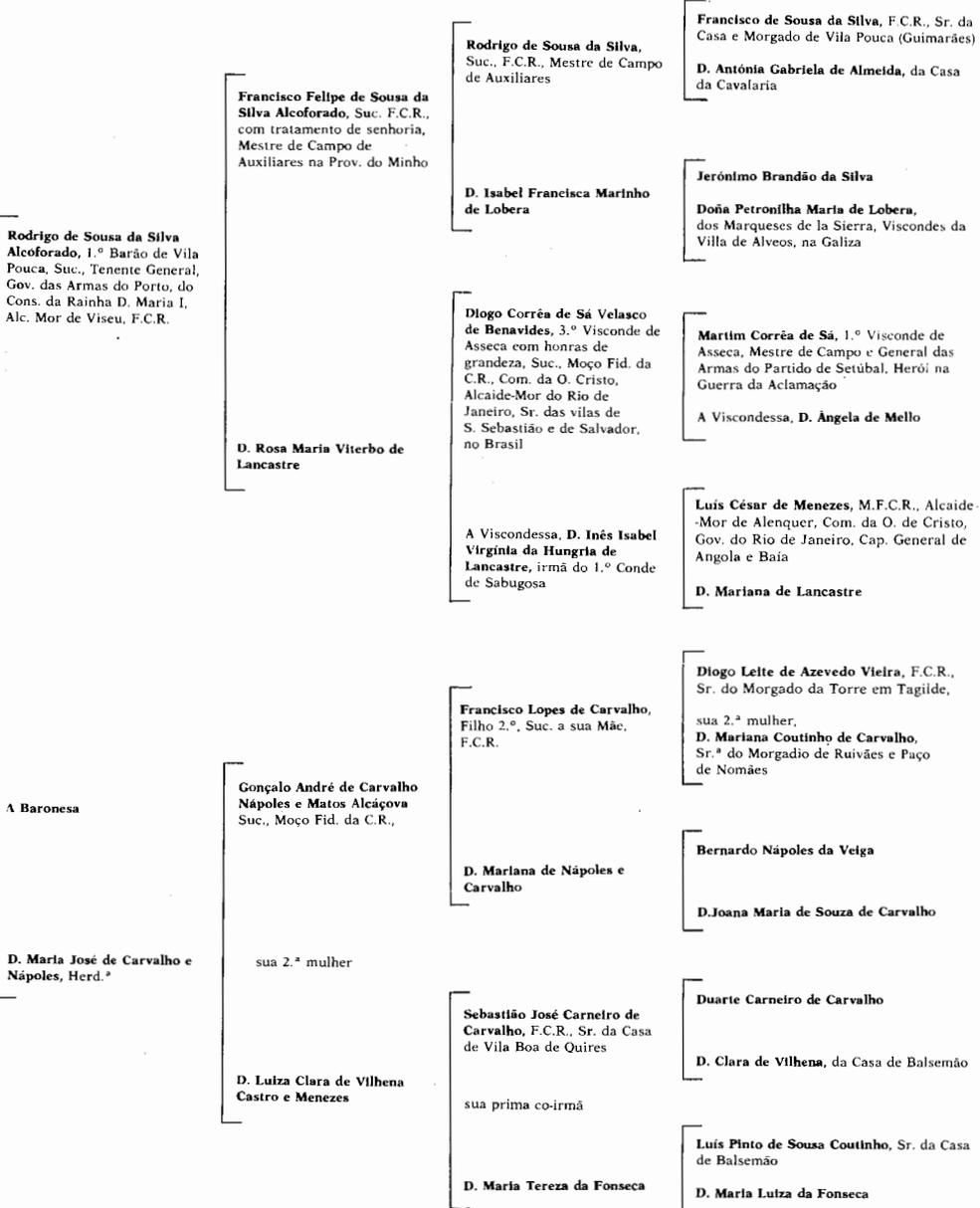
**Damião Pereira da Silva de Sousa e
Menezes,** 2.^o Sr. da Vila e do 1.^o Morgado
de Bertandos. V. Ár. 16.

**D. Maria Angelina Senhorinha Pereira
Forjaz e Menezes,** Sr.^a do 2.^o Morgado de
Bertandos. V. Ár. 17.

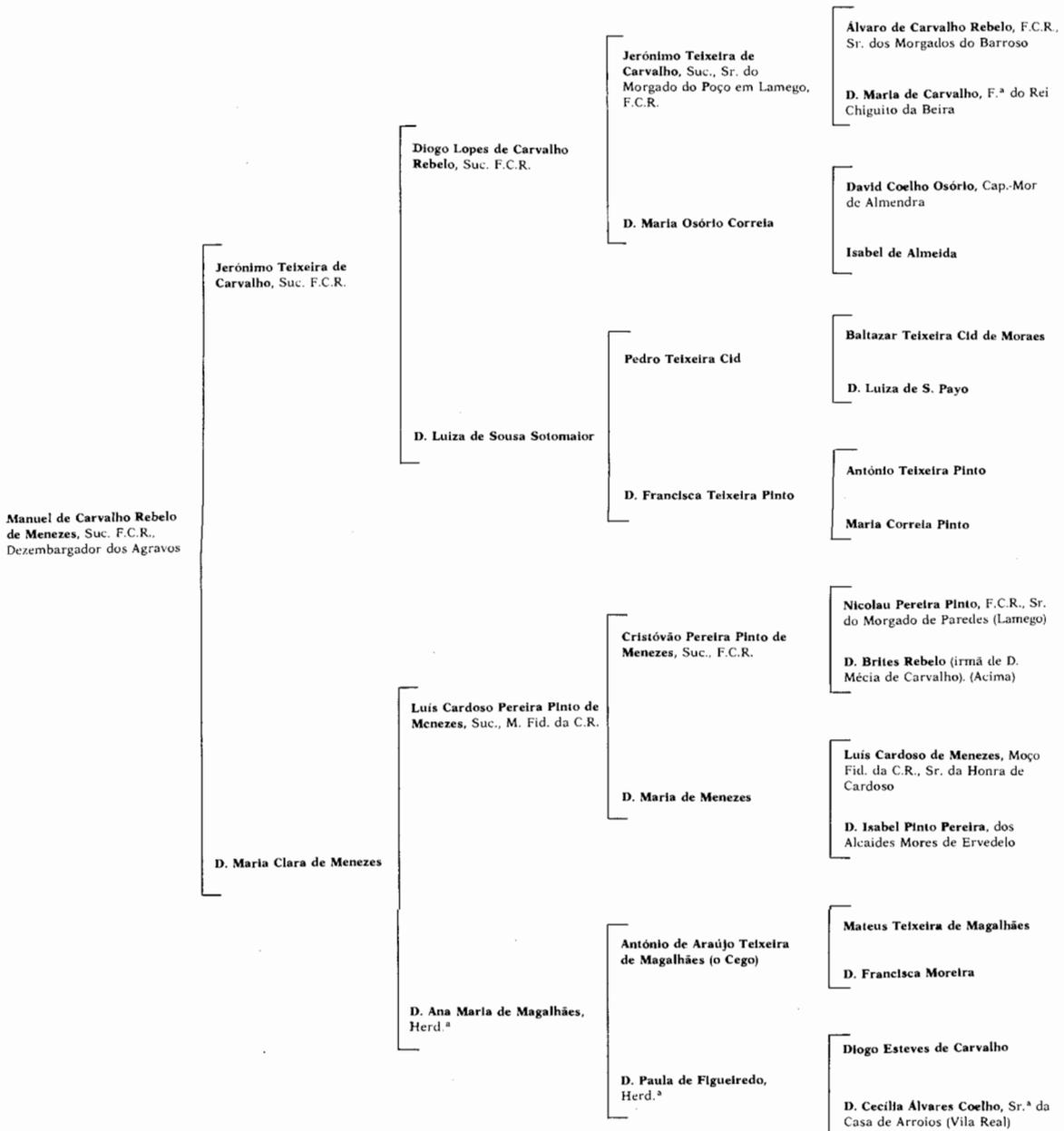
ÁRVORE 2



ÁRVORE 3



ÁRVORE 4



ÁRVORE 5

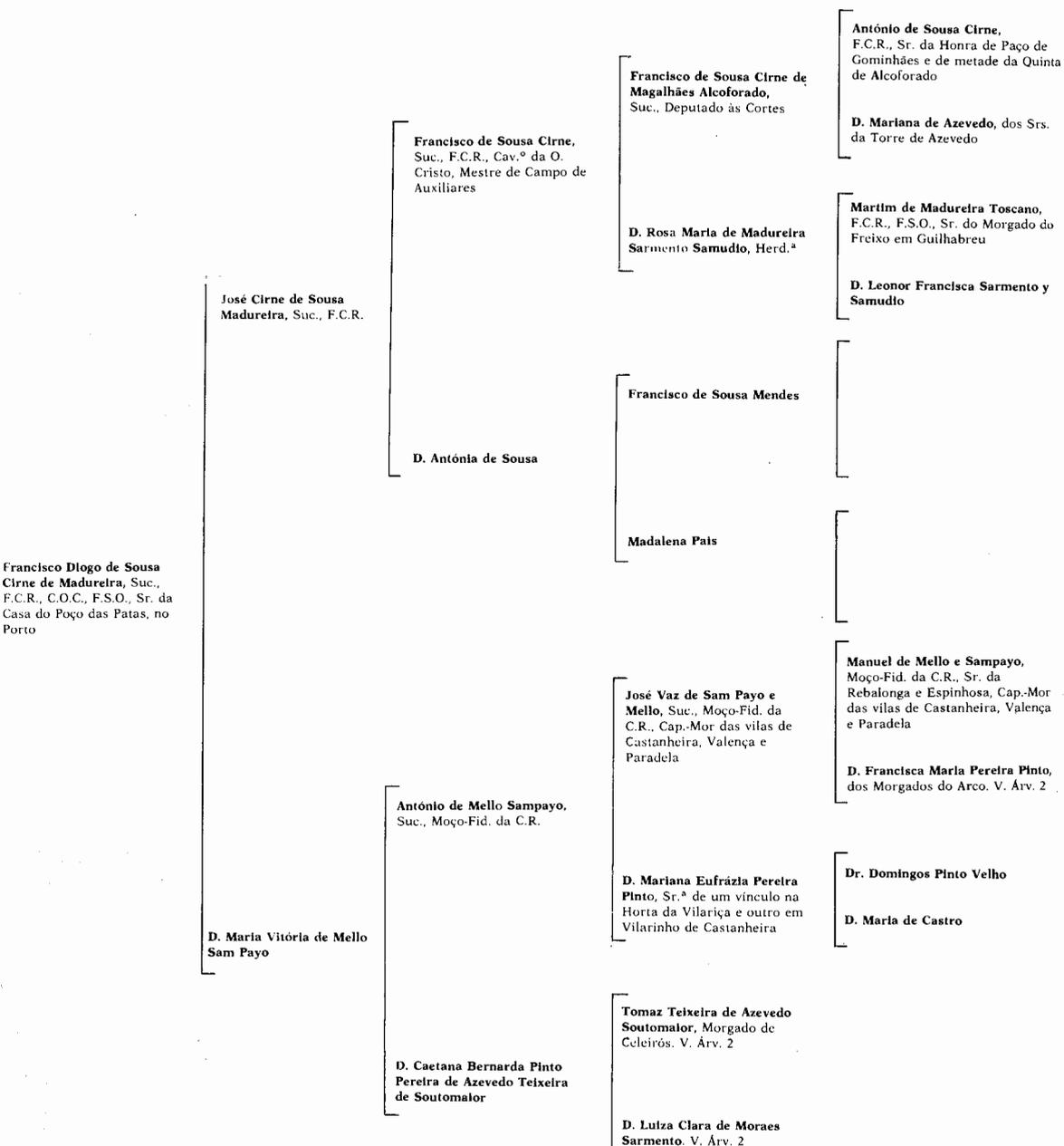
**D. Maria do Carmo Teixeira
de Sousa da Silva Alcoforado
e Lancaster**

**Gaspar Teixeira de Magalhães
e Lacerda, 1.º Visconde de
Peso da Régua. V. Ár. 2**

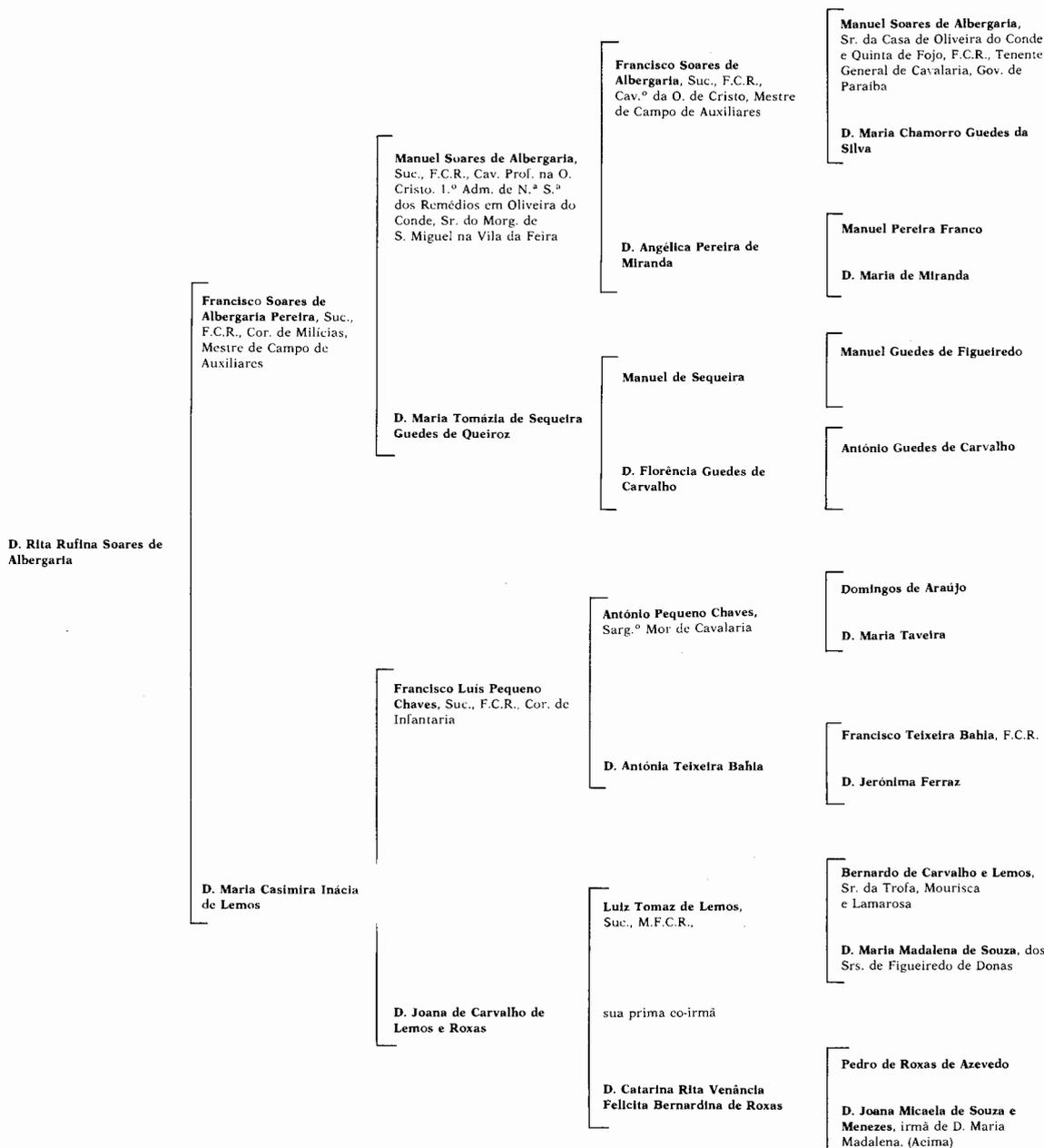
A Viscondessa

**D. Maria Antónia de Souza da
Silva Alcoforado e Lancaster,
Herd.^a. V. Ár. 3**

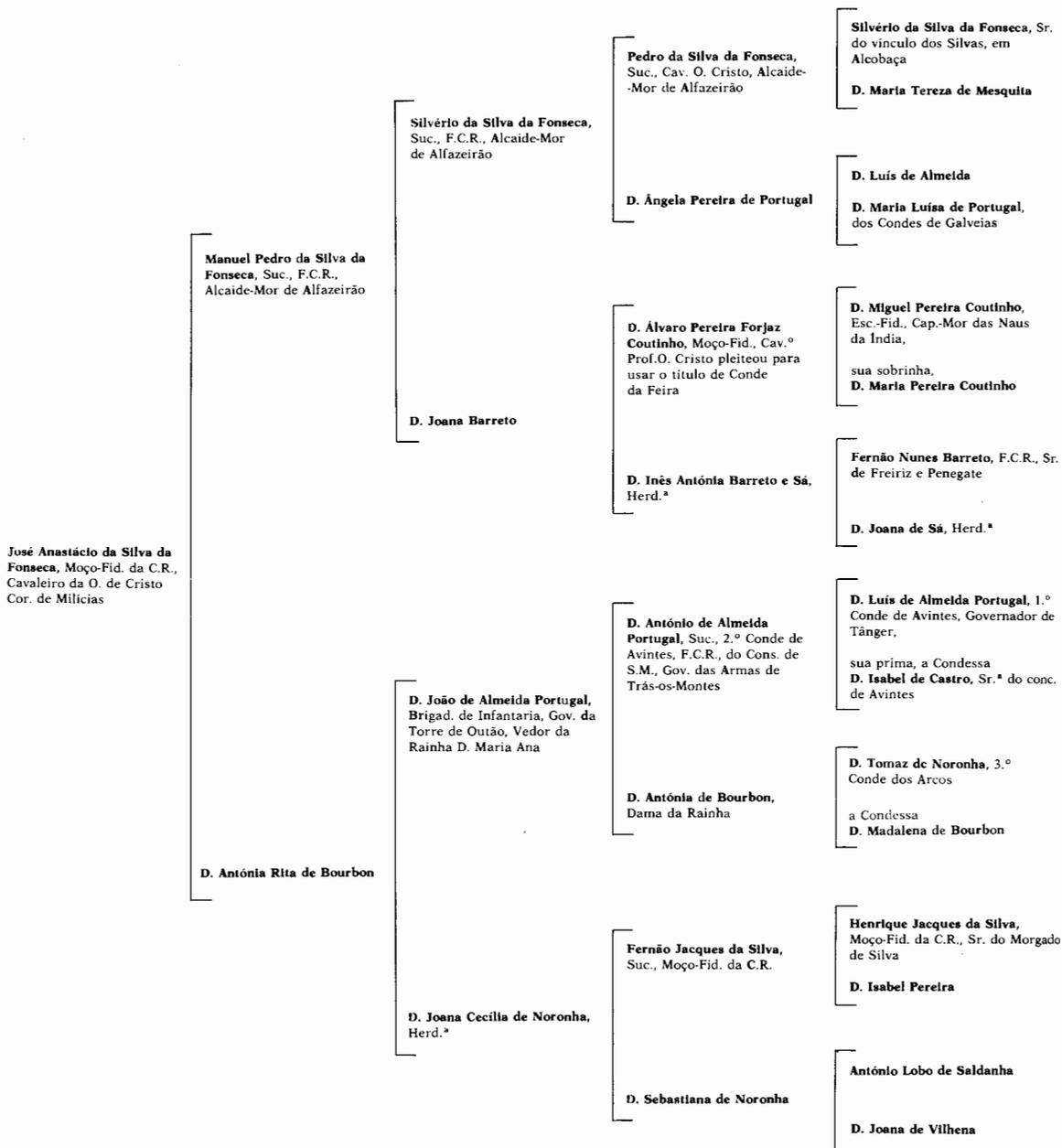
ÁRVORE 6



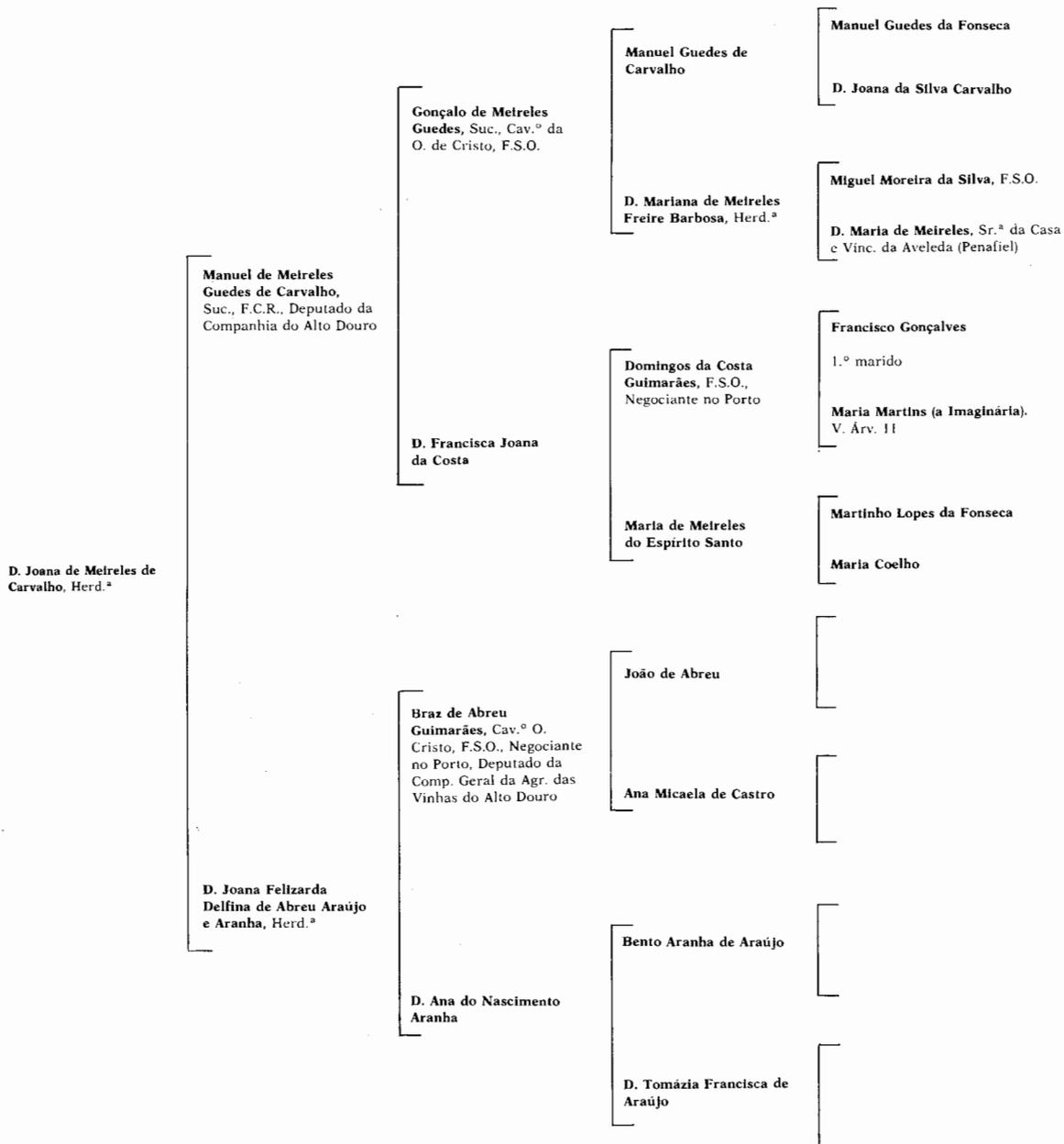
ÁRVORE 7



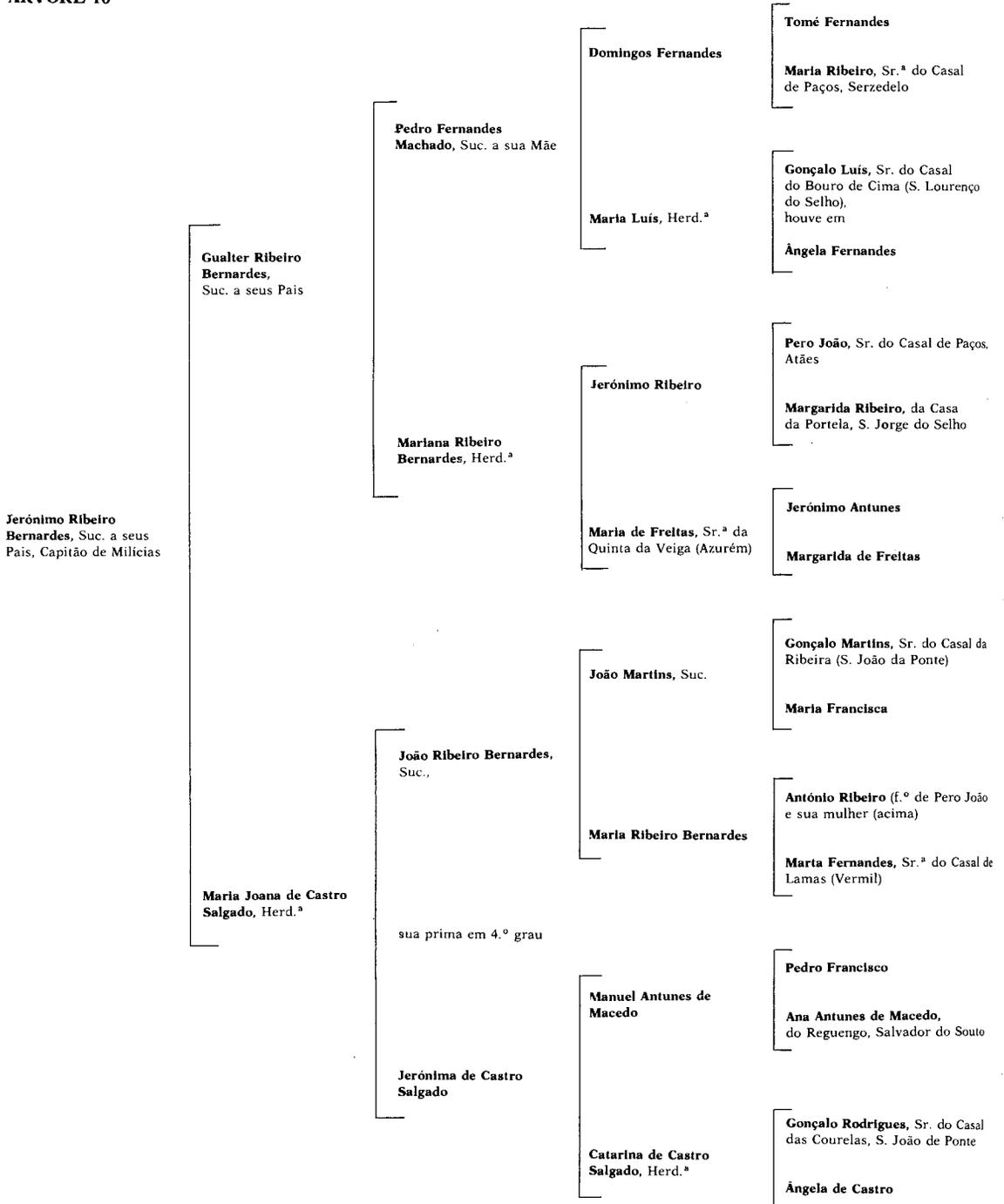
ÁRVORE 8



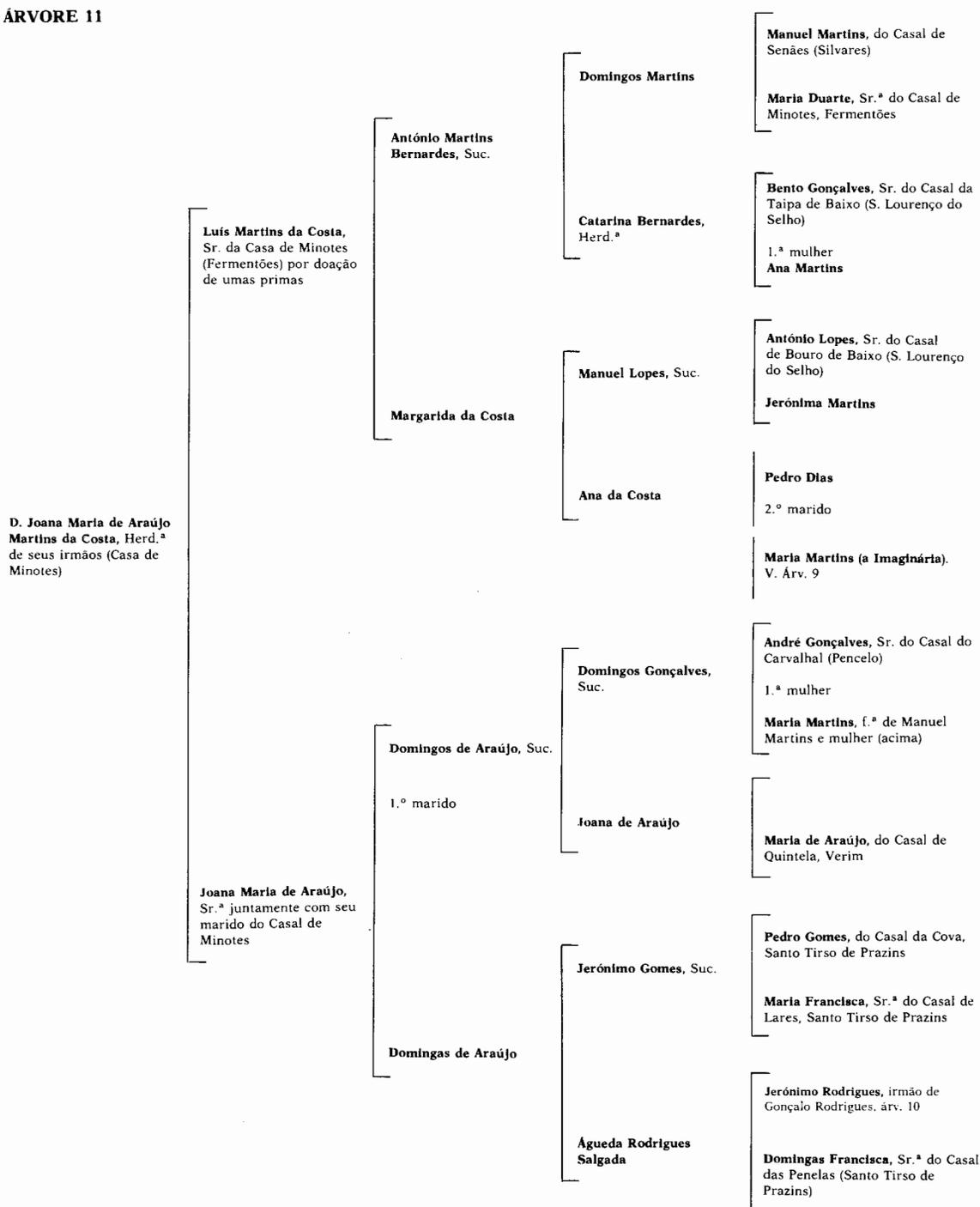
ÁRVORE 9



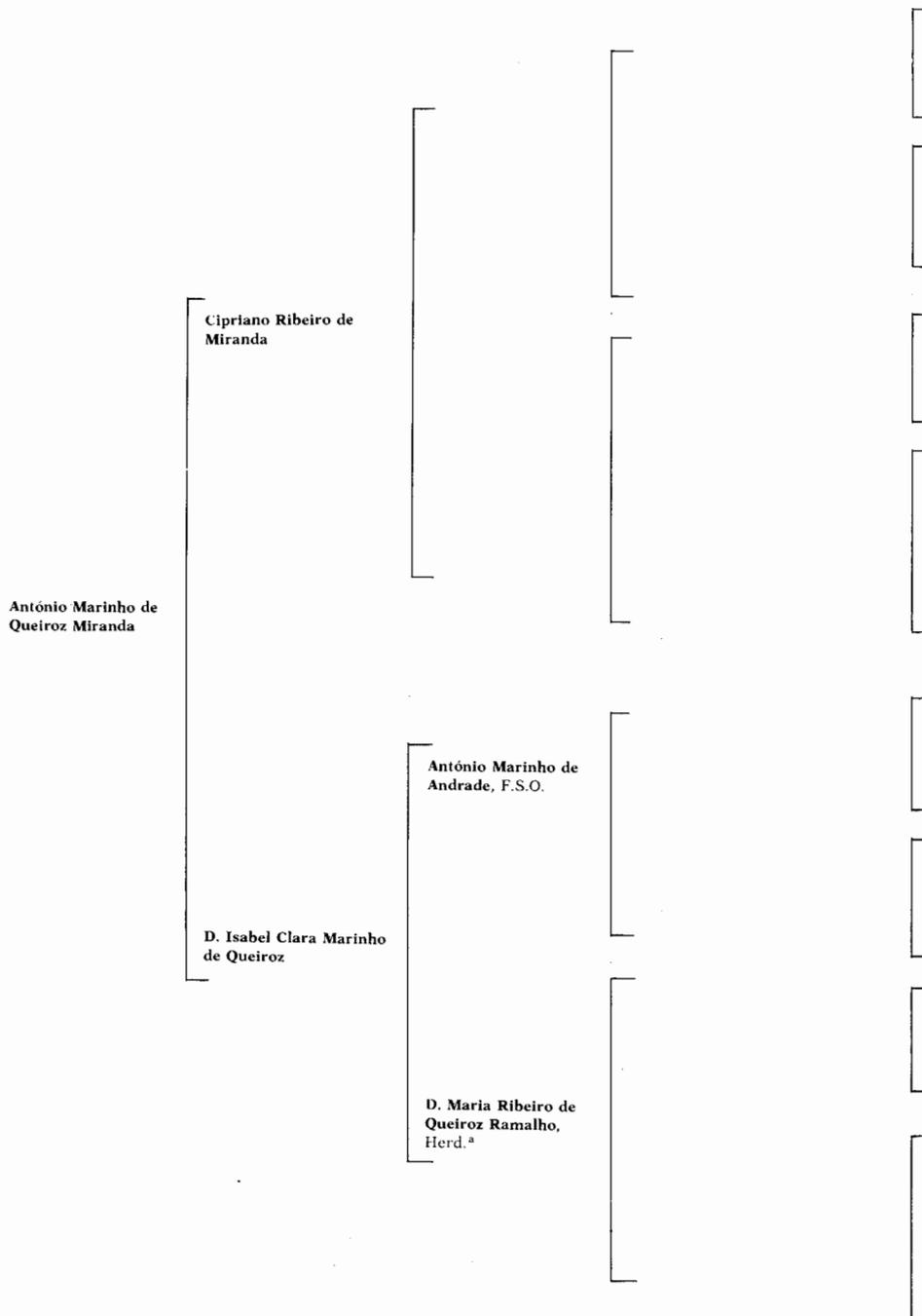
ÁRVORE 10



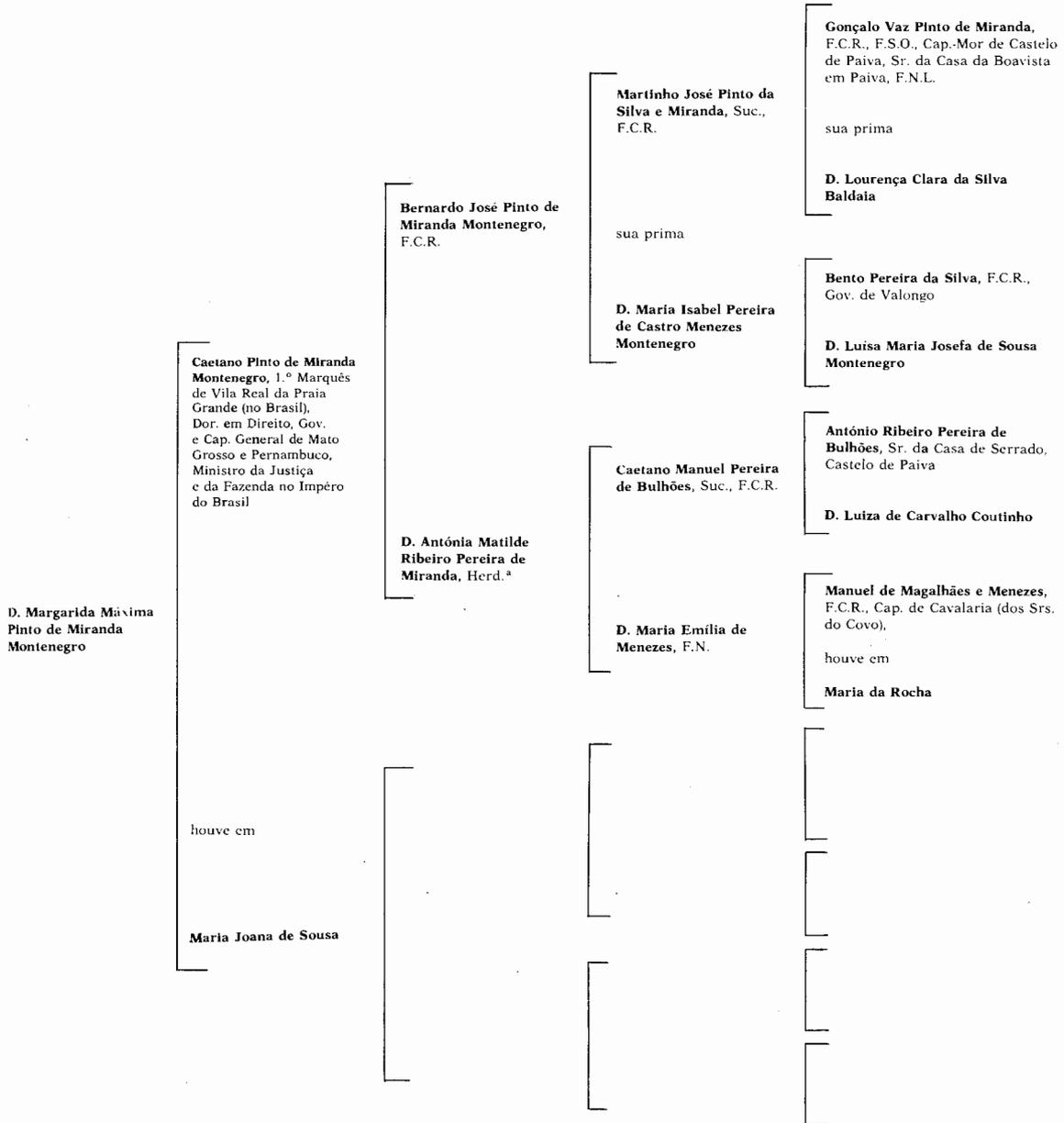
ÁRVORE 11



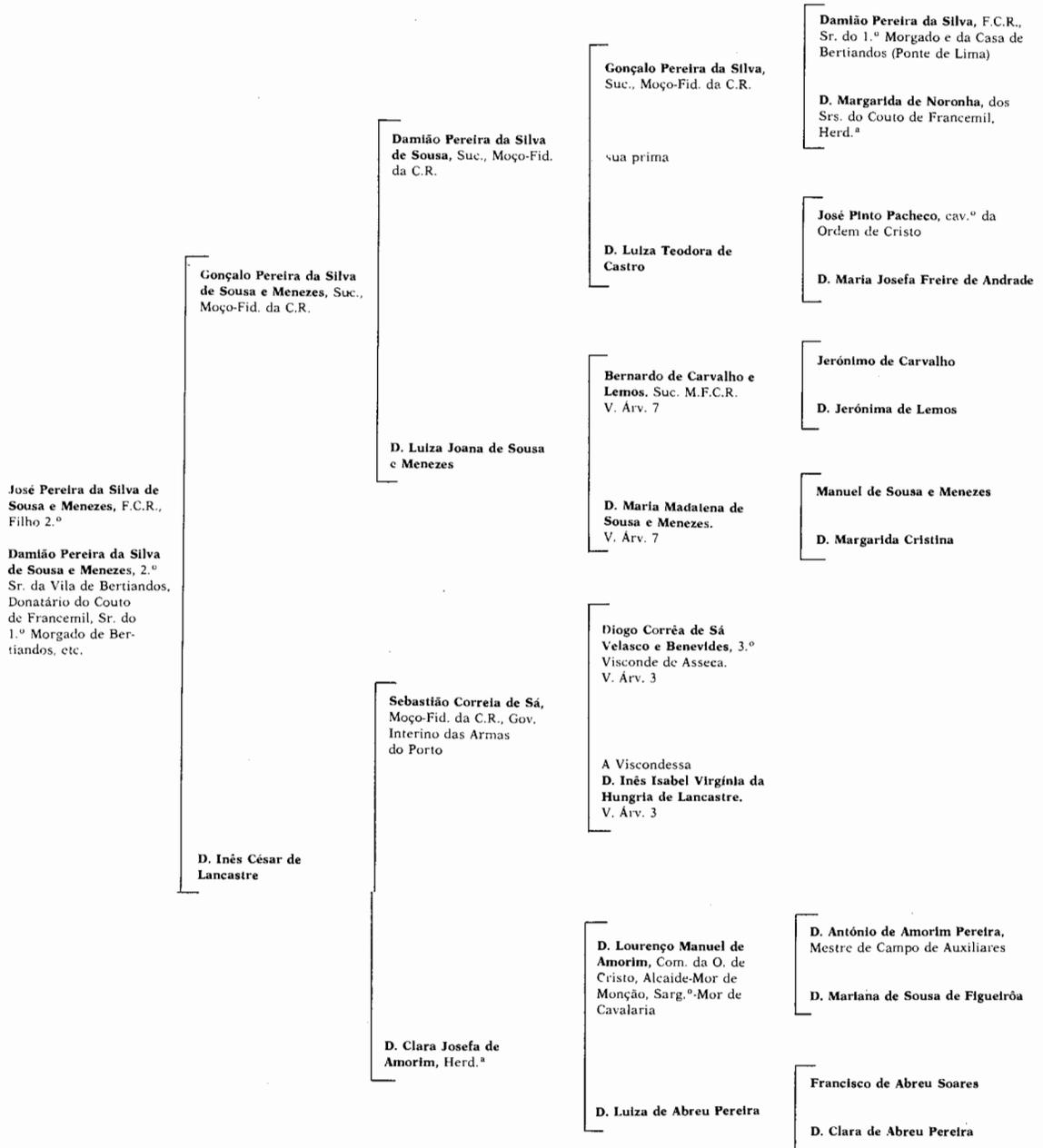
ÁRVORE 12



ÁRVORE 13



ÁRVORE 14 e 16



ÁRVORE 15

D. Ana Maria Francisca
da Cerveira Leite Pereira
Pinto, Herd.^a

Henrique da Cerveira
Leite Pereira, Suc.

Rodrigo Jerónimo da
Cerveira Machado, Suc.

D. Florência Leite Pereira
de Melo, Herd.^a

D. Francisca da Silveira
de Vilhena Pereira Pinto
Guedes

Bernardo António da
Silveira Pinto da Fonseca
Telxira, Suc., Moço-Fid.
da C.R.

sua prima

D. Francisca Inácia
Pereira Pinto Coutinho
de Vilhena

Rui Gomes de Cerveira,
Suc.

D. Angélica Madalena de
Távora

Francisco Gomes da
Silva, Cav.^o Prof. da O.
de Cristo, da governança
da cidade do Porto

D. Maria Leite Pereira de
Melo, Herd.^a

Manuel da Fonseca Pinto,
F.C.R., Sr. das Honras de
S. Cipriano de Resende e
de Nogueira do Douro
(Aregos)

D. Isabel Telxira da
Fonseca Pinto Rebelo
Osório

Miguel Pereira Pinto do
Lago, F.C.R., Sr. da Casa
do Arco em Vila Real.
V. Árv. 2

D. Ana Maria Antónia de
Vilhena Coutinho.
V. Árv. 2

António de Araújo Cerveira,
Instituidor do Morgado da Pena,
Vereador da Câmara de Braga

D. Ângela de Abreu da Silva

Sebastião Machado de Azevedo,
Sr. do Morgado de Pedralva,
F.C.R.

D. Maria Ana da Silva e Azevedo

Manuel da Silva

Ana Gomes de Aguiar

João Leite Pereira, Sr. do
Morgado de Ramalde, no Porto

D. Maria de Abreu

Bernardo da Silveira Pinto, F.C.R.,
Sr. da Casa e Morgado do Espírito
Santo, em Canelas

D. Ana Telxira da Fonseca

Manuel Telxira da Fonseca Pinto,
F.C.R., Sr. da Casa de Canelas,
Capitão-Mor de Canelas

D. Isabel Telxira da Fonseca
Pinto Rebelo Osório

ARVORE 17

